

MAIA
NETO

BRASIL

GUERRA-QUENTE
NA AMÉRICA LATINA



RECADO INFORMAL AOS SALVADORES DA PÁTRIA

Vossas Excelências, estando dispostos a salvar a Pátria à sua maneira, arquivaram um golpe que foi desfechado em abril, por acaso, como poderia ter sido em meados de março (logo depois do comício, lembram-se?) ou em maio, o mês das rosas de Lacerda e das Filhas de Maria, mais ingênuas do que pias. Vossas Excelências ainda o mantêm de pé, embora aos trancos e barrancos, porque suas formulações geopolíticas não levaram a devida conta que teoria é uma coisa e prática é outra. Vossas Excelências sabiam, por exemplo, que o golpe foi como que um condomínio, onde cada condômino, fardado por fora ou por dentro ou sem farda alguma, se julgava no direito amplo de opinar sobre os estatutos do edifício ou, em outras palavras, de também salvar a Pátria ao seu modo e gosto.

Vossas Excelências sabiam, por certo, que o povo brasileiro estava — e hoje mais do que nunca está — numa encruzilhada definitiva de sua existência: seguir por um caminho, o da submissão a interesses antinacionais, significa perder substância e dignidade, sentido de vida e perspectivas para o futuro. (O caso da Argentina não é bastante claro para quem o queira estudar sem paixões ou teimosia obstinada?) Seguir pelo outro, o da emancipação verdadeira, do equacionamento de nossos problemas à luz dos interesses nacionais, representa o mesmo que enfrentar de peito aberto poderosas armas que contra ele já estão voltadas, mas nos garante esse sentido de vida e a certeza de horizontes mais amplos para o nosso desenvolvimento.

Vossas Excelências prosseguem entretanto no caminho que se traçaram, que é o primeiro, fechando os olhos e tapando os ouvidos. Entendem ser possível um compromisso com as forças antinacionais, como se elas, num acesso de sentimentalismo ou por inspiração divina, decidissem de um momento para outro não imolar aos seus apetites aquilo que nos é mais caro e indispensável: a liberdade, a independência de pressões que nos conduzam de volta à condição de colônia.

Mas por que prosseguem Vossas Excelências nesse caminho, que é mais e mais impopular e perigoso, como demonstram as pesquisas do

BRASIL
GUERRA-QUENTE
NA AMÉRICA LATINA

RETRATOS DO BRASIL

Volume 36

MAIA NETO

BRASIL

guerra - quente
na américa latina

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.
RIO DE JANEIRO

desenho de capa:

EUGÊNIO HIRSCH

Exemplar **N^o** **0623**

Direitos desta edição reservados à
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.
Rua 7 de Setembro, 97
RIO DE JANEIRO

1965

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

a meu pai

João Maia Filho

que me fez assim.

A Regina

minha espôsa, companheira
até no exílio.

ÍNDICE

<i>Conversa Prévia</i>	XI
------------------------------	----

OS GRANDES MITOS

As Esquerdas	3
A Democracia Brasileira	8
A Tradição Liberal e o Militarismo	15

FILOSOFIA E OBJETIVOS DE 1.º DE ABRIL

O Objetivo da Abrilada	23
A Comunização do Brasil	28
As Tendências Comunizantes	35
A Disciplina das Remessas de Lucros	38
O Capital Estrangeiro e o Brasil	46
Política Internacional Independente	55
A Reforma Agrária	65
Uma Reforma Agrária Capitalista	73
A Corrupção no Brasil	89
A Verdadeira Corrupção	106

AS FÔRÇAS POPULARES

As Fôrças da "Subversão"	121
O Movimento Sindical	130
CGT — O Símbolo Maldito	139
Jango e o CGT	147
Jango e as Fôrças Populares	156
Os Perigos da Liberdade	166

AS FÔRÇAS DE 1.º DE ABRIL

As Fôrças Estrangeiras de 1.º de Abril	175
As Fôrças Nacionais de 1.º de Abril	188
A Responsabilidade das Fôrças Armadas	193
Os Dividendos de Thomas Mann	204

O DESAFIO DO FUTURO

O Rei Pelado	213
--------------------	-----

Conversa Prévia

A REBELIÃO ocorrida no Brasil, a 1.º de abril de 1964, privou-me de muito. De meu ganha pão; de minha casa, ora abandonada; dos muitos amigos que desertaram; dos muitos amigos que ficaram firmes e que, por isto mesmo, mergulharam na onda severa e sangrenta da repressão; da própria Pátria, pois que só no estrangeiro, como asilado, fui encontrar a proteção da Lei.

Tentou me arrebatat ainda mais, a própria respeitabilidade, através de calúnias e acusações inverídicas que, felizmente, nem me desonraram nem honraram a seus autores.

Deu-me, entretanto, uma seqüência completa de duras lições e o tempo disponível para meditar sôbre elas.

Êste livro é o resultado destas duas dádivas de 1.º de abril.

Pareceu-me útil transmitir aos meus patrícios, aos nossos irmãos latino americanos que vivem dramas idênticos, tôda a existência brasileira. Mas não sob a forma

de um desfile cronológico de acontecimentos, que isto a coleção de qualquer jornal proporciona.

Não se pode exigir de um operário, de uma dona de casa, que penetrem no labirinto de *O Capital* para saber o que é comunismo; mas é em termos de comunismo e de anti-comunismo que os operários e as donas de casas são chamados a decidir os destinos dos países deste continente. Não se pode querer de um lavrador, quase sempre um pária analfabeto, que estude e conheça reforma agrária, que se enfronte nos problemas que dizem com o direito de propriedade, com a organização da sociedade presente e futura; mas são os lavradores, com ou sem terra, que são convocados para, pelo voto ou pelas armas, traçar o futuro da sociedade americana. Não se tem o direito de querer que um soldado ou um funcionário público se aprofunde em questões de direito internacional; mas soldados e funcionários, especialmente os policiais, são precisamente os instrumentos desta política internacional que orientam com suas baionetas, que determinam com sua atividade, ao oferecer base física aos golpes, aos *pronunciamientos*, às revoluções libertadoras, estas mais infreqüentes.

O que pretendo com êste trabalho modestíssimo é precisamente isto: levar a cada um, aos homens mais simples, em termos os mais simples, uma noção do que ocorre e do que se discute em seu derredor. Para que todos continuem, como até agora, a decidir os destinos de seus países, os seus próprios destinos, mas conscientemente. Com visão ao menos razoável do papel que lhes cabe desempenhar.

Faço-o através da amarga experiência brasileira que me parece válida para toda a América Latina nesta que é, e pretende ser, tão somente uma obra de vulgarização. A modesta contribuição de um repórter, que viveu e sofreu os acontecimentos, à grande luta pela conquista do futuro de nossas pátrias subdesenvolvidas.

Nas páginas seguintes não estarão descritos eventos revolucionários ou contra-revolucionários, embora êstes afluam, necessariamente, no desenvolvimento temático. Não se procurará biografar e, muito menos, julgar pessoas

porque estas, paradoxalmente, são por demais insignificantes em face do quadro que ajudaram a pintar. Discutiremos as teses do Governo deposto do Brasil, as teses da oposição vitoriosa e derrotada com êle e as teses da *abrilada* triunfante. Buscaremos investigar o que queria cada um destes grandes grupos e o que obteve o povo brasileiro; onde havia subversão, onde havia comunismo, onde havia simples mistificação. E a utilização dessas teses pelos apetites e interêsses que nos deram esta amarga realidade, feita de prisões e violências, de torturas e assassinatos. E, especialmente, de decepções, patrimônio comum de todos os setores em luta.

Pode acontecer que alguém leia êste livro — alguém simples, alguém honesto, alguém do povo — e que amanhã, confrontado com estas formulações vagas que têm sido a fôrça motriz da política do Continente, se encontre em condições para dizer um “Não!”, um “Isto não é verdade!”

E a angústia da fuga atribulada, o exílio, a ameaça do futuro incerto terão tido farta e generosa recompensa.

OS GRANDES MITOS BRASILEIROS

As Esquerdas

“**A** IMATURIDADE das esquerdas brasileiras jogou, num só lance, o destino de toda a América Latina!”, censurou-me, consternado, o primeiro intelectual uruguaio que me acolheu no exílio. E eu, que já vinha tropeçando em surpresas, tive de recolher mais esta, pois se fazia evidente que a imaturidade das esquerdas continentais as levavam a ver na situação brasileira justificação para um otimismo que mesmo lá dentro do país nem todos partilhavam e que a muitos conduziu a conclusões errôneas e antecipações desastrosas. Sem condições para realizar a simples e atrasada revolução liberal, burlada por um feudalismo arcaico e por um autoritarismo tão cruel quanto generalizado, conscientes da própria fraqueza, as correntes esquerdistas dos países sul-americanos desejavam encontrar no irmão gigante o milagre de maturidade que escapava à sua própria paisagem política. Milagre que, positivamente, ainda não atravessou os mares que cercam o sul do continente. Que, positivamente, ainda não bafejou a face de pedra da estátua da liberdade.

Não. Não havia maturidade no movimento esquerdista brasileiro porque êste ainda está na fase em que deve lutar pela própria existência. Desde a revolução russa, quando teve início uma das mais amplas campanhas de contra-propaganda de que o mundo tem notícia, as esquerdas lutam, desesperadamente, menos contra a direita que contra seu instrumento policial. Caracterizadas como um mal intrínseco, identificada com o próprio demônio, sofrem o mesmo destino cruel das dissidências religiosas de há uns poucos séculos e sob o mesmo rótulo, identificadas na mesma heresia, amargam fraternalmente os rigores da violência tanto os comunistas como os católicos de vanguarda, socialistas e liberais, burgueses progressistas e jovens estudantes empolgados pelo idealismo poético da idade. A aparente unidade quem lhes dá é o próprio inimigo. Mas no sentido orgânico, no sentido estrutural de uma corrente de idéias consciente de sua destinação, pode-se dizer que as esquerdas ainda não existem — tão sòmente há um pensamento generoso, um ímpeto de revolta, mais ou menos marxista e até positivamente anti-marxista irmanados pela mesma excomunhão, pelo mesmo medo, pela mesma disposição de resistência. No Brasil, como no Uruguai, como no Chile, como na Argentina, como em tôda a América só é realidade, em têrmos de força e de grandeza, a pressão das desigualdades sociais, a ânsia de libertação do homem oprimido, o desejo de agir, a disposição de violentar as portas da imensa prisão sem grades.

Em resumo: uma atitude muito mais instintiva que racional, fruto da desinformada cultura de um povo que ama a liberdade sem conhecê-la, que aspira mutações apenas adivinhadas, que pressente o futuro como uma felicidade indefinida pela simples razão de que a definição clara está além de sua capacidade de raciocínio.

Meus amigos uruguaios não teriam ficado assim admirados se conhecessem de perto as “esquerdas brasileiras” — êste todo amorfo, êste colosso difuso onde se integram as massas trabalhadoras urbanas que apenas despertam para a consciência de seus direitos, as multidões rurais que ainda vivem as primeiras fases do feudalismo longín-

quo, as elites intelectuais que procuram situar-se no cipoal ideológico universal, um pequeno e algo confuso partido comunista em pleno processo de cristalização, um reduzido contingente de industriais e comerciantes que vêem uma etapa de afirmação do capitalismo nativo na quebra das velhas estruturas. Homens de tôdas as origens e formações; idéias que vão da similitude ao antagonismo; objetivos os mais diversos e o inimigo comum que a todos persegue por comunistas: isto tudo, envolvido no manto do sentimento religioso, nas superstições e no fetichismo das camadas populares, na má-fé e na ignorância crassa das classes dominantes, constitui o que se denomina: “esquerdas brasileiras”.

Imaturas? Mas como não haveriam de sê-lo se não lograram, sequer, ultrapassar o período inicial de sedimentação? Se não alcançaram nem mesmo a sumária organização de uma ameiba e são, tão somente, um apetite em busca de alimento?

Ao lado de Miguel Arraes, o “governador vermelho” de Pernambuco, terror da reação, elegeu-se o senador José Ermírio de Moraes, um dos maiores empresários e capitalistas da América Latina. Getúlio Vargas, o condutor das massas operárias, líder de uma revolução liberal, intransigente antagonista do capital estrangeiro espoliador, mártir da democracia representativa e das conquistas populares, foi o cabeça do Estado Nôvo, fascista e policial, que garroteou o povo durante oito anos. João Goulart, “extremista e subversivo”, apóstolo da reforma agrária, é um dos maiores proprietários de terra do país, formado no cadinho da aristocracia rural tipicamente feudal que gerou os maiores caudilhos brasileiros. E o seu govêrno, derrubado porque “comunizava” o Brasil, era integrado e conduzido por homens como Moreira Sales, representante oficial do grupo Rockefeller, Sebastião Paes de Almeida, representante brasileiro do monopólio mundial do vidro plano, o grupo *Pittsburg Glass*, Jorge Serpa, representante do grupo *Manesmann*, Lúcio Meira, diretor da *Hanna Corporation*, Roberto Campos, acionista e diretor de bancos suíços. Este é o retrato das esquerdas brasileiras.

Não estou pretendendo afirmar que é desprezível a corrente esquerdista de pensamento em meu país: chamo a atenção, apenas, para o erro que, em relação ao Brasil, cometem nossos irmãos sul-americanos. Erro idêntico, possivelmente, ao que enganou muitos dos nossos, especialmente nossas classes dominantes. Erro que consiste em pensar que existia no Brasil um movimento esquerdista estruturado, definido, monolítico em seu ideário, coeso em torno do mesmo objetivo — e em condições de aspirar e assumir o poder. Há, isto sim, a dramática pressão de 80 milhões de habitantes em busca de soluções para seu cotidiano. Há, isto sim, a onerosa presença de 40 milhões de analfabetos reclamando sua integração numa sociedade que os repele. Há, isto sim, o clamor de uma antiquada economia rural onde apenas 3,5% de felizardos dividem, entre si, todas as terras aráveis disponíveis. Há, isto sim, 20 milhões de párias, subnutridos, sitiando as ilhas de prosperidade do Nordeste. Há, isto sim, a ancilostomíase desgraçando 23 milhões de pessoas, o bócio endêmico degradando outros 18 milhões, a tuberculose matando 100.000 seres humanos cada ano, a esquistossomose infelicitando 4 milhões de brasileiros.

Disse Darci Ribeiro, chefe da Casa Civil de Goulart, falando em nome do próprio Governo, que no Brasil há um “clube dos contemplados” que desfruta de um digno padrão de vida e está integrado por não mais do que 5 milhões de pessoas. Pois o que está forçando as linhas mestras da política nacional é precisamente a inconformidade, o protesto, o grito de socorro dos outros 75 milhões, que moram mal ou não moram, que comem mal ou não comem, que vestem mal ou não vestem, que apresentam aos olhos do mundo um dos maiores índices de mortalidade infantil já verificados, que enterram 2.040 crianças por dia, vítimas da fome, que vivem a escassa média geral de 46 anos — e isto em regiões mais favorecidas, porquanto os nordestinos sofrem tal regime de penúria que as estatísticas registram a morte de 50% deles aos 27 anos de idade!

Esta é a realidade que está violentando as barreiras da polícia tradicional brasileira e engrossando os contin-

gentes das “esquerdas”. Mas embora o grupamento natural se faça em termos de elites bem preparadas, seria exagêro considerar-se êste todo como um movimento esquerdista bem definido, passível de uma acusação de imaturidade ou capacitado, por sua madureza, ao exercíio de uma liderança continental consciente.

Mesmo assim, penso eu, não se deve chegar a qualquer conclusão pessimista. O Brasil reproduz, em escala aumentada, o quadro clássico dos demais países latino-americanos. E como suas proporções determinam a acentuação dos grandes contrastes, está destinado, sem sombra de dúvida, a desempenhar um papel de vanguarda no movimento de libertação dos povos irmãos. A própria inquietação de sua gente o obrigará a mover-se no primeiro momento, a ocupar um lugar nas primeiras linhas, na marcha para uma democracia social. Êste grande e generoso povo que, apesar das aparências, ainda não completou sua luta pela independência, não alcançou ainda sua democracia liberal e que, na verdade, não conheceu sequer, no decorrer de tôda sua história, qualquer espécie de regime democrático.

A Democracia Brasileira

TALVEZ os estrangeiros incidam num equívoco muito do agrado dos brasileiros, inveterados cultores do mito de suas “tradições democráticas” e por isto, conosco, se tenham surpreendido com a derrocada do Governo Goulart. Pois não há como negar — de Jango ao mais anônimo dos nossos patrícios todos ficamos espantados quando a efervescência política dos últimos tempos conduziu nosso país a um retrocesso e não à esperada arrancada.

Tínhamos uma tal confiança nas tradições democráticas do Brasil, e na consciência política de seu povo, que a idéia de uma regressão nos parecia absurda. Especialmente depois da crise de 1961, quando Leonel Brizola, então governador do Estado do Rio Grande do Sul, logrou mobilizar a opinião pública nacional contra o golpe militar já desencadeado, impondo a posse do vice-presidente eleito quando as armas prepotentes pareciam vitoriosas.

— “Ninguém mais, neste país, dará um golpe por telefone!”, afirmou Brizola, convicto, fazendo-se — sem

sombra de dúvida — porta-voz da coletividade brasileira. Tão arraigado era êste convencimento que, dias após o golpe de abril, que pregara e apoiara, o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, órgão insuspeitamente conservador que dera um “basta!” ao regime democrático de Goulart, abria suas páginas para o magoado espanto de seu cronista Carlos Heitor Cony ante as primeiras medidas reacionárias do govêrno de fato:

— “Revolução dos caranguejos!”, protestava Cony, traduzindo a defraudada confiança dos círculos liberais que se tinham deixado seduzir pelos pregadores da abrida, crentes de que contribuíam, assim, para o aperfeiçoamento da própria democracia.

Na verdade ninguém tinha o direito de se deixar iludir, muito menos o *Correio da Manhã*, calejado em décadas e décadas de entreveros políticos. O Brasil estava vivendo o fastígio de seu aprendizado democrático, com o livre diálogo imperando mesmo sôbre as tentativas de limitá-lo, com grandes parcelas da população chamadas, de quando em quando, às armas eleitorais. Na Constituição de 1946 estavam inscritas, de fato, as grandes conquistas liberais alcançadas pelas revoluções Francesa e Americana. Longe estávamos, entretanto, de uma democracia sequer razoável — com a opinião pública manipulada pelos poderosos interesses financeiros que controlam os jornais, com as eleições viciadas pelo abuso do poder econômico, apanhado com a mão na massa pela Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as atividades do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), com os coronéis do interior conduzindo seu eleitorado *de cabresto* como nos melhores dias da República Velha. Mais longe estávamos, entretanto, de uma real consolidação democrática uma vez que, mesmo deficiente, nossa democracia não conseguira abandonar o berço.

O Brasil conquistou sua independência política em 1822 e não creio que alguém possa dizer democrático o sistema então implantado, muito embora tantos anos já decorressem da revolução liberal-burguesa da França. Por mais paternalistas e moderados que fôssem os governos dos dois imperadores, uma democracia não se funda na

sucessão hereditária, não se exerce em país de economia francamente colonial, não se baseia no braço escravo nem em elites brazonadas.

A República, por sua vez, não nasceu de um movimento popular, embora se deva render tributo ao pugilo de idealistas que a pregava. Foi um movimento militar que apanhou a Nação desprevenida e traduziu, na sua realização, menos os anseios do povo do que a rebeldia de militares ressentidos. O regime democrático, que então se implantou, foi apenas formal, mantendo as multidões afastadas da disputa do poder que inicialmente polarizava facções militares e, logo a seguir, grupos econômicos e oligarquias regionais.

Durante tôda a República Velha não se pode afirmar que tivesse havido uma só eleição democrática ou que o povo desfrutasse de uma liberdade de longe compatível com a definição de Lincoln. A exclusão dos analfabetos dos pleitos eleitorais, a prática do voto a descoberto, afastavam a maioria do povo das decisões políticas e facilitavam o emprêgo da máquina repressora estatal contra a minoria que se achava às urnas, com tal eficiência que jamais um candidato de oposição conseguiu eleger-se à presidência. À monarquia hereditária sucedeu um sistema de *nomeação* de presidentes, verdadeiros monarcas, êles próprios, o qual nada tinha de democrático. Foi preciso um movimento revolucionário, deflagrado recém, em 1930, para quebrar a seqüência oligárquica de presidentes e implantar o voto secreto e universal. Pois mesmo esta aspiração mínima, esta exigência liminar da democracia não foi alcançada com a Revolução de 30: o voto não se universalizou de um todo nem se fêz tão secreto como seria de desejar-se, uma vez que os analfabetos continuaram excluídos das urnas (50% da população) e os coronéis do interior continuaram a conduzir os *currais eleitorais*, de onde promanavam os outros 50% dos votos dos que podiam participar dos pleitos.

Pois mesmo com estas restrições mutilantes a democracia não logrou vitoriar-se em 30, tanto que, dois anos depois, outra revolução vinha reclamar a promulgação de uma constituição, levantando-se contra a tendência de

eternização do governo provisório discricionário. (Estranha revolução, essa de 32, que ao mesmo tempo buscava a institucionalização do regime democrático e o retorno dos oligarcas depostos dois anos antes...) De qualquer maneira é de proclamar-se que o povo lutou pelo ideal democrático.

Em 1934, afinal, em seu aspecto meramente formal, embora, o povo brasileiro recebeu um regime democrático, juntamente com uma Constituição. Poderíamos afirmar que a partir desta data teve início a tradição democrática brasileira? Duvido muito, pois apenas 3 anos após, em 1937, já estávamos às voltas com uma ditadura nos moldes fascistas então consagrados e dela só nos livramos em 1945. Neste ano derrubou-se a ditadura promovendo-se a chamada "redemocratização do país". É de notar-se, entretanto, que o povo pouco teve a ver com êsse movimento: o ditador, indiscutivelmente estadista de gênio, mostrava-se paternal para com as massas e lhes outorgava direitos sociais que, embora parcimoniosos, não agradavam as elites oligárquicas. E tomava posição nítida contra o imperialismo, condenando-o pelo menos em palavras, embora cedendo terreno ante suas exigências sempre maiores. Isto gerou um paradoxo: a derrubada da ditadura não teve caráter popular, foi uma ação de elites político-militares ao arrepio do carinho das massas pelo tirano deposto.

Mesmo em 1945 convém salientar que o panorama não se apresentava ideal: na primeira eleição a que foi chamado, o povo teve de escolher entre dois generais, confessadamente porque a vitória de um candidato civil faria tudo voltar à estaca zero; e elegeu, precisamente, o general que conduzira o Exército na aventura ditatorial apenas encerrada. É costume dizer-se que o general-presidente Eurico Dutra exerceu democraticamente seu mandato, talvez porque esperassem dêle, caudilho do militarismo desencadeado, que implantasse nôvo regime de fôrça. Aliás contra isto rebelou-se então o líder do Partido Libertador, Raul Pila, que afirmou, revoltado: "desgraçado é o povo que credita a um homem não o bem que êle faz, mas o mal que deixou de fazer". Mas já que entramos neste terreno, vamos revolvê-lo até o fundo: no democrático go-

vêrno do general Dutra os analfabetos (ainda metade da população) continuaram segregados da vida política; os comunistas seguiram sofrendo as mais atrozes perseguições policiais; o tribunal de exceção foi extinto mas a lei de exceção, responsável pela punição dos crimes político-ideológicos, continuou em plena vigência, apenas agora aplicada pelos tribunais comuns. Havia liberdade, realmente, mas para alguns, não para todos. E só alguns, não todos, gozavam a plenitude de seus direitos cívicos. O sistema eleitoral conservou-se viciado a tal ponto que, na prática, tôdas as velhas oligarquias, de origens anteriores à revolução de 1930, continuaram dominando, ou disputando terreno, palmo a palmo, com as novas oligarquias nascidas do nepotismo estadonovista.

Aceitemos, entretanto, essa democracia caolha como o marco inicial de nossa tradição liberal. Dutra, sólidamente amparado pelas Fôrças Armadas, que bem representava no poder, foi até o fim do seu mandato. Já sua sucessão foi marcada pela frase histórica de Carlos Lacerda, o porta-voz do reacionarismo revoltado com a notícia de que Vargas se apresentaria como candidato das fôrças populares: "O SR. GETÚLIO VARGAS NÃO DEVE SER CANDIDATO À PRESIDÊNCIA; CANDIDATO, NÃO DEVE SER ELEITO; ELEITO, NÃO DEVE TOMAR POSSE; EMPOSSADO, DEVEMOS RECORRER À REVOLUÇÃO PARA IMPEDI-LO DE GOVERNAR." (*Tribuna da Imprensa*, 1.º de junho de 1950)

Esta frase, que em qualquer país realmente civilizado seria tomada como a manifestação de um louco, orientou e definiu todo o processo democrático brasileiro daquela fase — e o orienta e define até hoje. Getúlio, apesar de tudo, eleito e empossado, não logrou concluir seu mandato. Uma revolução de direita o apeou do poder. O candidato que se apresentou para sucedê-lo, Juscelino Kubitschek, precisamente por ter condições de vitória eleitoral, foi formalmente impugnado pelas Fôrças Armadas, de que se fez o porta-voz o próprio presidente da República, Café Filho, nos moldes da velha política brasileira. Eleito só pôde tomar posse graças a duas intervenções armadas de uma facção da máquina militar, legalista, que eventualmente

predominava sobre o tradicional espírito militarista. Dois presidentes constitucionais, comprometidos com a sucessão inconstitucional, tiveram de ser depostos para que Kubitschek assumisse o cargo para o qual fôra eleito. Para não ser “impedido de governar” enfrentou e venceu dois levantes militares e um clima de conspirações ininterruptas. Seu sucessor, Jânio Quadros, eleito pela maior concentração de votos já verificada no Brasil, não conseguiu manter-se no poder por mais de 7 meses — foi levado à renúncia pura e simples. João Goulart, o vice-presidente legalmente eleito, para assumir seu posto teve de fazer frente a um golpe destinado a depô-lo preventivamente. Vitorioso, foi derrubado dois anos depois. Castelo Branco, general-presidente de hoje, não passou pelo crivo das urnas: foi impôsto militarmente a uma câmara apavorada pela ameaça de fechamento. E da próxima eleição já se pode fazer idéia: pelo clima de terror policial instaurado no Brasil, pela cassação sumária de direitos políticos de todos os representantes das áreas nacionalistas ou simplesmente liberais capazes de fazer frente aos candidatos preferidos das Fôrças Armadas (a começar pelo direitista Kubitschek, eliminado pelo mesmo motivo que lhe valeu o malogrado veto de 1955 — porque tem popularidade suficiente para vencer); e, finalmente, pelo adiamento das próprias eleições, estas consideradas um mal intrínseco, já que ameaçam a ordem pública...

Diante dêstes fatos singelamente alinhados — onde está a falada “tradição democrática brasileira”? Quando foi implantado, no Brasil, o Regime Democrático? Ou melhor: quando foi êle praticado?

Se considerarmos que a nossa democracia nasceu com o sufrágio dito universal, ou seja, com a revolução de 30, chegaremos à melancólica conclusão de que começou mal: dos seus primeiros 15 anos (1930-1945), 12 transcorreram em plena ditadura (governo provisório de 1930 a 1934; Estado Nôvo, ditatorial, de 1937 a 1945). Se situarmos o marco inicial em 1945, com a “redemocratização” do país, enfrentaremos não pequenas dificuldades, pois a opção que então tivemos foi entre dois generais, sob pena de imediato retôrno à tirania. E optamos pela eleição de Dutra que

era a continuação pura e simples do militarismo estado novista em roupagens liberais de após-guerra.

Resta-nos, então, situar o pórtico de nossa democracia na eleição de Getúlio Vargas em 1950. Na realidade era o velho e genial caudilho precisamente o ditador dos mais recentes períodos e, em circunstâncias normais, sua eleição deveria ser considerada somente como mais um elo do autoritarismo tradicional, assim identificado com Dutra que fôra a sua espada no regime discricionário. Isso faz parte, entretanto, do acervo de contradições brasileiras: a eleição de Vargas foi, tanto quanto possível, livre e democrática e, ao triunfar, o ex-ditador derrotou o candidato da máquina governamental, Cristiano Machado, e o representante militarista, Brigadeiro Eduardo Gomes, fazendo-se o primeiro representante da oposição eleito, em todos os tempos de Brasil-República.

Pois, se êsse foi o primeiro passo, tropeçou na infância nossa democracia. Getúlio, como vimos, suicidou-se, em face de nova insurreição militar. Seu sucessor, Café Filho, foi deposto. O mesmo aconteceu ao que lhe seguiu, Carlos Luz. Juscelino equilibrou-se na crista de ininteruptas ondas de insubordinação militar mas já os presidentes seguintes, Jânio Quadros e João Goulart não escaparam à renúncia e à deposição.

É bem pobre, como se vê, a nossa tradição democrática.

A Tradição Liberal e o Militarismo

NESTE QUADRO em prêto e branco é mais do que evidente o predomínio da primeira côr. Mas alguma coisa de branco, de puro e de nobre, sobrou para ser recolhido pelas páginas da nossa história — a semente do liberalismo, o ideal democrático penosamente cultivado, o anseio de liberdade, nunca dominantes mas sempre vivos e presentes em nossas plagas.

Resiste à tentação de situá-los na infindável relação de revoluções que sempre se opuseram ao poder tão mal constituído porque, na verdade, quase tôdas elas estiveram impregnadas de militarismo reivindicante, de regionalismo rapace e até de alguns laivos de separatismo mal disfarçados. É no espírito do próprio povo e na generosa corrente de pensamento que sempre empolgou a intelectualidade mais sadia que prefiro encontrar, límpidos e preservados, os grandes ideais da Revolução Francesa.

Luta desigual, esta, que se travou entre a opressão armada e o pensamento liberal! Mas a bem da verdade deve

ser dito que se jamais o idealismo logrou triunfar, nunca se deixou abater, lutando sempre e sempre, sem descanso e sem descrença, amparado na grandeza do espírito do povo subjugado.

Desde a aurora do nativismo, que podemos localizar no sacrificado Nordeste, quando se levantou em armas para expulsar os holandeses, foi constante a participação popular nos grandes movimentos positivos, que dignificava com seu despreendimento, com seu idealismo, com sua disposição para criar uma Pátria realmente sua, realmente livre. E, mesmo nos episódios militares, a que acima nos referimos sem grande admiração, é evidente a impregnação libertária, contribuição da massa anônima e dos *poetas* sem senso prático, que só êstes encontravam em si reservas generosas para com elas enriquecer de conteúdo a imagem do futuro.

Acho graça sempre que vejo a elite militar e oligárquica do Brasil homenageando a memória de Tiradentes, o herói da Inconfidência Mineira que primeiro ousou sonhar com a independência. Esquecem-se de que o pranteado mártir não foi um general, nem sequer um oficial do Exército de então — como simples alferes não se integrava, igual a um sargento de hoje, sequer nas classes dominantes. Que seus companheiros eram intelectuais e *poetas*. E de que seus algozes foram precisamente as forças convencionais hoje representadas por seus homenageantes: a sociedade, conservadora e estática, que o condenou; o Exército, servil e policial, que o perseguiu; e a Igreja que se fez presente em seu patíbulo através de um padre que falou à multidão, condenando a heresia do inconformismo e abençoando a sociedade justiceira, tal como D. Jaime Câmara faz hoje em dia.

Dir-me-ão que uma sociedade portuguesa, um exército português e um padre português constituíam a constelação de carrascos. Aceito-o como verdade. Mas lembrando que é verdade, também, que a mesma sociedade, ainda portuguesa, anos depois, realizava o sonho do esquartejado. Que foi o mesmo exército, ainda português, que apoiou o príncipe, também português, que proclamou a independência sonhada por Tiradentes. E que êste o fez não inspi-

rado pelo martírio do herói ou pela aspiração do povo, mas sim pela frase ambiciosa e maquiavélica de seu pai, o rei português que o mandou colocar a coroa sobre sua cabeça antes que algum aventureiro lançasse mão dela. E, finalmente, com todo o respeito, quero assinalar que a Igreja, também ainda portuguesa, que abençoou a rebelião do príncipe como condenara a rebelião do alferes, antes — como agora — não devia ser portuguesa. Devia ser a mesma Igreja Católica Romana, eterna e universal, que hoje ainda influi decisivamente em nossa vida política e abençoa as armas que muito poucas vezes estão nas mãos do povo ou são brandidas em seu benefício.

É interessante observar, também, que os mesmos en-deusadores de Tiradentes sacrificado tomam, como seu patrono, o general Duque de Caxias, a espada que liquidou tôdas as revoluções do Segundo Império, mesmo as mais legítimas e liberais. E, tendo por modelo o próprio símbolo contra-revolucionário, se orgulham do passado rebelde das Fôrças Armadas brasileiras. Passado e presente, aliás.

Haverá contradição niso? Creio que não: Tiradentes é herói a despeito dêles porque a evidência provou o acerto de sua posição, a tal ponto que os continuadores de seus carrascos tiveram de realizar seu sonho. É cultuado principalmente porque morreu, pois se vivo fôsse seria um símbolo da subversão e da inconformidade. Já Caxias é patrono bem escolhido, uma vez que representa, nitidamente, o espírito antipopular que norteia tôdas as revoluções e golpes tipicamente militares do Brasil.

O general Costa e Silva, que melhor encarna a alma e o punho do movimento de 1.º de abril, deixou isto bem claro em seu discurso, pronunciado perante a Câmara de Deputados — que acabava de mutilar e humilhar com o Ato Institucional outorgado, provando-lhe a desvalia já suspeitada pelo povo. Descreve êle, com orgulho evidente, o patrimônio subversivo dos militares a partir da República:

“Logo de início a divergência entre os militares, que levou àquela fase terrível da revolução de 93. Todos sabemos que

justamente a divergência entre os militares, no momento, acarretou pesado ônus para a Nação"... (*Correio da Manhã*, Rio, 7.5.64)

Observe-se como o general acentua bem a tutela militar sôbre a República nascente. Não lhe importa sequer saber o porque das divergências. Da possível idéia generosa que ceifou tantas vidas e "acarretou pesado ônus para a Nação" nada lhe sobrou na memória, nada lhe desafia o interêsse. Depondo num momento único, perante a Câmara de Deputados, para um país ansioso e para um mundo perplexo, sete dias após a abrilada, fica-se apenas na desgraça do Exército desunido, precisamente porque seu ideal é um Exército monolítico que tenha por inimigo apenas a nação desarmada. Mas continuemos com êle:

"1930. A habilidade política de Getúlio Vargas, despertando e alimentando ambições justas e admissíveis nos tenentes, lançando-os aos governos estaduais, dividindo-se, com Barata em Belém, Juraci na Bahia, Landri, Eloi Seroa da Mota etc. ANIMANDO AS DESINTELIGÊNCIAS entre Mena Barreto, Leite de Castro, Gois Monteiro, Protógenes Guimarães etc., AFASTOU, PRÁTICAMENTE, A INFLUÊNCIA MILITAR, A GARANTIA MILITAR para o golpe de 1.930. (idem, ibidem)

Deixemos de parte o português do general, que é próprio de caserna. E também sua estranha concepção sociológica que classifica de golpe a revolução de 30 e reivindica o rótulo de revolução para o seu golpe de hoje. O que nos interessa é o aspecto substancial de seu raciocínio: o pensamento militar tem de estar unido, como um monobloco, nos limites dos regulamentos dos quartéis; militar desunido, militar com idéias próprias, militar filiado, como qualquer cidadão, a diferentes correntes de opinião, isto é a desgraça nacional. Por quê? Porque "afasta" A INFLUÊNCIA MILITAR, A GARANTIA MILITAR sôbre e para o regime. Ou seja — dá oportunidade à influência civil sôbre os destinos civis, o que é a suprema hediondez.

O que ocorre quando o Exército está unido? Diz o general Costa e Silva:

"Em 1945 houve a união do Exército. Foi pôsto um fim à ditadura." (idem, ibidem)

Esqueceu-se de lembrar, é claro, que em 37 também o Exército alcançou a união. E que foi dado início à mesma ditadura...

“Mas não houve a determinação de acabar de fato com o ditador, porque grande parte dos chefes militares da época estavam muito comprometidos com — digamos, confessemos — Getúlio Vargas”. (idem, ibidem)

Esta confissão é sobremaneira interessante: é um eufemismo que encobre aquêlê fato que recordei linhas acima — os mesmos homens que derrubaram a ditadura foram os que a implantaram. Que a ditadura teve um caráter tipicamente militar, embora o ditador fôsse um civil. Que êste representava os militares no poder e aí foi mantido por êles até o momento em que preferiram ocupá-lo diretamente, embora sacrificando a fórmula ditatorial ao espírito liberal do após guerra. Que êles usufruíram a ditadura, satisfazendo suas “ambições justas e admissíveis”. Oficiais como Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Juraci Magalhães, Barata, Alencastro Guimarães e muitos outros passaram a desempenhar cargos civis de considerável importância, ocupando os governos discricionários dos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Pará, Ministérios e direções da Estrada de Ferro Central do Brasil, alguns altamente enriquecedores, outros talhados para satisfazer as maiores “ambições justas e admissíveis”. Que êsses mesmos oficiais, levados ao generalato pela ditadura, participaram de sua derrubada. E que ainda os mesmos, salvo os que morreram, estão à testa do Governo de abril. Como Ministros de Estado Cordeiro de Farias e Juarez, por exemplo. Como embaixador do Brasil em Washington Juraci, também a título de exemplo. Mas voltemos à fala do general Costa e Silva.

A mágoa demonstrada pelo general por não ter havido a determinação de “acabar de fato com o ditador” foi fartamente compensada em 1954. E o êrro não foi repetido agora pois que os adversários, encarcerados, torturados, assassinados alguns, estão sendo eficientemente “acabados de fato”. Jango no exílio preservando a liberdade e provávelmente a vida. Como Brizola. Arraes num presídio de Fernando de Noronha dantes abandonado como

inconveniente para abrigar criminosos. O almirante Aragão num cárcere onde *“a maldade, o ódio, a ferocidade fizeram de meu pai um trapo humano”*, *“o espectro de homem que chora e ri desordenadamente e não consegue articular duas frases sequer no mesmo assunto”*, segundo o depoimento revoltado de sua valente filha Dilma Aragão, publicado no *Correio da Manhã* do dia 2 de junho de 1964.

Agora, portanto, o general pode dar-se por satisfeito, pois está *“acabando de fato”* com os inimigos e mantendo *“as Forças Armadas íntegras em sua estrutura constitucional”*. Em condições, portanto, de exercer *“influência militar”* sobre o Governo e garanti-lo para que possa *“sem peias, nem tergiversações ou transigências eleitorais ou políticas, cumprir o legado que lhe transmitiu o comando revolucionário”* (idem *ibidem*).

As peias afastadas eram, evidentemente, as garantias individuais, logo abolidas pelo Ato Institucional. E as *“tergiversações e transigências eleitorais e políticas”* o diálogo democrático, a voz das urnas, logo eliminados; aliás os militares sempre demonstraram confundir tolerância com fraqueza, respeito ao direito alheio com cumplicidade, negociações políticas com cambalacho e a postulação de votos com subversão, numa clara demonstração de inadaptabilidade à prática democrática que tem nisto o seu baluarte e sua razão de ser.

É claro, também, que a obrigação de cumprir *“o legado do comando da revolução”* é o exercício do regime tutelado, eterno alvo que o povo insiste em contrariar, na sua incansável busca de, pelo menos, uma democracia liberal.

Não tenho razão quando afirmo — contrariando quase todos — que não há tradição democrática no Brasil?

O professor D. F. Fleming afirmou de seus compatriotas norte-americanos: *“Os franceses das direitas ainda não aceitaram completamente a revolução francesa de 1789 e os seus equivalentes americanos não haviam, ainda, admitido a revolução russa de 1917 quando a segunda guerra mundial lançou a Rússia comunista para o contrôlo do coração do mundo”*.

Que diremos dos equivalentes brasileiros?

FILOSOFIA E OBJETIVOS DE 1.º DE ABRIL

O Objetivo da Abrilada

QUEM ACOMPANHOU e aceitou o pensamento exposto nos capítulos anteriores já sabe, perfeitamente, qual foi o objetivo da abrilada: restabelecimento do regime tutelado que historicamente tem sido a constante do povo brasileiro. É importante, entretanto, para a perfeita compreensão do processo, analisar os objetivos alegados pelos intérpretes do próprio movimento.

Dêstes intérpretes o mais autêntico é, sem sombra de dúvida, o general Costa e Silva cujo papel antes, durante e depois da derrocada de Goulart, é muito mais importante do que o do próprio general Castelo Branco que foi, visivelmente, levado na crista da onda.

Disse o general Silva, ainda nesse memorável discurso perante a Câmara de Deputados, por êle mesmo considerado como um “depoimento para a posteridade”;

“Queremos ser a garantia do Governo, como manda a Constituição...”

Observe-se que a Constituição — esta como as anteriores — sempre determinou esta missão às Forças Armadas que, não obstante, preferiram incumbir-se de outra, qual seja a de derrocar governo, em desobediência à Carta Magna. A continuação do pronunciamento do general Costa e Silva explica a aparente contradição:

“... para que possa, sem peias, sem tergiversações ou transigências eleitorais ou políticas, cumprir o legado que lhe transmitiu o comando revolucionário...”

Quer dizer que as Forças Armadas não aceitam incondicionalmente o mandamento constitucional. Elas têm um objetivo próprio, independente da Lei Maior e hierarquicamente sobreposto a esta. De tal maneira que podem, sempre que o objetivo não está sendo perseguido, ultrapassar o mandato constitucional e agir por conta própria, criando um governo sensível ao “legado do comando revolucionário” e ao qual — e só a este — se propõem garantir. Mas assim mesmo exigem que este governo não tenha “peias” — que peias limitam, normalmente, a ação dos governos? Só as legais, as inerentes à própria sistemática do regime que fazem do executivo, que no caso é denominado de “governo”, um poder independente porém controlado pelos dois outros, o Legislativo e o Judiciário, segundo a concepção de Montesquieu. Mas o general o prefere “sem peias” e, o que é mais claro, “sem transigências eleitorais e políticas” o que vale dizer autoritário já que a democracia, coordenando vontades livres e independentes, transforma a política na arte de transigir.

“... QUE DESEJA SEJAM COLIMADOS OS OBJETIVOS DA REVOLUÇÃO, QUE SE TRADUZ NA DESCOMUNIZAÇÃO DO PAÍS, A RECONDUÇÃO DO PAÍS À PROIBIDADE ADMINISTRATIVA pela extinção dos favoritismos, das negociatas e das corrupções à custa do erário público.”

(Deixo bem claro que conservo o português tal como o registra a transcrição literal do *Correio da Manhã* do dia 7 de abril de 1964.)

Vê-se, pois, que os objetivos da revolução se evidenciam:

1.º: a “descomunização do país”. Este é, evidentemente, o alvo principal. O general Costa e Silva o fez bem patente neste trecho e noutro posterior em que afirma que as Fôrças Armadas agiram “*justamente no momento gravíssimo para a nacionalidade*” “*não só para evitar que o país descambasse para a comunização, que se tornava evidente, quase total, como*”... etc.

2.º: a luta contra a corrupção é o seguinte objetivo, em importância, e o general o assinala como a “*recondução do país à probidade administrativa*” ou seja, a um estado anterior e ideal de moralidade, que êle não situa, mas que afirma ter existido, evidentemente antes de Goulart, o que nos deixa muito confusos. Sim — confusos — porque todos os períodos anteriores a Goulart foram marcados, fundamente, pela inconformidade militar, como vimos, de maneira que nos é difícil saber a que período moralista se deve reconduzir o país.

Um terceiro objetivo ressalta, entretanto, das palavras seguintes do intérprete de 1.º de abril: a “salvação do Congresso”. Vejamos como o expressa:

“Quero confessar-lhes que jamais nos passou pela cabeça ou pelo espírito qualquer sentido de agressão ao Congresso. E por quê? Porque o Congresso também era um agredido”.

Estranho período êste. O general “confessa” que não pretendia agredir o Congresso e o faz como que envergonhado, como quem revela um mau pensamento. E afirma que o Congresso era *também* um agredido sem esclarecer quem era o outro. As Fôrças Armadas? Mas quanto aos agressores êle é bem claro:

“Agredido pelo Executivo, agredido também por congressistas em plena praça pública. Foi isto, justamente, que levou o alto comando revolucionário a SALVAR O CONGRESSO.

Muito claramente fica aqui exposta a incompatibilidade do pensamento militar com as práticas democráticas. Observe-se que o general confunde crítica com “agressão”. O Congresso, dantes criticado pelo Executivo e pelos próprios congressistas, no exercício de um direito e de um

dever democráticos, lá estava, intocável, intocado e soberano. Mas os militares o consideraram “agredido e justamente por isto” trataram de “salvá-lo”. E aí está o Congresso: acossado, mutilado em seus poderes, engolindo um ato institucional que é uma verdadeira constituição outorgada, privado de quase um terço de seus membros, expurgado, ameaçado.

Em suma, quase morrendo da cura.

Dos três objetivos principais expressamente salientados por quem de direito nenhum apresenta conteúdo positivo. Apenas a luta “contra”, como se este movimento não tivesse nenhum alvo construtivo. É o anti-comunismo, a anti-corrupção (moralismo) e, secundariamente, a salvação do Congresso que seria, quando muito, de caráter profilático.

Alguma preocupação para com os grandes problemas econômico-sociais do país? Para com as aflições do povo? Para com o cancro do analfabetismo? para com os sem-teto que se aglomeram, em favelas imundas, aos milhões em torno das grandes cidades?

Alguma mensagem econômica? Qual a posição dos revolucionários diante dos capitais estrangeiros? É o problema do operariado urbano? E a estrutura feudal dos campos onde vegeta a maioria da população do Brasil?

Não — na histórica mensagem central nada há que diga com estes temas. Aliás esta posição se mantém até hoje: a “revolução” de abril, nas suas definições, é apenas “do contra”. Seus objetivos positivos se revelaram na prática, pouco a pouco, sorratamente, de acordo com as previsões, aliás...

Edmundo Moniz, em artigo corajoso publicado 30 dias após a abrilada assinalou, com razão: “*Só se pode definir como revolução um movimento militar por impostura ou ignorância*”. E explica o que é lugar comum para qualquer estudante de sociologia: “*Uma revolução constitui, precisamente, a transformação da estrutura social de um país, correspondendo aos anseios da maioria da coletividade. Tem eminentemente um caráter nacional e popular. Representa um passo histórico para a frente*”.

Tem razão, é claro. E aí está a tragédia: esta “revolução” de 1.º de abril é falsa a começar pela denominação. Não foi revolução, mas sim contra-revolução; não foi anti-comunista, mas sim anti-burguesa, como também assinala Edmundo Moniz: *“A revolução burguesa, no Brasil, se vinha processando de maneira pacífica e democrática”*. Não buscou “salvar o Congresso”, antes tratou de aniquilá-lo como observou o líder liberal e católico Sobral Pinto em carta que dirigiu ao próprio general Costa e Silva e divulgada por toda a imprensa do país: *“O ato institucional, sr. Ministro, sendo mera manifestação de força, não podia nem pode ser encarado como gerador de um governo representativo. O que êle instituiu, de fato, no país, foi uma ditadura militar disfarçada. Por êle os chefes militares fizeram revisão abusiva e violenta do voto popular, quando cassaram mandatos de deputados e senadores. Mais ainda: através dêste ato V. Exa. e os demais Ministros Militares TIRARAM DO CONGRESSO NACIONAL A CARACTERÍSTICA DE UM DOS TRÊS PODÊRES DA REPÚBLICA”*.

E por último — em transição de tragédia a farsa — a abrilada não foi, sequer, moralista, porque na cúpula do movimento “revolucionário” estavam encastelados os mais ostensivos corruptos da República e no bôjo das primeiras medidas revolucionárias se acobertaram tôdas as negociatas que se propôs combater.

Afinal — cabe perguntar-se: a quem aproveitou o crime?

A Comunização do Brasil

SIM. É indiscutível que o pânico, o susto, o terror medravam francamente nas hostes conservadoras, no decorrer da última quadra do governo João Goulart. Desde os seus mais destacados porta-vozes — como Eugênio Gudin, Augusto Frederico Schmidt ou Gustavo Corção — até os anônimos e amoldáveis editorialistas dos jornais e os rotineiros dirigentes de entidades de classe, todos os homens de pensamento conservador manifestavam diariamente sua preocupação diante da “crescente comunização do país”. A “comunização que se tornava evidente, quase total”, como o afirmou enfaticamente o general Costa e Silva.

Qualquer observador menos avisado que lesse os grandes jornais brasileiros ou tomasse conhecimento dos protestos diuturnos dos homens de empresa teria de concluir que o Brasil adotara a doutrina de Marx e que, conduzido por um governo já comunista, tratava de consolidar o regime soviético utilizando todos os meios e processos aceleradores, inclusive a “guerra revolucionária”,

peremptoriamente denunciada pelo presidente da União Democrática Nacional na qualidade de arauto de ocultos “setores das Fôrças Armadas”.

Torna-se importante, portanto, para a plena compreensão da seqüência histórica que conduziu à abrilada, precisar-se o caráter comunista das idéias e da ação de João Goulart, na qualidade de chefe do Govêrno; as diretrizes dêste mesmo govêrno, como um todo, e suas relações com as fôrças populares, especialmente aquelas marcadamente socialistas.

Em que consistia, enfim, o processo de “comunização do país”?

Vamos por partes, mesmo porque parceladamente também se apresentaram e desenvolveram as várias teses do ideário do movimento de 1.º de abril.

É preciso assinalar, em primeiro lugar, que a suspeição de João Goulart *antecedeu* o enunciado de qualquer dos grandes temas de seu govêrno — o que desmoraliza inteiramente tudo o que contra ela se alegou. Estava, Jango, no estrangeiro quando ocorreu a renúncia de Jânio Quadros. Na China Comunista, precisamente, *cumprindo missão oficial do govêrno uđenista* de então, na qualidade de vice-presidente da República. Deflagrada a crise, imediatamente os ministros militares do presidente renunciante — membros do mesmo govêrno que o enviara à terra de Mao Tse Tung — invocaram contra êle, entre outras, esta circunstância e impugnaram o processo constitucional que culminaria com a sua posse.

Jango é comunista.

Nunca o foi e nunca o será. Sem fazer disto o rendoso profissionalismo que tantos exercem, pode ser taxado até de anti-comunista. Sua missão, como presidente do Partido Trabalhista Brasileiro e como herdeiro de Vargas, era a de conduzir êste partido nos rumos que lhe foram claramente traçados pelo taumaturgo de São Borja, fazendo do PTB uma trincheira ostensiva contra o comunismo, oferecendo às massas operárias, a quem repugnavam, naturalmente, os partidos reacionários dominantes, uma opção democrático-burguesa.

Jango jamais exercera o poder e até o momento da renúncia nada representava ideologicamente. Sua carreira se fizera, de início, à sombra acolhedora de Getúlio; depois ao arrimo de sua herança política e da extrema simpatia pessoal de que é dotado. A tudo isto aliava uma certa convicção democrática que lhe possibilitava o diálogo com tôdas as correntes, inclusive com os comunistas, em quem via brasileiros e não criminosos; e uma real habilidade política que melhor chamaríamos "astúcia de negociador".

Vargas aproximou Goulart das massas obreiras. Sua atitude democrática facilitou-lhe o entendimento com elas. Sua simpatia conquistou-lhe a adesão de amplos setores do operariado. E sua "astúcia de negociador", mera transferência para o terreno político de sua experiência de grande comerciante de gado, ampliou-lhe o campo de manobras, consolidou-lhe a liderança. E invocando o nome mágico de Getúlio, e misturando-se com o povo, e distribuindo sorrisos, e prodigalizando promessas e favores, Jango chegou à Presidência da República sem jamais se ter definido ideologicamente.

Até o momento crucial de 1961 João Goulart poderia ser considerado o homem público mais vago, mais vazio de todo o país, resumindo sua mensagem a chavões saudosistas e lugares-comuns da oratória caça-votos. Como dirigente partidário notabilizara-se pela luta sem quartel que moveu a todos os doutrinadores do seu PTB: confinara todo o ideário amplo e generoso de Alberto Pasqualini a uma simples "sugestão a um programa", muito embora o Partido Trabalhista se ressentisse da falta de uma carta de princípios; posteriormente expulsou Fernando Ferrari que, com menor brilho e maior combatividade, tentava empunhar a mesma bandeira.

Ora — se a grande objeção, que quase nos conduziu à guerra civil e que provávelmente ainda nos levará a ela, se antecipava a qualquer definição de Jango, evidentemente não tinha o alegado caráter ideológico. Parece que a Goulart se atribuía uma certa "capacidade de delinquir", uma certa "vocaçào carbonária" que sua formação e sua cultura não autorizavam.

Teria êle, realmente, esta marca de Caim?

Deixemos êste tema para mais tarde e contentemo-nos, por enquanto, com a noção de que “êles” o tinham como certo; tanto que, confrontados com a firme disposição de resistência do povo legalista, negociaram a própria derrota, mas em têrmos parciais e hábeis: Jango poderia ser presidente, mas com seus poderes castrados por um parlamentarismo improvisado, sempre repellido, em meio século de República. Jango sem poderes, transformado numa espécie de rainha da Inglaterra, parecia-lhes uma v ibora sem veneno.

Uma vez no gov erno, quais foram as teses “comuni-zantes” de Jango?

A mais grave delas, a primeira a ser fulminada pelo gov erno resultante do golpe vitorioso de abril, não era sua: É a “política internacional independente” que Jânio Quadros e seu gov erno udenista lhe legaram.

Tese perigosa, realmente, que a abrilada não se atreveu a incluir em sua motiva ao, mas cuja elimina ao, já no dia da vitória, todos os seus arautos exigiam em altos brados. Tese perigosíssima por implicar no repúdio   tradi-cional subserviência   política externa dos Estados Unidos e que já tivera a virtude de assanhar as “fôrças ocultas” para a derrubada de Jânio Quadros.

Manter esta tese do gov erno udenista de Jânio, tra- ado pelo aristocrático udenista Afonso Arinos, através de seu heráldico Ministro do Exterior, Santiago Dantas, advogado das maiores emprêsas internacionais que operam no Brasil, foi o primeiro crime de Goulart. E quem não o quiser considerar como crime, pelo menos terá de aceitá-lo como o seu êrro capital.

O outro dos seus grandes apelos e, conseqüentemente, grande crime de comuniza ao, foi ter disciplinado a re-messa de lucros para o exterior pelas grandes emprêsas internacionais (igualmente anulado imediatamente após a vitória, do movimento de 1.  de abril...). Por estranho que pareça esta também foi uma falta alheia que lhe coube pagar. A conten ao dos abusos das firmas estrangeiras, por diploma legal, foi a culminância de uma árdua batalha que se arrastara desde o gov erno do general Dutra, que

incendiara o período democrático de Getúlio Vargas, que atravessara o tempo de Kubitschek. O problema chegou às mãos de Jango estudado, debatido, dissecado e até transformado em lei pelo Congresso que exaustivamente o debatera. Acontece que, no Brasil, nem tôdas as leis devem ser cumpridas: o mesmo Congresso que fêz da participação dos operários no lucro das emprêsas um preceito constitucional, nunca encontrou tempo, em 18 anos de atividades, para regulamentá-lo; pior ocorreu com o direito de greve que, afinal, veio a ser regulamentado duas décadas depois, pelo govêrno de abril, apenas para ser negado.

A Lei de Remessa de Lucros tivera uma longa e acidentada tramitação parlamentar. Em primeira etapa a Câmara dos Deputados aprovou um texto que se pode considerar realmente bom e eficiente. O Senado, manhoso e manejável, diluiu seus dispositivos mais agressivos e o devolveu à Câmara que, penitenciando-se de seu brasileiro, adotou os termos ambíguos do diploma assim reformado. Aprovado subiu à sanção presidencial — cabendo a Jango, que em nada participara do problema, apenas por sua assinatura.

Acontece que Goulart foi sensível ao conteúdo explosivo do tema, ainda que colocado em meios-tons. O embaixador norte-americano o foi, igualmente, e passou a assediá-lo, postulando o veto à lei que, embora “camarada”, ameaçava os interêsses americanos ao menos pelo precedente que abria. Jango hesitou e Mr. Lincoln Gordon não. As áreas auxiliares da “livre-emprêsa” norte-americana foram mobilizadas — a imprensa, os empresários nacionais ligados ao comércio exterior, à indústria alienada. Mais ainda: os próprios parlamentares, autores dos seus “excessos”, nas últimas três visitas que Mr. Gordon fêz ao presidente Goulart, para tratar do assunto, o embaixador contou com a companhia e assistência do Senador Mem de Sá, que fôra o relator da matéria no senado...

João Goulart provávelmente não tinha idéias formadas sôbre o problema do capital estrangeiro e sua ação espoliadora. E, pelo menos, não tinha interêsses algum em con-

trariar os poderosos apetites norte-americanos, tão bem defendidos no *front* interno: não sancionou a lei! Deixou que transcorresse o prazo constitucional e devolveu o diploma, sem assinatura, ao presidente do Congresso para que o firmasse.

De maneira que, neste segundo e fundamental subsídio à tese da “comunização do país”, não há qualquer participação de João Goulart!!! (Mais tarde o presidente baixou a regulamentação da lei, mas disto trataremos em capítulo posterior.)

Mas, afinal, o que há de comunismo numa política internacional independente? De Gaule é comunista? Ou Neru? O regime de Nasser, extremadamente nacionalista, que mantém os comunistas nas prisões, merece a mesma acusação? Ou o pequeno Uruguai que teima em pensar pela própria cabeça?

O que há de comunista no disciplinamento das remessas de lucros das empresas estrangeiras? Mesmo os Estados Unidos o fazem, através de leis draconianas e universalmente conhecidas e imitadas!

Terá sido comunizante a manutenção do Monopólio do Petróleo? É difícil afirmá-lo: esta orientação foi traçada pela Lei 2004, nascida no próprio Congresso, anos atrás, quando Jango ainda atuava em plano secundário. Este se limitou a cumpri-la e, diga-se de passagem, bem que poderia ter pôsto mais empenho nisto: seu decreto de encampação das refinarias, mera decorrência da própria lei, chegou com evidente atraso; a lucrativa distribuição continuou, ao arrepio da lei, em mãos privadas e estrangeiras; e administradores seus, como o general Albino, foram colhidos em flagrante na prática de atos visivelmente lesivos ao monopólio.

Estaria na tese da reforma agrária o esconderijo das tendências comunistas do governo Goulart? É impossível sustentá-lo desde o momento em que o atual governo abri- lista manifestou seu propósito de realizá-la e este governo é autodefinido como anticomunista! Além do mais é preciso notar que a reforma agrária pretendida por Jango não tinha fundamento socialista: queria apenas desapropriar as terras inaproveitadas, os latifúndios marginais às

grandes estradas-tronco e, pois, valorizadas pelo dinheiro coletivo — para ampliar a faixa dos proprietários de terra de 3 para 10 milhões. Ou seja — como o próprio presidente deposto reiteradamente o afirmou — triplicar o número dos defensores do direito de propriedade, base do regime capitalista! Edmundo Moniz tem razão quando afirma que “a revolução burguesa, no Brasil, se vinha processando de maneira pacífica e democrática, acelerada nestes últimos anos pela industrialização intensiva que transformou o país no maior parque industrial da América Latina e o conduza à sua emancipação econômica. Para o complemento orgânico desta revolução (nota do autor: burguesa!) impunha-se a reforma agrária e várias outras de natureza secundária”. (*Correio da Manhã*, Rio, 29-5-64)

E a presença de comunistas nos postos chaves? Isto é apenas uma mentira macartista, hábilmente explorada para despertar o primário e ingênuo fanatismo religioso. O Governo Goulart, ao contrário, caracterizou-se pela presença atuante da alta burguesia no poder e, ao lado dela, dos mais legítimos representantes dos trustes internacionais que sempre ocuparam os postos de comando da economia nacional e da sua política de relações com outros povos, como o Ministério da Fazenda e a Embaixada do Brasil em Washington. Mesmo porque os nossos amigos norte-americanos não admitiriam outros, que não os seus amigos, em posições tão estratégicas.

A esta altura é justo que me perguntem — mas por que fizeram, então, uma revolução contra Jango?

E me darão oportunidade para responder, dentro da melhor técnica do romance-mistério: não havia nenhuma revolução contra Jango! A revolta teve outros alvos e outros objetivos que não o sr. João Goulart. Tanto que êste poderia ter participado dela, se quisesse — o que é provado pelo telefonema que lhe deu o general Kruehl, na hora undécima, no momento em que decidia, com o II Exército, a sorte do Brasil: se Jango liquidasse com o Comando Geral dos Trabalhadores, com a União Nacional dos Estudantes, com os agitadores, ou seja, as forças populares, nada teria a recear...

As Tendências Comunizantes

“**A** LUTA NÃO TERMINOU” afirmava, 24 horas depois de seu famoso discurso perante a Câmara de Deputados, o general Costa e Silva (*Correio da Manhã*, Rio, 8-5-64) porque o comunismo “*está sempre atuante*” em sua “*guerra ideológica contra o mundo democrático e cristão*”. Com isto reafirmava o caráter eminentemente anticomunista do golpe que vinha de chefiar mas lhe acrescentava um elemento nôvo, que abordaremos em capítulo posterior: a universalidade, o conteúdo internacional dêste movimento armado nacional que, como explicitamente definiu no mesmo pronunciamento, “*significou um dos mais decisivos reveses sofridos pelo comunismo internacional, nos últimos tempos, em sua campanha pelo domínio do mundo*” (idem).

O sr. Eugênio Gudín, diretor da *Bond and Share* e o mais autorizado e capaz dos ideólogos da direita brasileira, já a 11 de maio (10 dias após a implantação do nôvo regime) reclamava do govêrno discricionário as primeiras medidas concretas conseqüentes ao programa das armas

vitoriosas: a punição exemplar dos “CRIMES DE UM GOVERNO DE BANDIDOS” era, naturalmente, a primeira obrigação. Mas embora lhe parecesse que “*as providências de caráter repressivo, a expulsão dos vendilhões do templo, vão se processando com uma lentidão por vezes desanimadora*”, via-se obrigado a reconhecer que apenas com um policialismo atuante e violento não se poderia justificar o movimento triunfante. Por isto reclamava certas medidas político-administrativas, após indicar os principais “crimes” que requeriam punição: a sumária deposição “*dêsse repelente governador do Estado do Rio*”. Sustentado pelo jôgo do bicho” por ter sido um “*ignóbil orador do comício do dia 13*” (estranho crime que envolve, como autores e cúmplices, uma dúzia de oradores, duzentos mil assistentes entusiásticos e outros milhões que ouviram e vibraram pelo rádio...). “*Como é o caso do Ministro da Guerra do governo Goulart, responsável pelo crime de ter feito do Exército guarda pretoriana do caudilho no dito comício, a que o Ministro compareceu*”. (O Globo, Rio, 11-5-64)

Isto diz bem da histeria reacionária reinante, uma vez que o “caudilho”, criminosamente protegido pelas Fôrças Armadas era, precisamente, seu chefe constitucional supremo, o presidente da República, ameaçado, como o povo, pela truculência do governador da Guanabara.

Eugênio Gudín, entretanto, prestou à Pátria um grande serviço com êste artigo publicado em *O Globo*, pois desmoralizou as fórmulas vagas com que os militares buscavam explicar sua “revolução” ao povo perplexo, para oferecer as primeiras pistas capazes de nos levar ao ideário real da abrilada:

“Tampouco se explica a demora em romper relações com Cuba, quando mais não fôsse para redimir o país do crime de ter condecorado Che Guevara, como em vasculhar o Itamarati DOS CARREIRISTAS E SABUJOS COLABORADORES DA CHÂMADA POLÍTICA INDEPENDENTE. Bem assim a demora EM REVOGAR A LEI DA REMESSA DE LUCROS, que tanto mal já fêz e está fazendo à economia do país, o DECRETO DE ENCAMPAÇÃO DAS REFINARIAS, totalitário, confiscatório e indecente e o DECRETO LEI DO INQUILINATO”.

Lembremo-nos de que Gudin, papa da economia liberal, diretor de grandes firmas nacionais e estrangeiras, ministro da Fazenda do Govêrno Jânio Quadros, mentor de quantos ministros da Fazenda ocuparam a pasta, desde os idos do Estado Nôvo, não é um irresponsável. Tanto que, incontinentemente, nos seguintes dias, já a “revolução” se apresava a cumprir suas determinações, intensificando a repressão policial aos crimes denunciados, rompendo relações com Cuba, anulando a malfadada lei da remessa de lucros e o seu corolário político que é a orientação internacional independente, esta última enterrada logo após, com a posição subserviente do Brasil na reunião da OEA.

Gudin, em suma, ergueu a ponta do transparente véu que ocultava a face real da revolução bem explicando o porque de seu caráter internacional, já aludido pelo general Costa e Silva e destacado pelo próprio Governador Carlos Lacerda que, pela televisão, no dia mesmo da vitória, chamara a atenção dos norte-americanos para sua obrigação de ajudar materialmente o nôvo govêrno tendo em vista o muito que, em dinheiro e em vidas lhes pouparam os militares brasileiros.

Vamos segui-los, passo a passo, analisando em sucessão o conteúdo dos grandes alvos da abrilada, a Lei de Remessa de Lucros e a Política Independente.

Porque uma coisa é fundamental — não basta, em relação ao golpe de 1.º de abril, uma atitude emocional de repulsa. É mister que o compreendamos, já que êle se integra na inteira seqüência dos golpes que infelicitam a vida brasileira, já que êle sintetiza a atribulada história do Brasil e do continente. Só assim aprenderemos a abominar as suas causas determinantes para aboli-las, definitivamente, no futuro, realizando assim a libertação do povo latino-americano.

A Disciplina das Remessas de Lucros

O PROBLEMA da regulamentação das remessas de lucros deve ter tido início quando uma primeira colônia se libertou de sua metrópole. E, na América, alcançou seu mais alto momento quando os Estados Unidos, recém independentes, trataram de sacudir a pesada opressão econômica dos capitais ingleses.

Na sua fase inicial o Brasil-colônia era rigorosamente preservado para a exploração portuguesa. O capital metropolitano reservava, para si mesmo, todos os tesouros do território e mais tôdas as potencialidades da população que nêle viesse a se estabelecer. Aos colonos, por força das leis ferozmente cumpridas, era proibida a instalação de indústrias para que a produção portuguesa pudesse dispor de todo o mercado de consumo. Os portos eram reservados, com exclusividade, a Portugal para que êste, por intermédio de seus comerciantes, tivesse o privilégio de adquirir tôda a produção local e vender ao povo colonial tudo o que porventura devesse ser consumido.

Isto garantia um duplo e rendoso monopólio, pois Portugal-vendedor e Portugal-comprador podia impor, sendo um só, o preço que lhe conviesse em ambas as operações. Era uma situação ideal para a metrópole e um inferno para o colono, forçado a comprar caro e a vender barato.

Claro está que o cidadão português, comerciante ou industrial, queria manter eternamente este regime de lucros máximos. Qualquer tentativa de restrição ao seu regime de ganhos era tida como criminosamente subversiva e duramente punida, embora a época não conhecesse ainda o comunismo. Sofrendo, entretanto, na própria carne esta situação de privilégio o colono se fez um permanente rebelado contra o jugo econômico que lhe arrancava a maior parcela do produto de seu trabalho.

Tão pronto a colônia começou a fixar as populações originalmente aventureiras, seus moradores entraram a protestar e mesmo a lutar contra o monopólio odioso. Os metropolitanos eram, claro está, “conservadores” e batalhavam em sentido inverso — e a nossa história registra os muitos choques, as muitas ações policiais, as muitas violências praticadas contra os “subversivos” de então.

Daí é que deriva a tremenda importância histórica da “abertura dos portos” determinada por D. João VI — era a quebra do tradicional monopólio. Daquele momento em diante os navios de outras nações podiam freqüentar os portos brasileiros, para comprar e para vender, o que oferecia aos colonos a oportunidade de obter preços mais convenientes proporcionados pela concorrência.

Na grosseira mas válida analogia a abertura dos portos corresponde ao reatamento de relações comerciais e diplomáticas com todos os países, determinada pelo presidente Jânio Quadros: de um momento para outro ampliou-se o mercado mundial para a oferta de nossos produtos e para a compra das mercadorias de que necessitávamos.

D. João VI, por motivos óbvios, não foi taxado de comunista mas é certo que os conservadores o execraram ao máximo: e a melhor prova disto está na grosseira imagem que seus contemporâneos lhe fabricaram, hoje quase oficializada nas páginas da nossa história. Em tudo e por

tudo equiparável ao retrato hoje oficial de Jânio Quadros, antes um administrador inigualável, democrata exemplar, modelo de virtudes e, depois, um bêbado louco e ir-recuperável...

O problema da regulamentação das remessas de lucros é, hoje em dia, uma simples continuação de nossas agruras coloniais. Os modernos capitais imigrantes desfrutam, aqui, de condições há muito abolidas em suas próprias pátrias de origem. Nos Estados Unidos, por exemplo, quando uma *General Motors* apresenta 4% de lucros em balanço anual, sua diretoria merece reeleição e voto de louvor. Aqui, entretanto (como em outros países "importadores de capital") a situação é bem diversa e os lucros muito maiores. Getúlio Vargas, com a responsabilidade de Presidente da República pronunciou um discurso, em 1951, a que deu o título de "É espantoso, brasileiros!", no qual denuncia firmas estrangeiras pela remessa de lucros, para o exterior, *superiores a 1000% sobre o capital empregado!*

Por que isto se faz possível?

Porque, vencida a fase colonial propriamente dita, entramos em uma fase colonial disfarçada. O país recém-libertado, pobre e pouco organizado, precisava comer e nem tudo produzia; precisava vestir e não tinha indústria têxtil; precisava elaborar sua matéria prima e não tinha máquinas nem capital para adquiri-las. Continuou, pois, comprando ao estrangeiro tudo o que necessitava e entrou a receber, de braços abertos, qualquer capital que para cá viesse disposto a criar uma indústria ou a abrir uma nova boca de mina.

A economia do país-criança é incipiente. Limita-se à venda da própria natureza — minerais, madeiras, e outros, colhidos pelos métodos mais simples. Mas vender a quem? A um outro país em estágio mais adiantado, capaz de beneficiar as matérias primas adquiridas e de tornar a vendê-las, ao próprio país de origem, já transformadas. Quer dizer: sai o minério de ferro e voltam, posteriormente, a pá, a picareta e as máquinas mais complexas.

Claro está que minério de ferro que é, em última análise, terra, vale menos do que a máquina, em cujo custo deve ser computada a remuneração de um capital, o preço

da mão de obra especializada, da técnica, da administração e da própria máquina burocrática do país estrangeiro (impostos).

Uma circunstância histórica agrava o processo já em si tão desfavorável à nação-criança: o país comprador vive uma etapa mais adiantada, economicamente falando. Possui uma indústria organizada e poderosa. Conseqüentemente, como toda a nação rica, dispõe de exército, marinha e tudo o mais que significa força. Tem condições, portanto, para impor de uma ou de outra forma, sua vontade. E sua vontade é, naturalmente, proporcionar maiores lucros ao seu capital e melhor padrão de vida a sua gente.

Numa fase inicial esta busca de maiores lucros se realiza por métodos diretos e simples: a ocupação do território cobiçado a quem o ocupante transforma em colônia, impõe suas leis e dá o tratamento de mercado fechado. Numa etapa mais evoluída, entretanto, encontrando pela frente países já independentes, embora débeis, como o Brasil do século passado — ou mesmo o Brasil de hoje — as armas encontram menos utilização sendo até substituídas por pressões econômicas e políticas cuja finalidade é a mesma — a manutenção do monopólio lucrativo.

Quando o Brasil se libertou de Portugal não alcançou sua liberdade real, mesmo porque a própria mãe-pátria estava, então, sob o domínio econômico da Inglaterra, no auge da sua revolução industrial. E Rui Barbosa nos provou em discurso pronunciado perante o Senado (sim, já na República!) que toda nossa vida econômica estava submetida aos interesses ingleses que manipulavam nosso câmbio, monopolizavam nossa produção e lucravam com o nosso subdesenvolvimento. Em termos mais sutis mas em tudo semelhantes aos do colonialismo português.

É que a fase chamada imperialista vinha substituir a fase colonialista, conservando a filosofia inspiradora das relações comerciais: quanto mais lucro melhor. Para isto é preciso comprar barato e vender caro. Aviltar o produto primário, produzido pela nação débil, e valorizar o produto elaborado que esta precisa adquirir.

Sei que faço uma descrição sumária, indigna de um medíocre estudante de economia mas, perdoem-me os dou-

tos, estou falando para o povo brasileiro. Procuvo, conscientemente, ajudar o entendimento das grandes massas populares de meu país que não entendem outra linguagem, mas a quem está reservado o papel histórico da libertação nacional. E que não se devem envergonhar da própria incultura, uma vez que seus generais, a quem deram tôdas as oportunidades e meios de aprimoramento cultural ainda confundem reforma agrária com latrocínio (general Costa e Silva) e orgulhosamente se definem como “vacas fardadas” (general Mourão Filho).

As duas grandes guerras produziram uma alteração no cenário mundial: a Inglaterra cedeu seu lugar predominante aos Estados Unidos. Mas o Brasil, como muitas outras nações, continuou o mesmo, pobre e débil. Conseqüentemente ainda às voltas com sua metrópole, que mudou de nome mas não de métodos.

O que era colonialismo passou a ser imperialismo. Este, agora, já é conhecido por neo-imperialismo. E muitos o batizam de “defesa da civilização ocidental e cristã”. Mas nas trocas internacionais a filosofia segue inalterada: quanto mais lucro melhor.

Este esquema central é fácil de ser explicado quando (como no caso de Portugal e Espanha) a metrópole está só na liça. Os tempos modernos exigem, entretanto, certas adaptações, uma vez que várias metrópoles disputam os mesmos mercados subdesenvolvidos.

Além desta competição (real, embora limitada pelo balanço das forças) os países metropolitanos vão ficando saturados no que concerne à aplicação interna do próprio capital. Na medida em que isto ocorre surge uma nova mercadoria para exportar e precisamente a mais lucrativa: o capital excedente. Isto, aliás, é ótimo para elas e para os capitais emigrantes porquanto êstes vão encontrar, em plagas menos evoluídas, condições de renda que já não prevalevem na origem: nos Estados Unidos, por exemplo, onde uma *General Motors* tem de se contentar com 4% ao ano.

É claro que, — como a velha filosofia das trocas permanece a mesma — êstes capitais migratórios procuram países que proporcionam maiores lucros e que mais facili-

tam o retôrno dêstes mesmos lucros. Em lugar, pois, de vender um trator fabricado nos Estados Unidos — o que seria o ideal, pois que remuneraria a técnica, o trabalhador, o capital e o erário norte-americanos — a nossa GM passa a mandar seu capital para o Brasil e aqui a fabricar seu trator. Com isto perde o trabalhador americano, que não intervém no fabrico, mas ganha a técnica, que é dêles, o capital, que também é, o erário americano que continua a cobrar seus impostos à matriz.

Isto, em princípio, já é bem melhor para a nação mais fraca, mas gera o problema da remessa de lucros, problema nôvo, como vemos. Transforma-se um pouco o venerando esquema colonial que o imperialismo manteve mas permanece, na sua essência, a já nossa conhecida filosofia de operação: ganhar tanto quanto possível e remeter para a metrópole a maior parcela possível de lucros.

Em qualquer destas fases do amplo processo tudo correrá pacífica e ordeiramente sempre que o país mais débil se conforme: sem a revolta dos colonos não teria havido, nas Américas, as guerras de libertação embora também seja verdade que continuaríamos todos colonos de Portugal, da Espanha e da Inglaterra.

A simples exposição do assunto já está nos dando, como vemos, uma conclusão da maior importância: a rebelião dos colonos é a causa de tôda a agitação e de todos os choques. Sem ela, entretanto, não há independência, não há liberdade, não há progresso. É o horror das metrópoles, mas a única esperança dos oprimidos.

Com a graça de Deus nossos pais foram subversivos e não conservadores. Que legado deixaremos para nossos filhos?

Vimos, entretanto, que o processo de exploração se transforma com a emancipação política dos países fracos. Isto faz com que a própria rebelião tenha de evoluir, adaptando-se às novas condições criadas.

Os Estados Unidos, por exemplo, se revoltaram contra a Inglaterra quando esta exagerou a opressão econômica. Ganharam a guerra de libertação e trataram de consolidar seu triunfo: uma série de leis e dispositivos buscaram, desde logo, frear a ação do capital inglês remanescente e

estimular a criação do capital nativo. Se não o tivessem feito até hoje seriam, como nós, uma das muitas nações débeis e exploradas. Na verdade não inovaram muito, neste particular, limitando-se a copiar os princípios gerais utilizados por todos os países que, em todos os tempos, aspiraram à libertação real e não formal. Hoje, por exemplo, qualquer americano pode comprar um carro inglês, mas o govêrno aplica, sôbre esta importação, um alto impôsto protecionista que assegura o mercado para as fábricas americanas; qualquer banco inglês pode se instalar nos Estados Unidos, mas o mercado de depósitos é privilégio dos bancos americanos; qualquer capitalista inglês pode aplicar dinheiro nos Estados Unidos, mas na hora de remeter seus lucros para a Inglaterra terá de obedecer a uma severa lei de remessa. E assim por diante.

Então por que os Estados Unidos, principalmente, se opõem à adoção de leis semelhantes em nosso país? A resposta é óbvia: não há moral nas relações internacionais; há fôrça, há canhões, há dinheiro, há interêsses. Libertando-se da Inglaterra os americanos defenderam bravamente seus próprios interêsses; atrasando ou impedindo nossa libertação, agora, também estão protegendo seus interêsses e os de seus capitais. Liberdade, quer política quer econômica, não é e nunca foi dádiva generosa. Liberdade nasce da luta, é uma conquista para a qual cada povo deve encontrar, em si mesmo, valor e energia.

Portanto vimos que um país, na medida em que firma sua soberania e consolida sua economia, trata de criar uma legislação protetora sem a qual perderá tanto a solidez econômica quanto a própria soberania. Ou seja — o país que pretenda conquistar seu futuro é conduzido, naturalmente, a uma política racional e nacionalista de disciplina de suas relações comerciais com o exterior. Especialmente no que diz com o capital estrangeiro, que é o substituto moderno dos antigos exércitos conquistadores, caso contrário continuará submetido ao império da velha filosofia das trocas e assistirá à evasão de todo o produto de seu trabalho.

E esta orientação nacionalista é comunista ou comunizante?

Os americanos de hoje acham que sim, mas com isto repudiam os próprios pais da sua revolução libertadora.

Os nossos “conservadores” também consideram subversiva a orientação nacionalista, tal como os conservadores de antanho estigmatizavam os “subversivos” que promoveram a libertação de nossos países.

“Não sei se para vós é socialismo o que eu faço — afirmava o cardeal Maning — mas para mim é puro cristianismo”. Esta é a realidade: o conformismo conservador, que nos teria dado, hoje, um Brasil-colônia em nome do mais puro patriotismo, quer legar um Brasil subdesenvolvido, espoliado e faminto às gerações vindouras. Nas atuais condições brasileiras e sul-americanas nacionalismo é o caminho da libertação e a “subversão” é um dever.

O Capital Estrangeiro e o Brasil

LUIZ CARLOS HORTA, em artigo publicado no insuspeito *Jornal do Brasil* (19-7-64) registra, textualmente:

O que importa é defender as divisas e, nesse sentido, os Estados Unidos taxam em 8% o teto da remessa de capitais estrangeiros; a Inglaterra e a Itália em 7%; a Espanha em 6%.

Pois o teto da lei “comunista” brasileira, já revogado pelo movimento de abril, foi de 10%!

Naturalmente que, colocados frente a frente Brasil e Estados Unidos, êste como exportador e aquêle como importador de capitais, seus pontos de vistas tendem à divergência e até ao antagonismo. Os norte-americanos verão com maus olhos qualquer restrição à remessa de lucros dos capitais que êles aplicam em nossa terra e defenderão, como postulado de liberdade, o retôrno irrestrito. Mas o Brasil tem de limitá-lo por uma simples questão de sobrevivência. Seguindo o exemplo universal, o exemplo

dos próprios Estados Unidos. Continuando na base dos 1.000% de lucros anuais, que Getúlio Vargas denunciou, seu povo seguirá eternamente pobre, jamais se livrará da fome, das favelas, do analfabetismo. E o Nordeste continuará disputando, com outras regiões miseráveis do mundo, a discutível glória de apresentar o maior índice de mortalidade infantil do mundo.

Dentro do seu papel atual os Estados Unidos podem e devem combater qualquer legislação protecionista dos países que abrigam seus capitais pois que é precisamente contra êstes que as leis são dirigidas: é contra os excessos que praticam que se busca legislar. Podem achar odioso o projeto do deputado Lutero Vargas, que dorme há tantos anos na nossa Câmara de Deputados, proibindo aos bancos estrangeiros receber depósitos em nosso território, muito embora uma lei idêntica vigore, até hoje, nos Estados Unidos. Não querem, claro está, que reduzamos o teto dos lucros remetidos, pois é precisamente para a sua economia que se encaminham os lucros de 1.000%.

Em suma, a posição dos Estados Unidos é clara: êles lucram com o nosso subdesenvolvimento e devem, portanto, esforçar-se por mantê-lo.

Isto, entretanto, é verdade que não pode ser dita e, por esta razão, os americanos optam por uma argumentação tangencial: fazem-se os campeões da livre-empêsa, os defensores da livre iniciativa. Democracia tem de implicar, naturalmente, na mais ampla liberdade de comerciar e de lucrar. Qualquer veleidade no sentido da economia planejada, dos lucros subordinados ao interesse coletivo, é antidemocrática, é comunizante. E lá vêm os grandes organismos mundiais reguladores da moeda e do crédito internacional (*Fundo Monetário Internacional, Eximbank, etc.*) pregando e impondo tôdas estas idéias, inclusive o câmbio livre.

Idéias que são, aliás, ótimas para os poderosos. Mas péssimas para o país, fraco, a quem leva a ruína, pois representa tão somente a garantia do direito do anão de lutar contra o gigante: proibido de armar-se (com suas leis protecionistas) o pequeno será derrotado na certa. E o liberalismo econômico faz precisamente isto: assegura a vi-

tória tranqüila do poderoso, proibindo ao frágil o uso de suas tarifas, de suas taxas diferenciais de câmbio, de suas leis de remessa de lucros.

Se há vestígio de comunismo nesta orientação protecionista não vejo razão para o antagonismo russo-americano uma vez que os Estados Unidos, onde vigoram as leis mais protecionistas do mundo, são os próprios campeões do comunismo...

É legítima, embora cruel, esta atitude dos grandes em luta contra a legislação protecionista dos pequenos; seu horror ao "nacionalismo" encontra justificativa. O que me parece difícil de aceitar é a posição de brasileiros — comerciantes brasileiros, banqueiros brasileiros, generais brasileiros — visceralmente contrários à única arma de defesa que se oferece ao seu próprio país.

Com o que voltamos ao tema inicial e, com êle, ao ponto de partida.

Quando chega a um país subdesenvolvido o capital imigrante não consegue, nem lhe convém, atuar isoladamente. Embora em posição dominante, associará capitais nativos aos seus empreendimentos. Aliciará administradores crioulos para os postos secundários de direção das empresas criadas. Pagará salários e distribuirá dividendos — ainda que leve o grosso do lucro para outras plagas. Espoliando, embora, o país como um todo cria em torno de si uma ilha de prosperidade de que participam uns poucos e influentes elementos locais. E são precisamente os usuários destas ilhas que se encarregam de fazer a defesa ostensiva e muitas vêzes armada dos privilégios que reclama o capital estrangeiro.

É claro que, ao chegar, o grande capital internacional não procura aliança com um João Ninguém. Prefere fazer-se sócio dos melhores nomes das nossas finanças, detentores das maiores fortunas e que, em virtude delas, já desfrutam das mais destacadas posições econômicas e políticas. A *Coca-Cola* ao chegar a Porto Alegre, por exemplo, buscou para presidi-la o dr. Aníbal Di Primio Beck, grande e tradicional homem de empresa do Rio Grande do Sul, mais de uma vez Secretário de Estado e, à época, presidente regional do Partido Trabalhista Brasileiro. A

Wyllis Overland entrou no Brasil à sombra do nome de Osvaldo Aranha, líder incontestado da Revolução de 1930, titular de vários ministérios em sucessivos governos, ex-presidente da Organização das Nações Unidas, cujos descendentes até hoje estão ligados à empresa imigrante. A *Bond and Share* é ainda dirigida por Eugênio Gudín, líder econômico e político, ex-ministro da Fazenda. O grupo Rockefeller fez-se representar pelo sr. Valter Moreira Sales, Ministro da Fazenda, embaixador em Washington e conselheiro de todos os governos. A *Pittsburg Glass* preferiu o sr. Sebastião Paes de Almeida, também ex-ministro da Fazenda, prócer político mineiro de extrema influência no Partido Social Democrático e no governo Kubitschek. E assim por diante, até limites ainda desconhecidos, pois não se deve esquecer que o capital estrangeiro já penetrou muito fundo em nossa economia. Tanto que em certos ramos, como o da indústria farmacêutica, já representa 95% do total...

Note-se, entretanto que todos, mas TODOS os que exercem ou exerceram o cargo chave de Ministro da Fazenda (pôsto que comanda, precisamente, estas questões de remessas de lucros...) foram e são homens ligados diretamente ao capital estrangeiro. Gudín, Moreira Sales, Lucas Lopes, Roberto Campos, Paes de Almeida, Santiago Dantas e os demais.

Pode-se estranhar que, ao decidir, como Ministro, um problema de remessa de lucros, que diz diretamente com os ganhos da *Bond and Share* e, portanto, com os seus próprios ganhos, o sr. Eugênio Gudín considere comunizantes e perniciosas as teses nacionalistas?

Como vimos o sr. João Goulart foi sensível ao teor explosivo do problema da remessa de lucros que já tivera participação destacada na deposição e no conseqüente suicídio do sr. Getúlio Vargas e na renúncia de Jânio Quadros. Recebeu do Congresso a lei votada e deixou escoar o prazo sem assiná-la, obrigando o presidente das casas parlamentares a fazê-lo. Isto, entretanto, não foi o suficiente para livrá-lo da batalha dos lucros estrangeiros nem o poupou às suas conseqüências: a lei tinha de ser regulamentada e só o Poder Executivo poderia fazê-lo...

Durante mais de um ano o presidente Goulart hesitou, auscultou, recebeu e aceitou pressões de toda a natureza que visavam conduzi-lo a regulamentar a lei interpretando seus termos vagos restritivamente, contra o capital estrangeiro, ou liberalmente, a favor das empresas alienígenas. Diga-se a seu favor que, em que pese a longa denunciadora demora, terminou por inclinar-se por uma regulamentação nacionalista. Não quis com isto, entretanto, firmar posição contrária aos grandes interesses e forças atingidos: simultaneamente fez baixar a portaria 263 da Superintendência da Moeda e do Crédito que é considerada como uma continuação melhorada da anterior portaria 204, de autoria do Ministro Withacker, que abriu amplamente as portas do Brasil ao capital espoliador.

Os grandes jornais brasileiros não aceitaram, na qualidade de defensores de seus grandes anunciantes estrangeiros, esta sentença de Salomão, tão típica das artimanhas de Goulart: abriu baterias contra a regulamentação da lei de remessa de lucros e aplaudiu a portaria 263.

A Lei de Remessa de Lucros é, em última análise, a “política econômica independente”, irmã gêmea da “política internacional independente”. É muito natural, portanto, que Getúlio denunciasse ter encontrado este problema entre as forças de pressão que determinaram sua morte e que Jânio Quadros também a identificasse junto às “forças ocultas” que o levaram à renúncia. E que tenha sido o principal motivo da queda de Jango, caracterizando “A AUDÁCIA DE UMA MINORIA DE ENERGÚMENOS, DE APROVEITADORES, DE COMUNISTAS E DE LADRÕES CHEFIADA POR JOÃO GOULART, na abalizada opinião de Eugênio Gudín (*O Globo*, Rio, 11-5-64).

A ênfase que o Governo Castelo Branco colocou na revogação dos dispositivos disciplinadores da Lei da Remessa de Lucros de seu antecessor foi total. Diante de um Congresso já amedrontado pelas cassações de mandatos, já emasculado pelo Ato Institucional outorgado, já desmoralizado pela prisão de muitos de seus membros, deputados e senadores,

"o Govêrno tudo fêz para conseguir a aprovação dessa nova política sôbre remessas de lucros. Mobilizou suas fôrças no Congresso, enviou seu Ministro do Planejamento, sr. Roberto Campos, para que fascinasse, com seu indiscutível talento de ficcionista econômico, os membros das comissões,

afirmou, em editorial, o responsável e conservador *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, a 16-7-64.

"O Govêrno ganhou na Câmara. Tudo leva a crer que ganhará no Senado, mas o país saiu perdendo. QUEM GANHOU FORAM UNS POUCOS GRUPOS ECONÔMICOS interessados em que não se faça a necessária distinção entre o capital realmente investido, o capital reinvestido e o capital imaginário,

prosseguiu o mesmo editorial do *Correio da Manhã*.

Deixou de dizer que o Ministro Roberto Campos, inspirador desta vitória do Govêrno Revolucionário, é discípulo dileto de Gudin, é integrante do famoso grupo *Consultec*, emprêsa nacional de planejamento econômico que tem por clientes as maiores firmas estrangeiras que aqui operam, deixou de dizer (aliás disse, dias após, publicando o documento original em *fac-símile*) que a posição do Senhor Ministro nas finanças internacionais chegou à culminância de fazê-lo acionista e conselheiro de um banco suíço. Deixou de lembrar, também, o que todos sabem: que êste mesmo Ministro "revolucionário" fêz parte da equipe de ladrões e bandidos de Goulart, na qualidade de embaixador brasileiro em Washington, onde deu início às negociações para a compra do acervo da *Bond And Share*, firmando, com o govêrno Americano, um *memorandum* de "intenção de compra" em que se fixa o preço a ser pago pelo Brasil, que até hoje o presidente Goulart afirma ter sido feito à revelia e com o desconhecimento do seu govêrno...

Fernando Gasparian, industrial paulista, diretor de várias emprêsas da maior importância, membro e diretor de várias associações industriais de São Paulo e da Guanabara, membro do Conselho Nacional de Economia, analisou êste problema da remessa de lucros, pela imprensa carioca, em artigo publicado a 14 de julho de 1964, nos seguintes têrmos:

“O nacionalismo bem compreendido não combate sistematicamente o capital estrangeiro. Apenas traz à consciência nacional algumas indagações e reclama que sejam seriamente consideradas. Indaga, por exemplo, se interessam ao Brasil investidores que remetem para o país de origem, anualmente, 10% do valor aplicado. Assinale-se que esta remessa é de 10% mas os lucros totais serão, provavelmente, duas ou três vezes maiores. O nacionalista pergunta até quando o Brasil deverá contemplar, de braços cruzados, A DESNACIONALIZAÇÃO DE SETORES INTEIROS DE NOSSA ECONOMIA, desnacionalização esta que frequentemente exprime simples transferência de propriedade, sem nenhum investimento suplementar, além daquele que fariam normalmente os antigos donos. Indagamos, enfim, se É JUSTO E RACIONAL ENTREGAR A INDÚSTRIA NASCENTE BRÁSILEIRÀ À SANHA DE CONCORRENTES ESTRANGEIROS que, impossibilitados de vender aqui os produtos fabricados nos seus países, se transferem para nosso território NUMA OBRA DE DESTRUIÇÃO que, de outra forma, não seria bem sucedida”.

Esta não é a voz de um político, de um demagogo, de um teórico. Estas idéias “comunizantes” são defendidas por um capitalista brasileiro, um calejado homem de empresa, acossado no seu reduto pelo imperialismo insaciável e que está formulando, com o seu protesto, as bases da participação da burguesia nacional na luta de libertação dos povos subdesenvolvidos.

Este crime “comunista” da limitação dos processos espoliadores do capital imigrante, aliás, não nasceu no já descrito lava-mãos de Goulart. O debate foi iniciado no fim do século passado quando o deputado Augusto Montenegro chamou a atenção para as remessas exorbitantes de duas companhias norte-americanas (*The New York Company* e *Equitabel Company*). Foi apoiado por figuras de primeira linha da Câmara e viu seu projeto aprovado, mas, naturalmente, não aplicado, uma vez que em 1946 o general-presidente Eurico Dutra teve de voltar ao problema, baixando o decreto número 9.025, de fevereiro, que também não foi cumprido!

Em 1951 Getúlio Vargas voltou-se para o problema depois que “os acontecimentos de 1945 e a atuação do Embaixador Adolfo Berle, dos Estados Unidos, lhe abriram os olhos para este setor econômico” (*Jornal do Brasil*, Rio, 19.7.64)

Quer dizer: Getúlio encontrou, na raiz das forças que o depuseram em 1954, sob a aberta instigação do Embaixador Berle, como é historicamente comprovado, o poderio financeiro das empresas imigrantes. E, ao estudar-lhes a atuação em território pátrio, encontrou incumprido o decreto de seu antecessor, que traçava normas de atuação e limites para a remessa de lucros. Seu discurso mais famoso (“É espantoso, brasileiro”, 1951) capitulava como crime de lesa-pátria, capitulável nos nossos códigos, o descumprimento do decreto de Dutra e afirmava que, com parcela da evasão de lucros derivada desta omissão, seria possível financiar todo um programa de recuperação nacional!

Neste mesmo discurso Getúlio afirmou sua inconformidade com a espoliação representada pela evasão de lucros, remetidos à razão de até 1.000% sobre os capitais investidos, cada ano, e determinou providências para que fôsse cumprido o diploma de Dutra e punidos os funcionários que o tinham ignorado. Nada conseguiu, entretanto: êste discurso marcou o início da onda oposicionista que o derrubou e “suicidou” em 1954, antes de ter conseguido fazer respeitada a legislação de seu antecessor...

O assunto ressurgiu no Congresso, anos após, nos termos já descritos. A Câmara aprovou um projeto de boa estrutura que, devidamente diluído pelo Senado, foi finalmente às mãos de Goulart em 1962 e delas voltou, sem assinatura, para a sanção parlamentar. Jango baixou a regulamentação já às vésperas de sua própria deposição. E um dos primeiros atos do Governo Castelo Branco foi exigir do Congresso a revogação da lei, especialmente daqueles artigos que limitavam a remessa dos lucros — ou seja, na sua essência.

Voltamos ao marco zero, portanto; e os que lutaram, todos êstes anos, em defesa da economia nacional e mesmo de seu nascente capitalismo, estão no ostracismo, nas prisões ou no exílio.

Não há dúvida de que a Lei da Remessa de Lucros desempenhou, mais uma vez, papel decisivo na história do Brasil. Foi contra êste pilar do comunismo universal que os nossos generais se levantaram em armas destruindo

o próprio regime no afã de defender a livre-empresa estrangeira.

Para edificação de seu patriotismo quero transcrever, aqui, palavras pronunciadas pelo presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, em 1913:

“Tendes ouvido falar em concessões feitas pela América Latina ao capital estrangeiro, mas não em concessões feitas pelos Estados Unidos ao capital de outros países. É QUE NÓS NÃO DAMOS CONCESSÕES. Convidamos, sim, o capital estrangeiro a vir aqui colocar-se. FAZEMOS UM CONVITE MAS NÃO CONCEDEMOS PRIVILÉGIOS. OS ESTADOS QUE SÃO OBRIGADOS A FAZER CONCESSÕES CORREM GRAVE RISCO DE VER INFLUENCIAR, DOMINADORAMENTE, NOS SEUS NEGÓCIOS, OS INTERÊSSES ESTRANGEIROS. UMA TAL SITUAÇÃO PODE CHEGAR A SER INTOLERÁVEL”.

Que grande comunista!

Política Internacional Independente

A “POLÍTICA internacional independente” foi a tônica e o réquiem do Govêrno Jânio Quadros e um dos fatôres principais da derrocada de João Goulart.

Nela se integram, evidentemente, todo êste problema da Lei de Remessa de Lucros, todo o panorama das relações comerciais entre os países do mundo que, em suma, só êstes são o objeto da diplomacia: o restante — amizade internacional, relações culturais e mesmo guerra-e-paz — é conseqüência das relações de trocas.

Qualquer criança já teve oportunidade de ler, mesmo nos seus singelos livros escolares, que a Primeira Grande Guerra foi uma luta pelo mercado mundial, travada pelas nações industrializadas. Em outras palavras: a juventude generosa que morreu nas batalhas memoráveis, pensando sacrificar-se pela pátria e pelos mais altos ideais humanos, de fato estava disputando mercados para a produção dos países em litígio. E deve saber, também que a Segunda Grande Guerra, apesar de sua ostensiva tonalidade ideológica, teve a mesma motivação: foi a ameaça impe-

rialista alemã que mobilizou os países imperialistas rivais, aos quais se aliou a Rússia comunista.

Poderão afirmar, de maneira simplista, que isto não é verdade, porquanto a Rússia não tinha interesses imperialistas a defender. É certo. Mas é preciso notar que a Rússia tinha de preservar seus férteis campos de cultura e suas riquezas naturais contra o imperialismo mais agressivo; aliou-se, portanto ao imperialismo então mais remoto e menos perigoso por um imperativo igualmente econômico.

Foi sempre assim, na história do mundo, embora nunca os países em luta o confessassem. As lutas tribais, da aurora da civilização, tinham motivos econômicos — a rapina dos bens, dos rebanhos, das terras dos vencidos. E até a conquista do braço escravo, mão de obra portanto, pela abjeta sujeição dos derrotados. As grandes guerras de conquista do Império Romano foram, fundamentalmente, econômicas. Cartago foi destruída porque sua prosperidade ameaçava a riqueza de Roma. E as grandes migrações que destruíram o Império foram movidas, diretamente, pela ambição ou pela pressão da miséria reinante no ambiente original das hordas invasoras. Motivo econômico, novamente.

Naturalmente cada povo, e por êle seu govêrno, procura dourar a pílula: tempo houve em que se falava em levar a Cruz de Cristo a todos os recantos do Universo mas, em nome do suave Nazareno — que pregava o amor — pronunciaram-se as espadas, e posteriormente, os canhões. Tôda a África foi escravizada sob o signo da Cruz. Em nome de Deus e da civilização cristã destruíram-se civilizações e massacraram-se povos inteiros, como ocorreu aqui mesmo na América — no México dos Astecas, no Peru dos Incas, na América Central dos Maias. As próprias Cruzadas, piedosamente justificadas como movimentos destinados a resgatar o Santo Sepulcro, na verdade tratavam de abrir as rotas do rico comércio de especiarias do Oriente, cerradas pelos exércitos do Islam.

Ninguém, é claro, confessou jamais que deu início a uma terrível matança por motivos fúteis e interesseiros — há sempre uma bandeira nobre drapejando à frente de cada exército assassino e nunca falta um ministro de Deus

para abençoar as armas invasoras. Aliás neste particular é preciso assinalar que, se Deus fala por seus sacerdotes, devemos convir em que Ele é estritamente neutro, uma vez que, sem exceção, os antagonistas sempre Lhe merecem as bênçãos.

Naturalmente que a política internacional de um país obedece, primeiramente, aos ditames de seus interesses econômicos, mas é limitada por seu próprio poderio bélico. Assim as grandes potências — ricas e bem armadas — traçam sua política com maior liberdade e crueza. E as nações mais frágeis acompanham, voluntária ou compulsoriamente, a rota das primeiras.

Quando Jânio Quadros assumiu o governo do Brasil, em 1960, estávamos vivendo uma quadra interessante de nossa diplomacia. Campeão do cristianismo e da democracia, o Brasil não mantinha relações comerciais ou diplomáticas com as nações da *Cortina de Ferro*, onde vigorava o comunismo ateu, desumano e ditatorial. Compunha-se às maravilhas com a desumana ditadura de Stroessner do Paraguai e com as ferozes tiranias da América Central. Dera-se muito bem com Hitler até nossa entrada no conflito contra as conhecidas inclinações do futuro presidente Dutra, então Ministro da Guerra do Estado Nôvo totalitário. Continuava a cultivar a amizade com a arquiditadura de Salazar e mostrava notável tolerância para com a sanguinária ditadura de Franco que, apesar de seu cristianismo, se alicerçava em meio milhão de infelizes fuzilados ou garroteados. As ditaduras anticristãs, entretanto, nos inspiravam invencível repugnância.

Na realidade não nos conduzíamos com coerência pela simples razão de que não tínhamos diretrizes próprias: os Estados Unidos não viam com bons olhos nossas relações diplomáticas, e principalmente comerciais, com Moscou e seus aliados, embora mantivessem um embaixador no Kremlin e vendesse seus produtos a todos os países socialistas que os quisessem pagar à vista. Por isto estávamos de relações rompidas com a Cortina de Ferro.

Jânio Quadros, indiscutivelmente um caráter altaneiro, interrompeu esta longa tradição de submissão à política norte-americana e imprimiu personalidade própria

às nossas relações internacionais. No momento mesmo em que os Estados Unidos tentavam forçar seus aliados e dependentes ao cêrco econômico e militar de Cuba, Jânio formulou, ou melhor, redescobriu um princípio sadio da política internacional: a autodeterminação dos povos, isto é, o direito que assiste a todos, inclusive a Cuba, de determinar seus próprios destinos sem dar satisfações a ninguém. No instante em que os Estados Unidos encaravam com enorme simpatia nosso isolamento do mundo comunista, firmou o primado dos interesses brasileiros nas nossas relações mundiais: o Brasil passou a reservar-se o direito de manter relações com quem lhe aprouvesse, de vender e comprar de quem lhe oferecesse melhores condições, consultadas apenas suas próprias conveniências.

Imediatamente teve início, na imprensa e no Parlamento, a grita contra o seu governo — que afinal o derrubou.

Indiferente à tremenda campanha Jânio se manteve fiel à autodeterminação e reatou relações com a Rússia, passando a sondar, para nosso proveito, as possibilidades do imenso mundo socialista. A União Democrática Nacional, partido que elegera Jânio, mas que representava as elites ocidentalistas e interpretava, como sempre, o ponto de vista dos altos círculos financeiros, voltou-se para os quartéis, reiniciando sua carreira conspiratória, Jânio reagiu com o gesto desafiador, e um tanto infantil, de condecorar Che Guevara que passava pelo Rio de Janeiro, vindo da Conferência de Punta del Este onde desmoralizara a Aliança para o Progresso. Foi a conta: em poucos dias era levado à renúncia pela pressão irresistível e militar das “fôrças ocultas”.

Que havia de comunista na “política independente” de Jânio Quadros?

Sòmente isto: negava a histórica subserviência do Brasil aos Estados Unidos, humilhante situação que nascera da preeminência norte-americana inaugurada com o triunfo da Primeira Grande Guerra.

Aos americanos não agradava nossa posição com relação a Cuba, nem queriam que restabelecêssemos contatos

diplomáticos e comerciais com Moscou. E seu desejo era lei para nossa cúpula dirigente financeiro-militar.

Mas em que argumento válido se baseia a condenação da política externa de Jânio?

Por que não poderíamos dialogar com Moscou se os Estados Unidos, a Inglaterra, a França — líderes do nosso mundo livre — aliavam-se a Stalin, discutiam com seus sucessores e comerciavam com os russos?

São duas as razões alegadas. Uma, historicamente ridícula: a honra nacional estava envolvida no incidente Soares Pina. Outra, de uma ingenuidade suspeita: as relações diplomáticas abrem as portas do país à solerte propaganda bolchevista.

O incidente Soares Pina é por demais conhecido: êste funcionário brasileiro tomou, certa vez, uma bebedeira quando lotado em nossa embaixada em Moscou e foi prêso pela polícia russa. O Brasil julgou-se ofendido e ainda mais porque um jornal moscovita (*Gazeta Literária*) publicara um artigo situando o general-presidente Dutra no quadro clássico do generalato sul-americano.

É claro que jamais alguém levou a sério esta história derivada da alegre noitada do nosso pouco sóbrio diplomata. É claro que se artigos de jornal justificassem atitudes extremas o mundo todo estaria permanentemente em chamas. Mas os dois episódios forneceram pretexto para nossa ruptura de relações com a Rússia. E ainda vieram pesar, decisivamente, nas crises que demoliram dois governos constitucionais.

Terá maior valor o segundo argumento? O estabelecimento de relações diplomáticas com um país comunista cria, realmente, perigo de contaminação ideológica? Creio que não — do contrário a própria Rússia já seria capitalista, por influência das embaixadas ocidentais, ou comunistas seriam a Inglaterra e os Estados Unidos que acolhem representantes de todos os países socialistas.

Mas é aqui, realmente, que se oculta a verdadeira razão determinante da ruptura de nossas relações com a Cortina de Ferro: é que atrás das relações diplomáticas vêm as relações comerciais. E estas são realmente perigosas. Não para o Brasil, é claro, mas muito perigosas.

Qualquer criança sabe que a ampliação de nossa área de comércio internacional não só é conveniente ao Brasil como um verdadeiro imperativo de sobrevivência. Nosso principal produto de exportação, que é o café, está em pleno regime de superprodução. Não há mercado suficiente, no mundo com que comerciamos, para todo o café que produzimos. E, como nossos agricultores não podem ser prejudicados por tão insignificantes circunstâncias (mesmo porque os cafeicultores dominam o govêrno) somos obrigados a comprar, nós mesmos, todo o excedente, através do Instituto Brasileiro do Café e do Banco do Brasil, para empilhar miríades de sacos nos armazéns à espera da inevitável deterioração. Para isto temos de emitir, gerando a inflação e infelicitando o povo, os assalariados, que assim pagam esta orgia cafeeira. Nossos estoques inúteis já estão, hoje em dia, em muitas dezenas de milhões de sacas, representando bilhões e bilhões de cruzeiros emitidos, roubados ao salário do pobre, desviados dos planos educacionais, omitidos aos programas de fomento e, finalmente, destruídos pelos ratos e pelo tempo nos armazéns do IBC.

Sendo vital para nós a abertura de novos mercados, a conquista do mercado socialista, que hoje abriga quase a metade da população do mundo só pode ser benéfica para nossa economia. Representa maiores oportunidades para vender, e vender em melhores condições, na medida do aumento da demanda.

Se temos, como clientes potenciais, duas metades do mundo e a uma desprezamos, por ser preta, mal-cheirosa ou vermelha, é claro que ficamos à mercê da que sobrou, a qual nos ditará preços de acôrdo com as suas, não as nossas, conveniências.

Desde a Segunda Grande Guerra que o principal fator da debilidade dos povos subdesenvolvidos é a constante deterioração dos preços das matérias primas — as únicas que lhes produzem divisas. Todos os produtos manufaturados, de que precisamos, são constantemente encarecidos. Tudo o que produzimos é constantemente depreciado e cada ano temos de entregar maior quantidade de sacos de

café por um trator ou por um tonel de petróleo que importamos.

Portanto limitar o mercado, eliminar de nossas potencialidades de venda os clientes da Cortina de Ferro, só pode resultar em nosso prejuízo — e em benefício dos que atualmente negociam conosco, comprando e vendendo.

É fácil compreender a motivação de nossos atuais clientes quando estimulam um anticomunismo comercial: ainda no período democrático de Getúlio Vargas, quando estávamos rompidos com os países socialistas e com eles não negociávamos, Josué Guimarães, o brilhante e honesto homem de imprensa que ainda há pouco dirigia a Agência Nacional (e que agora está foragido, caçado como um criminoso) tomou, na China vermelha, um gostoso café brasileiro. Admirou-se e os chineses lhe forneceram o nome e o enderêço da firma inglesa que os abastecia. Josué trouxe tôdas as pistas e (acompanhado por mim) levou-as ao Catete, pensando surpreender ao Velho Vargas. Não o conseguiu: o Govêrno estava cansado de saber que, enquanto opunham obstáculos às nossas relações comerciais com a “Cortina de Ferro” os americanos e ingleses a ela vendiam as suas e as nossas mercadorias. O IBC já comprovara que em Londres, para maior comodidade, os navios que aportavam com o nosso café encostavam ao lado de um barco inglês a cujo lado oposto amarrava um navio soviético. E os estivadores apanhavam as sacas nos conveses brasileiros, cruzavam o convés britânico (para caracterizar legalmente um desembarque inexistente) e as depositavam no cargueiro comunista.

É fácil de compreender, também, que nossos aliados ocidentais estejam satisfeitos com a situação de que desfrutam.

De outro lado se dispusermos de todo o mercado mundial, para pesquisar os preços mais convenientes, é muito provável que os encontremos. E que, pouco a pouco, passemos a comprar mais mercadorias fabricadas na Tchecoslováquia, ou na Rússia, ou na Polônia, por apresentarem melhores condições técnicas ou mais baixos preços. Isto poderá ser muito bom para nós, mas evidentemente será muito mau para nossos atuais fornecedores.

Tornou-se conhecido, por exemplo, o acontecido com a pretendida compra de helicópteros poloneses esboçada pelo Governo Goulart: o Brasil estava em vias de aceitar uma proposta da Polônia quando o embaixador Lincoln Gordon manifestou, ao presidente João Goulart, o descontentamento de seu governo em face da transação "inamistosa". Acontece que a Polônia pedia, pelos seus aparelhos, preço bem mais baixo do que o pretendido pelos americanos e, além disto, se propunha receber o pagamento em café podre, inútil para o consumo humano, matéria prima para o fabrico de adubo, enquanto os americanos, por intermédio do Embaixador, pretendiam paga em dólares e à vista. Conclusão: a capacidade de resistência de Jango foi apenas parcial — não podendo aceitar a proposta draconiana, nem desgostar o embaixador, anulou as negociações e ficou sem helicópteros.

"Muito bem" — dirá um brasileiro, confrontado pela primeira vez com êste complexo problema — "mas se é aos estrangeiros que interessa a política subserviente do Brasil, mandemo-los às favas! E como se explica que brasileiros, como Lacerda e Gudin e até os nossos generais sejam os demolidores de nossa política independente?"

Vamos voltar a um velho tema, já nosso conhecido: sempre que o Brasil realiza uma operação de compra ou de venda há brasileiros que auferem parcelas do lucro global. São exportadores ou importadores dos produtos transacionados. São banqueiros que financiam o negócio. Sempre gente importante, gente altamente colocada nas finanças e na política, que perderiam com qualquer mudança do processo, assim como lucram com a manutenção do atual estado de coisas...

Quando sofriamos o pêso do regime colonial havia patricios nossos que se batiam pela continuação do colonialismo de que recebiam posição e riqueza. Quando o imperialismo inglês dominou nossa economia encontrava defensores brasileiros para sua política, gente que com êle prosperava. O neo-imperialismo dos tempos de hoje também dispõe de aliados brasileiros, bem remunerados e bem situados nos postos chaves. E quando não os tem, pode comprá-los...

Isto que se disse do café pode ser repetido com relação a muitos produtos. A todos os que produzimos e exportamos. A todos os que não produzimos e importamos. Cacau, óleos vegetais, produtos minerais, arroz, carne, petróleo, máquinas, fibras, tecidos. Tudo, enfim, que participa do nosso cotidiano.

No momento em que nos acertarmos, por exemplo, com um trator tcheco deixaremos de adquirir um trator americano. O uso de um trator tcheco em nossas lavouras implicará, necessariamente, na importação de peças tchecas e, conseqüentemente, compraremos menos peças americanas. A firma brasileira, representante do trator americano, perderá negócios; seu banqueiro também; os importadores tradicionais de peças, também. E amanhã, quando resolvermos fabricar aqui mesmo o trator tcheco, o problema se agravará pois os *royalties*, os lucros e tudo o mais deverão ser remetidos para a Tchecoslováquia e não para os Estados Unidos.

Em suma — o círculo de resistência à mudança da situação atual, o círculo *conservador*, é imenso e poderoso. Envolve brasileiros em grande quantidade, todos altamente colocados nas finanças, na sociedade, na política. Em condições, portanto, de exercer pressão sobre os detentores do poder, quando êste não estiver diretamente em suas mãos.

A Câmara e o Senado estão povoados de Herbert Levy — banqueiro, negociante de câmbio, exportador de café, a quem o deputado Elói Dutra surpreendeu, documentadamente, na prática criminosa do câmbio negro não obstante ter sido um dos patronos do atual governo moralista. No Ministério da Fazenda sempre há um Gudin. Na Embaixada em Washington sempre há um Roberto Campos. Nos conselhos do Governo sempre há um Moreira Sales. E a Imprensa está nas mãos dos Marinho, dos Chateaubriand, dos Júlio Mesquita e é financiada por anúncios predominantemente estrangeiros.

Uma política ampla, independente e ativa, que possibilite relações comerciais com todos os países do mundo, dá lucro ao Brasil, mas dá prejuízo aos altos círculos de-

tentores do poder financeiro, do poder político e do *quarto poder* — a imprensa.

Eis porque, dentro de um mesmo período eleitoral (1960-1965), a malfadada política internacional independente já derrubou dois presidentes. E o futuro nos dirá se ficará só nisto.

A Reforma Agrária

POSITIVAMENTE êste é o mais complexo dos “temas comunizantes” do Govêrno Goulart. E, como os demais, já estava dentro do Palácio da Alvorada quando Jango lá chegou.

A *guerra santa* da reforma agrária, entretanto, teve Goulart como parteiro, senão como pai.

A crise da reforma agrária, contrariamente às decorrentes das teses anteriores, não teve inspiração internacional: foi bem botocuda, entranhadamente nacional, eminentemente pêlo duro e apenas se somou às crises de formação externa para obter o resultado final que a tôdas satisfazia.

Foram os coronéis do interior que lavraram suas batalhas, que se entrincheiraram nos aramados de suas fazendas, que vociferaram num linguajar bem brasileiro contra a estranha inovação “comunista”, defendida por Kennedy e pela Igreja Católica, os verdadeiros artífices desta etapa da guerra contra Goulart.

A bandeira das reformas a princípio não estava nas mãos de Jango. Agitavam-na débil e teimosamente os intelectuais de inspiração socialista e comparecia ao pensamento católico em face da condenação formal ao mau uso da propriedade, contida nas encíclicas papais. Kennedy, lançando a Aliança para o Progresso, assumiu uma posição de crítico severo das estruturas arcaicas da América Latina, velhas aliadas do colonialismo português, do imperialismo inglês e do neo-imperialismo norte-americano mas, presentemente, um trambôlho histórico que vinha de gerar uma Cuba castrista e ameaçava subverter todo o Continente.

O presidente norte-americano exortava os “governos progressistas” a se “colocarem à frente da luta pelas reformas de base” enfrentando os “privilégios em que se entrincheiram as direitas” para a extinção completa da “miséria e do desespero” em terras americanas.

“Aquêles que tornam impossível uma revolução pacífica tornarão inevitável uma revolução violenta” afirmou John Fitzgerald Kennedy, começando a cavar a própria sepultura.

Diga-se de passagem que nenhuma destas correntes de pensamento, que adotavam e preconizavam a reforma agrária, logrou popularizá-la. Talvez, mesmo, nem o tenham tentado a sério, dadas as evidentes dificuldades da tarefa. E, no entanto, nunca um problema se apresentou tão imperioso e tão urgente, exigindo uma solução.

O almirante Pedro Álvares Cabral, quando aqui aportou, considerou êste continente dos índios como prêsia particular do seu Rei e Senhor e, em nome do Monarca, praticou o primeiro *grilo* de nossa história: apossou-se de tôda a terra pela força das armas.

Numa primeira tentativa séria para manter as terras ocupadas a Coroa Portuguesa, algum tempo depois, tratou de dividi-las, de acôrdo com o velho figurino feudal, em capitânicas hereditárias que doou a seus nobres aventureiros. Como experiência colonizadora as capitânicas fracassaram. O *grilo*, entretanto, firmou-se como instituição nacional e o feudalismo foi eficientemente transplantado para a América do Sul. Os colonos que aqui iam chegando

simplesmente se apossavam das glebas que mais lhes agradassem, delas expulsando, a ferro e fogo, os selvagens ou mesmo o português menos belicoso que chegava antes. E nelas se instalava como um nôvo barão da fabricação doméstica.

De um modo geral êste processo primitivo ainda se aplica até hoje — ainda agora, em recentes anos (gôverno Dutra) todo o norte do Paraná, com suas riquíssimas terras roxas de café, foi colonizado a tiros, diante de tôda a estarrecida imprensa brasileira. E é fato comum, para nossos jornais, a matança de índios pelo branco invasor das terras virgens remanescentes.

Por estranho que pareça 500 anos de aplicação dêste processo sumário não privaram, totalmente, a União de terras e ainda se pode dar ao luxo de doá-las ou vendê-las a preço vil, tal como procedia o velho trono português — tôda a Amazônia, por exemplo, está sem dono e sem produção, desafiando as multidões famintas.

Sobram terras e sobram grileiros embora seja de prever o triunfo dêstes últimos, cujo apetite pode ser apreciado ainda hoje, ali no estado do Rio, defronte da cidade civilizada do Rio de Janeiro, do outro lado da Baía da Guanabara onde a revólver e a *Winchester* se delimitam propriedades e se delimita o direito de posse numa luta sem quartel que repete aquela do Paraná, como esta espelha a história de cinco séculos.

Não estou querendo, absolutamente, contestar a tese do direito sagrado da propriedade, que tanta influência está exercendo sôbre nossa evolução política. Estou apenas tratando de registrar, com fatos históricos e evidências, que os extremos se avizinham na realidade brasileira e que a proclamada santidade do referido direito coabita com o roubo, com o assassinato e com o direito da força, em sem-cerimônia muito pouco edificante.

No mais gritante dos casos, que foi o já falado do Paraná, é de salientar-se que o próprio Estado oficializou o processo e dêle participou, uma vez que vendia as mesmas terras, mediante documentos devidamente legalizados, a dois ou mais proprietários de boa fé que, naturalmente, tinham de disputar a tiros a posse da terra legitimamente

adquirida, restando ao mais rico a cômoda solução de subornar a polícia para povoar os cemitérios com seus adversários e garantir o primado de seus direitos.

Bem, assim ou assado, quinhentos anos de evolução nos legaram um quadro muito significativo: dos 80 milhões de brasileiros, cêrca da metade vive em áreas rurais, mas apenas 3 milhões possuem terras. Dêstes felizardos uma grande parte não as ocupa nem utiliza, mantendo-as apenas para efeitos de valorização especulativa. Outros não as cultivam, preferindo ganhar sem maior esforço, graças às múltiplas modalidades do sistema de arrendamento que permitem a um homem que tenha terras a exploração do trabalho dos que não as têm.

Exploração é, realmente, o conceito adequado: a mais bem organizada lavoura do Brasil é a de arroz do Rio Grande do Sul. Pois bem — quase dois terços (2/3) do arroz produzido no território gaúcho o é em terras arrendadas. E os contratos de locação são feitos em têrmos leoninos, prevendo o pagamento de 30 a 50 por cento da produção bruta de cada safra ao dono da gleba. Isto significa que uma terra de mediana qualidade, que rende 100 sacos por quadra (as terras férteis da região do Taím registram safras de 200 sacos por quadra) dá ao proprietário o correspondente ao valor venal da gleba, anualmente. E significa, é claro, que o arrendatário é tremendamente escorchado no produto do seu trabalho. E que o trabalhador em geral, que nada tem com isto, pague a diferença, uma vez que êste preço impressionante da terra arrendada, esta fortuna anual que o proprietário arranca ao que trabalha, terá de entrar no cálculo de custo do produto e, lógicamente, levantar astronômicamente o preço de venda. Por isto o nosso arroz já foi (e deve continuar sendo) o mais caro do mundo, tanto que, para ser exportado exige artificios cambiais, como os negócios triangulares, as primas de exportação, pois sua cotação é sempre superior à vigente no mercado internacional.

Note-se que isto ocorre no Rio Grande do Sul, onde a situação é das mais amenas e a miséria ainda suportável. No Nordeste a realidade é mais cruel — além de existir o arrendamento em suas modalidades mais extremadas re-

manescente, dos tempos primeiros do feudalismo, o sistema de trabalho gratuito nas terras do patrão a que estavam sujeitos os servos da gleba. Quer dizer: o trabalhador sem terra é obrigado a trabalhar certo número de dias por semana, de graça, nas terras do fazendeiro. Isto acontece ainda hoje e não clandestinamente, mas à luz do dia, com o pleno conhecimento das autoridades. No livro de Abelardo Jurema, Ministro da Justiça do Governo Goulart, editado em 1964, lá está registrado à página 50:

“Esse negócio do trabalhador rural trabalhar dois ou três dias de graça para os proprietários, no sistema do *cambão*, com um salário mínimo que não ultrapassava os setecentos cruzeiros por dia, êsse *negocinho* bom para patrão não poderia subsistir” (Abelardo Jurema — Sexta-feira 13 — Edições Cruzeiro).

E o ilustre Ministro sabe muito bem, nordestino que é, que isto ainda não reflete tôda a dura realidade: Franklin de Oliveira em seu livro *Revolução e contra-revolução no Brasil* registra a sobrevivência do velho *direito de primeira noite* traduzido para o jargão nordestino como *direito de pernação*. E qualquer estudioso do nordeste não ignora que o direito de vida e de morte ainda assiste ao patrão, à margem da lei, é verdade, mas com o auxílio de suas armas alugáveis e com a certeza da impunidade garantida por uma justiça tipicamente classista.

As conseqüências dêste quadro geral são amplas e trágicas: os 8 milhões de quilômetros quadrados de terras de um dos maiores países do mundo não produzem alimentos suficientes para sua população e o gigante brasileiro está habituado a importar batatas da Holanda, feijão e trigo dos Estados Unidos, azeitonas da Espanha, além de outros itens ao sabor de suas necessidades momentâneas; o índice de produtividade das terras do Brasil é um dos mais baixos do mundo, graças aos métodos empíricos, à ausência de técnica e de capitalização rural e à não utilização de grande volume de terras imobilizadas para aventuras financeiras que perseguem a simples valorização inflacionária; o custo da produção é dos mais altos e constantemente coloca os produtos brasileiros em cotação su-

perior à do mercado internacional (na verdade, em terras do Brasil, somente gente se produz barato e em abundância, fazendo com que seu índice de natalidade seja um dos mais explosivos do mundo); 18% da população do Brasil, ou seja, dos nossos 80 milhões de habitantes, vivem em pleno regime de economia natural, vegetando em meio à mais cruel das penúrias; o consumo de trigo, por habitante, um dos melhores índices de desenvolvimento dos povos, alcança a média geral de 120 quilogramas por ano-pessoa no mundo inteiro, chega a atingir 200 quilogramas nos Estados Unidos, na Rússia e no Canadá, mas apenas se eleva a 10 quilogramas no Brasil; 65% do povo brasileiro se dedicam a atividades agrícolas (o que constitui, igualmente, um dos mais expressivos índices de subdesenvolvimento) e destes apenas 18% são proprietários, constituindo os 82% restantes a massa deserdada que aluga sua força de trabalho ou, simplesmente, não encontra aplicação para ela; em cerca de 80 milhões de habitantes apenas 3 milhões constituem o total da legião dos proprietários, dividindo entre si a metade de todo um continente.

Estes elementos, que alinhamos sumariamente, acarretam uma série de contradições que mais agravam a situação geral do povo: porque produz pouco e mal, produz caro e, como conseqüência, a despeito de sua imensa legião de famintos o Brasil volta e meia está a braços com sobras exportáveis que, por seu alto preço, não estão ao alcance de sua população. Nestas ocasiões tem de exportar, mas como o custo de sua produção é maior do que o vigorante no mercado internacional, faz-se mister subsidiar a exportação mediante artifícios cambiais, com o que os famintos brasileiros, que não podem comer porque não podem pagar, pagam uma taxa alta para que os povos importadores possam se alimentar a preços mais baixos...

Outra contradição tipicamente brasileira: produzimos mais café do que o comporta o mercado mundial, mas continuamos a financiar os cafeicultores para que produzam mais café. Com isto já temos um excedente anual de cerca de 10 milhões de sacas que, por inexistência de consumidores, têm de ser adquiridos pelo Governo, com o dinheiro

do povo miserável, e armazenado indefinidamente até que o tempo e as más condições de armazenamento se encarreguem de destruir esta fortuna excedente. Para financiar a produção do café inútil, entretanto, o Tesouro é obrigado a emitir, acelerando a inflação e agravando o custo de vida; e mais tarde, para poder comprar o excedente produzido, o govêrno deve emitir novamente, agravando ainda mais o processo de pauperização do povo. É claro que apenas os pobres, os assalariados, são convocados a pagar esta orgia, uma vez que os demais ou tiveram suas atividades financiadas e sua produção adquirida pelo govêrno ou reajustaram os preços de suas mercadorias aos novos níveis inflacionários.

Este processo de contínua espoliação da população mais pobre do país se faz aliado de um extraordinário índice de natalidade e de um não menos expressivo índice de mortalidade geral. Daí resulta um panorama social pavoroso:

“8% das crianças viáveis nascem mortas; 32% desaparecem por aborto; 20% sucumbem no primeiro ano de vida e apenas 40% sobrevivem ao primeiro ano. Calculando a natalidade em 30 000 como média geral, temos que nascem anualmente no Brasil 1 200 000 crianças. Nasce uma criança em cada 24 segundos. De 1 260 000 crianças nascidas, morrem 252 000 no primeiro ano de vida. O quadro é tenebroso: mortalidade infantil-252 000; nati-mortalidade 100 000; abortos 430 200. Total de vidas perdidas: 756 000. E esta baixa ainda não diz tudo porque aí não há referência às práticas anticoncepcionais”. (Franklin de Oliveira — *Revolução e contra-revolução no Brasil*)

40 milhões de brasileiros, mais da metade da população, nunca foram à escola. Não sabem ler nem escrever, por isto trabalham mal, empregam métodos rudimentares e arcaicos que mais acentuam a escassez de alimentos.

De 8 milhões de crianças em idade escolar, 4 milhões não freqüentam escolas e dêstes só 460.000 concluem o curso primário.

A população brasileira entre 7 e 12 anos é de 12,5 milhões; dêstes, 7 milhões não têm escola.

A população entre 11 e 18 anos é de 14 milhões dos quais só 950 mil têm escola.

A universalidade só têm acesso 5% da juventude brasileira.

Só agora, 30 anos depois de promulgada, a legislação trabalhista bate às portas do campo. E contra o salário mínimo, a abolição do cambão, os fazendeiros reagem, de armas na mão, em todo o país, especialmente nas regiões usineiras do Nordeste.

Quase a metade dos trabalhadores urbanos ainda não consegue, 30 anos após implantada a legislação trabalhista, vencer salário mínimo: nos milhares de cidades secundárias e, em algumas categorias sociais, mesmo nas maiores metrópoles o operário recebe uma parte do salário mínimo que a lei determina e é obrigado a dar recibo pelo total ou mais, sob pena de perder o emprêgo.

E, note-se, o salário é tão insuficiente que no Rio de Janeiro um apartamento de um único dormitório, o mínimo possível como unidade habitacional, não é alugado por menos de dois salários mínimos mensais; e um deputado federal, em Brasília percebe, como remuneração "compatível com o cargo", o correspondente a 40 salários mínimos!

Em face desta realidade, precisará alguém apoiar-se em idéias comunistas para preconizar a reforma das estruturas sociais?

Uma Reforma Agrária Capitalista

ANALISANDO a realidade rural brasileira através das grandes coordenadas do pensamento moderno seremos forçados a concluir que não o comunismo, mas o próprio bom senso, o instinto de sobrevivência, reclamam uma reforma imediata das estruturas brasileiras. A pregação do Papa João XXIII, lançando o anátema católico sobre a utilização anti-social da propriedade, os alicerces que John Kennedy preparou para assentar sua ultracapitalista Aliança para o Progresso, as correntes socialistas e marxistas, apenas concluem em harmonia, desafiados por um problema cuja grandeza impõe uma só e imediata solução.

“Esta é, em realidade, uma tarefa revolucionária. Porém a revolução não é algo novo para nós”

afirmou o sr. Douglas Dillon, Secretário da Fazenda dos Estados Unidos, abrindo a Conferência de Punta del Este.

“Desde as praias da América, há quase 200 anos, surgiu um chamamento em prol da liberdade que hoje em dia guia as ações dos homens em todos os tumultuosos continentes do mundo...”

E o presidente Kennedy, lançando seu famoso e temerário dilema, “reforma ou revolução”:

“Aquêles que tornam impossível uma revolução pacífica tornarão inevitável uma revolução violenta”.

Dilema que o nosso magnífico Cardeal de São Paulo, D. Carmelo Mota (agora aniquilado pelos abrilistas) formulou com maior ênfase:

“Ou justiça social ou o fim do mundo civilizado”.

Em termos amplos o sr. João Goulart filiou-se a esta corrente reformista — quer movido por seu profundo conteúdo humano quer sensibilizado apenas pelo extraordinário apêlo popular que ela indiscutivelmente contém. Sua primeira e mais decisiva manifestação fê-la no discurso pronunciado em Recife, em 1963, quando afirmou que se estas reformas não fôssem feitas, no Brasil, por meios pacíficos, êle se uniria ao povo para impô-las. A imprensa do país inteiro se levantou, em fúria, para condená-lo pelo conteúdo subversivo de seu pronunciamento, mas sua boa estrêla ainda brilhava intensamente: as mesmas edições que veementemente o atacavam, eram forçadas a recolher um pronunciamento de Kennedy em que o presidente americano dizia, textualmente:

“A revolução na América do Sul pode ser pacífica ou sangrenta, mas tem de ocorrer”.

Os quadros dirigentes da política brasileira, entretanto, estão atrasados pelo menos de um século em relação à civilização contemporânea. A sociedade rural, baseada no latifúndio e na própria servidão feudal, conserva ainda aquêlo poder de decisão política com que dominou o Império e a República Velha. A democracia, transplantada para um país de párias e analfabetos, sofreu distorções e

adaptações mutilantes a tal ponto que foi necessário uma revolução, como a de 1930, para erradicar a vergonhosa coação do voto a descoberto.

Mas apesar de atrasado, apesar de retrógrado, a verdadeira força política do Brasil é o Grande Interior Rural, onde está a maioria da população acaudilhada aos detentores do poder econômico. E este interior prossegue enfeudado pelo chefe local, o coronel, que as imensas distâncias protegem contra a civilização e o progresso.

O coronel é o dono da terra, é o fazendeiro, é o latifundiário. Ele é o arrendador das terras cultivadas, é o cobrador do *cambão*, é o empresário, é o homem de fortuna cujas posses fazem contraste violento com a coorte de miseráveis e, naturalmente, a domina. E ele é, por isto mesmo, o detentor do poder político, porque domina o voto dos rebanhos eleitorais, constituídos de campônios semi-analfabetos e seus dependentes diretos.

Nas eleições a população é chamada às urnas, mas o coronel é quem escolhe o candidato, uma vez que votar contra seu favorito implica em arrostar toda a gama de sanções econômico-sociais que o interior do país reserva aos rebelados: sanções que vão da perda do ganha-pão à perda da própria vida.

O candidato a deputado ou a senador que postula votos não se dirige, a não ser formalmente, à população nem corteja os interesses regionais. Precisa ser o "candidato do coronel", dependente de sua simpatia e, posteriormente, fiel à sua orientação. Os maiores partidos políticos do país (PSD e UDN) são partidos dos coronéis, que só destes dependem sua existência e suas vitórias.

Os interesses dos coronéis são simples e, facilmente, encontram denominador comum: querem a absoluta intangibilidade do direito de propriedade sobre o qual se fundamenta o seu poder; e o mais amplo liberalismo econômico que lhes garante o livre uso desta mesma propriedade. Secundariamente aspiram o domínio da política local, o que lhes vem como consequência.

Não é preciso, portanto, uma organização complexa ou uma doutrinação profunda para dar unidade aos pontos de

vista dos coronéis, donos da terra. Isto se faz fácil e automaticamente, por acôrdo tácito. Da mesma forma os representantes dos coronéis no Congresso ou nos demais postos políticos não encontram dificuldades para orientar-se, nos momentos decisivos, em função dos seus interesses, embora pertencendo a partidos diversos e antagonicos. Mesmo porque êste antagonismo se esgota no trato de problemas meramente políticos ou administrativos, mas não predomina nos grandes debates ideológicos ou econômicos que dizem de perto com os interesses do coronel.

Dessa maneira os coronéis dominam o Congresso que faz as leis e, da mesma forma, o poder que as executa, dada sua influência fundamental nas eleições majoritárias. Dominam, portanto, o país e tratam de plasmar-lhe a mentalidade.

Suas idéias são eminentemente imobilistas. Eles querem o progresso que se traduz em modernos e engenhosos artigos para seu uso pessoal, em comodidades para seu cotidiano — mas nem mesmo nisto põem muito empenho e a maioria dêles se contenta com uma frugalidade primitiva. Mas progresso social, que implica em alteração das estruturas esclerosadas, isto não, que as velhas estruturas estão a seu serviço. Em suma, o coronel é um retrógrado, mas um retrógrado honesto e convicto. O preposto que êle elege para a Câmara, para o Senado ou para qualquer cargo executivo, que transaciona sua carreira política pela imobilidade assassina, êste merece um julgamento mais severo.

Na verdade o coronel foi derrotado uma vez, há muitos anos, quando a princesa Isabel libertou os escravos eliminando esta horrível mancha de nossa história. Naquela ocasião êle lutou bravamente pela manutenção da escravidão, uma vez que esta lhe assegurava o braço gratuito e abundante. A época, entretanto, era de transição — já em si um anacronismo econômico, a escravidão se tornara moralmente indefensável; a Inglaterra, maior potência imperialista da época, declarara-lhe guerra e estimulava os governos retardatários a liquidá-la; e o Exército, num assomo de consciência, se negava a prosseguir prestando serviços de capitão-do-mato.

Mas o coronel, que bem compreendeu o alcance reformista da abolição, lutou contra ela, fiel à velha estrutura que lhe fizera a fortuna. Perdeu, por uma injunção histórica, mas caiu lutando.

A presente situação, como se vê, pode ser muito bem sobreposta à cruzada redentora de Isabel: a reforma agrária é a libertação do servilismo assalariado que sucedeu à escravidão. E o coronel está em pé de guerra contra ela, mobilizando seus porta-vozes e dependentes.

Hoje o quadro da miséria dos campos é tão gritante que aos próprios políticos tradicionais e conservadores chama a atenção. Merece-lhes catilinárias candentes e retratos pintados com as mais vivas côres. O drama do Nordeste, a fome dos camponeses, contam com páginas e páginas dos anais legislativos, embora seja de destacar-se que o aspecto que mais se assinala é o do *barril de pólvora* — a capacidade explosiva da região espicaçada pela miséria ameaça as próprias estruturas que produzem a miséria. Esta facêta tem preocupado muito ao reacionário crioulo e mesmo a seu associado estrangeiro, cujas publicações fazem alusões seguidas à “área mais perigosa do mundo”.

Planos sem conta têm sido traçados e adaptados à realidade camponesa do Nordeste: de assistência, de ajuda-gem, de estradas. E bilhões de cruzeiros do poder público são invertidos nesses planos. A velha estrutura, entretanto, se sobrepõe a tôdas as boas intenções. Sua voracidade se embosca nos detalhes de cada plano, nas margens de cada açude, no traçado de cada canal de irrigação gerando uma intrincada trama de interêsses econômicos e políticos. De início já a obra nova não é realizada no local tècnicamente indicado, mas atraída para a região onde atua o coronel mais prestigioso — seu objetivo primeiro é consolidar uma oligarquia político-econômica regional. Em segundo lugar as grandes obras públicas passam a ser canalizadoras de recursos para as classes dominantes da zona. É a chamada *indústria da seca*, que bem poderia ser chamada indústria da fome, que tem como empresários os políticos que buscam votos, as firmas construtoras que visam lucros, os

proprietários de terras que aspiram valorizá-las, os administradores que desejam propinas, os comerciantes que sonham com os grandes fornecimentos. E assim por diante: todos os escalões da oligarquia se aliam para o festim que, graças à calamidade pública, realizam com as verbas do poder central ou até mesmo com verbas extras, como as da Aliança para o Progresso.

Este quadro acima descrito não é fruto da paixão: ainda agora, depois do golpe de 1.º de abril, o mundialmente famoso historiador Arnold J. Toynbee assim se referiu ao futuro da América Latina:

“A perspectiva é profundamente pessimista. O grande problema é acabar com o domínio de uma minoria poderosa e reacionária que impede o progresso econômico e político das nações latinas. A economia destas regiões precisa urgentemente de recursos. Mas isto também é um problema por causa da minoria rica e conservadora que domina estas áreas. A *Aliança Para o Progresso* é um passo certo no sentido de canalizar-se os bons recursos externos para os mercados latinos, entretanto SE OS ESTADOS UNIDOS NÃO FICAREM ATENTOS, OS FINANCIAMENTOS DO PROGRAMA TERMINARÃO, INEVITAVELMENTE, NOS BOLSOS DA MINORIA PRIVILEGIADA E EM DETRIMENTO DAS CLASSES CADA VEZ MAIS POBRES E MAIS NUMEROSAS DÊSSES PAÍSES”. (*Correio da Manhã*, Rio, 17.5.64)

Toynbee, como se vê, não se deixa iludir. E tem, é claro, inteira razão: a luta contra a miséria, na América Latina, está pontilhada de desvios de verbas, concorrências públicas fraudulentas e até de roubos puros e simples. Até o leite em pó, doado pelos organismos internacionais às crianças famintas do Brasil, tem sido encontrado à venda no comércio interiorano.

Claro está que todos os planos, até agora, fracassaram.

Pedir a reforma destas estruturas viciadas, que condenam à fome as multidões rurais em nome de seus próprios apetites, será fazer comunismo?

Não — é puro capitalismo! É fazer a “revolução burguesa” de que nos fala Edmundo Moniz. Mesmo porque Toynbee, Douglas Dillon, John Kennedy ou mesmo Goulart não se referiram, jamais, a reformas comunistas a não ser para dar-lhes combate.

E as reformas de Goulart nada mais eram que isto: reformas capitalistas visando consolidar e eternizar o capitalismo brasileiro pelo apaziguamento das massas excitadas.

A reforma agrária, contrariamente ao que se pretende firmar na opinião pública dos países atrasados, não é uma criação de Marx, embora sempre que realizada pelos governos comunistas se revista de aspectos particulares, derivados da doutrina marxista. Já houve reformas agrárias 600 anos antes de Cristo na Esparta de Licurgo; reforma agrária houve no Império Romano de Tibério e na França de Henrique VII. Quando José Bonifácio condicionava a propriedade a seu papel social estava enunciando o princípio básico de tôdas as reformas agrárias.

O próprio Brasil já conheceu reformas agrárias, embora parciais: lá no sul, por exemplo, quando a Coroa Portuguesa resolveu fixar colonos açorianos ao redor de Pôrto Alegre fê-lo desapropriando e dividindo as terras do fundador da cidade, o legendário Jerônimo de Ornelas.

Reforma agrária, em seu sentido lato, não significa simples e pura divisão de propriedade. É um processo que tem por objetivo obter da terra o seu rendimento máximo, ou seja, a plenitude de sua função social e, portanto, tem de implicar em terra, mas igualmente em crédito, em assistência técnica, em assistência pedagógica e, em suma, no aprimoramento do homem, que é o elemento principal da produtividade do solo.

Tôda a riqueza do homem vem da terra e quando esta se mostra avara a vida humana se faz impossível. Assim sendo sempre que uma estrutura social inadequada rouba à terra seu papel principal o dilema se apresenta, imediato e coercitivo: reforma ou suicídio coletivo.

Este problema se impõe a qualquer sociedade — religiosa ou leiga, materialista ou espiritualista, capitalista ou socialista. Não é na reivindicação ou no reconhecimento da necessidade da reforma que está a marca ideológica e sim na maneira de executá-la. E, seja comunista ou capi-

talista, seu objetivo último é tirar da terra o máximo em sustento humano.

Em termos sintéticos: uma reforma comunista pretende arrancar do solo tudo o que êle possa dar e, secundariamente, moldar uma sociedade sem proprietários partindo do pressuposto já formulado por Proudhon na pré-história do socialismo, de que “a propriedade é um roubo” (estranhamente aparentado com o conceito de Santo Agostinho, aliás, para quem “o que possui o supérfluo possui o alheio”). Já uma reforma capitalista, buscando igualmente extrair da terra o máximo de suas dádivas, trata de consolidar o princípio da doutrina dominante que se funda, precisamente, na legitimidade do direito de propriedade.

Uma reforma comunista se fará, pois, mediante o estabelecimento da propriedade comunal — ninguém, individualmente, possuindo terras mas todos, coletivamente, desfrutando dela. A granja coletiva é o exemplo típico.

Uma reforma capitalista trata de realizar-se pela divisão da terra e a conseqüente ampliação do número de proprietários: reforço humano para o exército dos defensores do direito de propriedade.

Partindo desta enunciação tão simples e tão clara, verifiquemos se a reforma agrária preconizada por Goulart era comunista ou capitalista.

Quem colocou a reforma agrária na ordem do dia, a partir de 1961, foi o então governador Leonel Brizola, que, premido pelo surdo clamor do homem do campo, do Rio Grande do Sul, progressivamente miserabilizado, buscou uma solução social que o integrasse na sociedade. Encontrou-a em dois flagrantes da sociedade sulina que apreciou e apanhou com extraordinária lucidez: a existência do latifúndio que tripudiava sobre a fome do velho peão de estância, agora em número excessivo para as rotineiras lides campestres; e na evidência de que o *grilo* — a apropriação sumária da terra alheia ou devoluta pelo latifundiário — ainda era uma instituição graças à qual as terras do Estado se agregavam à fortuna dos grandes proprietários.

O primeiro flagrante se apresentava por si mesmo e se expunha, impudicamente, em tôdas as estatísticas ofi-

ciais. O segundo se desnudou no episódio do Banhado do Colégio: enorme área alagadiça, propriedade de ninguém, que o Estado recuperou mediante o emprêgo de imensas verbas e onde, na medida do refluxo das águas drenadas, as terras descobertas passavam a se incorporar à propriedade dos fazendeiros vizinhos, pelo simples expediente da extensão dos aramados.

Brizola também não criou solução nova -- limitou-se a encontrá-la numa preciosidade da própria Constituição do Estado que escapara ao zêlo dos representantes dos coronéis: a Carta Magna do Rio Grande do Sul obrigava o Poder Executivo a realizar planos de colonização sempre que 100 ou mais agricultores sem-terra lhos solicitassem.

Duas desapropriações ruidosas, embaçadas nesta clara determinação constitucional, levantaram a grande polêmica dos nossos dias.

No Nordeste, por sua vez, Francisco Julião já organizava suas Ligas Camponesas, de caráter socialista radical, disputando palmo a palmo as simpatias camponesas com a Igreja Católica que despertava, também, para a organização dos sindicatos rurais reivindicantes, em obediência ao roteiro generoso e realista traçado pelos últimos papas.

A disputa ardorosa das simpatias populares e o afã de realização concreta de cada grupo ativista conduziram o debate a uma crescente radicalização. E como a fome também se fazia companheira e conselheira, dentro em breve algumas invasões de propriedades, violentas ou não, desafiavam o reacionarismo dos donos da terra e levavam o problema para as manchetes dos grandes jornais brasileiros.

Neste ínterim Jango lutava, surda mas ativamente, pela restauração de seus poderes presidencialistas ("Ele está se portando como uma pessoa que, comprando um par de sapatos, só tenha recebido um pé. . ." explicava Brizola) e alcançava o auge da campanha do plebiscito, quando se fazia indispensável o apoio do operariado urbano para forçar o Congresso a uma decisão que violentava seus próprios interesses e inclinações.

Jango, evidentemente, não se podia basear na população camponesa, majoritária mas desorganizada e obscure-

cida pelo analfabetismo e pela sujeição aos coronéis. Ape-
lou, pois, para seus velhos amigos, os trabalhadores
urbanos, antigos partidários e protegidos de Vargas junto
aos quais se credenciara por uma longa atividade política
trabalhista.

A esta altura, entretanto, o operariado brasileiro es-
tava em etapa bem mais adiantada do que a dos tempos
do paternalismo getulista e esboçava sua primeira central
sindical — o CGT — que, bem ou mal, procurava dar uni-
dade e conteúdo à luta obreira. E o Comando Geral dos
Trabalhadores, tímidamente embora, já firmara sua fide-
lidade a uma espécie de programa mínimo no qual se
integrava, em termos ainda amplos e vagos, a reforma
agrária e as “reformas de base”.

Solicitado por Jango o comando sindical raciocinou
com sólida lógica operária: a liquidação pura e simples do
parlamentarismo era um problema muito do Presidente,
e menos do povo; só participaria de uma luta que, nos
termos do seu programa mínimo, representasse um avanço
popular.

Em conclusão — Jango recebeu o apoio dos operários
e prometeu, em troca, a realização das reformas. Não
cumpriu integralmente êste acôrdo, uma vez que dis-
sociou o parlamentarismo das reformas, contrariamente ao
espírito dos entendimentos mas, em última análise, man-
teve-se fiel à sua palavra e fez da luta reformista a tônica
de seu govêrno.

Fê-lo convictamente ou como mero recurso de mo-
bilização de massas?

Isto é outra história.

Era realmente popular o tema da reforma das nossas
estruturas envelhecidas: a pregação de Brizola já se trans-
portara para o cenário nacional; o Nordeste, trabalhado
pelos socialistas e pelos padres, deixava-se sensibilizar
pela campanha populista de Miguel Arraes, que acabava
de eleger governador de Pernambuco; o povo despertava
para o debate das causas de sua miséria, aguilhoado ainda

pelas agruras da inflação que introduzia a fome nos lares mais humildes.

Jango começou, pois, a falar em reformas, embora sem positivizar seu pensamento, sem tentar sequer, passar da palavra à ação. Convocou para seu governo, entre os conservadores de sempre, alguns homens de idéias mais consolidadas, como Francisco Brochado da Rocha que, em pleno regime parlamentarista, arrancava, a duríssimas penas a aprovação do Congresso para seu avançado programa de Primeiro Ministro do qual constavam as “leis delegadas”. Uma destas leis, provávelmente fugitiva da argúcia do Parlamento (e de sua evidente intenção de esvaziar o nôvo instituto) a Lei Delegada número 13, permitia ao Executivo suprimir, criar ou fundir serviços no Ministério da Agricultura.

A Assessoria de Brochado da Rocha (economistas Cibily Vianna e Paulo Schilling, ambos com os direitos políticos cassados, hoje em dia) vislumbrou ali a possibilidade de transplantar para o panorama nacional o Instituto de Reforma Agrária já criado pelo govêrno gaúcho de Brizola. E “suprimindo”, “fundindo” e “criando” órgãos no referido Ministério deu à luz a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) que seria, nos meses seguintes, a grande trincheira da luta reformista.

Muito ao seu feitio Jango permitiu a criação da SUPRA mas não lhe deu liberdade de ação. Nomeou para dirigi-la um homem decidido, que vinha da luta dos sem-terra da administração Brizola (João Caruso) mas preencheu o Conselho do nôvo órgão com elementos de orientação conservadora que lhe entravavam a atividade. Em pouco tempo Caruso (também agora com seus direitos políticos cassados) era levado à demissão.

Mesmo assim — sem ação concreta — a Supra já alarmara os meios rurais pela sua intervenção simpática aos camponeses em diversos conflitos então deflagrados. Seu nôvo dirigente João Pinheiro Neto (também com seus direitos políticos cassados) jovem e imaturo ex-ministro do Trabalho, não tinha a capacidade de ação de seu antecessor mas lhe sobrava espírito polêmico e brilho expositivo. Lançou-se ao debate com ambição irrefreada, óti-

mamente informada pela gama de pensadores católicos, marxistas e liberais já então apaixonados pelo problema. E deste diálogo não estiveram ausentes sequer os americanos, filiados ao neo-capitalismo de Kennedy, cujas melhores contribuições se consubstanciaram nas recomendações avançadas da Aliança para o Progresso e no famoso e já citado brado de alerta do presidente dos Estados Unidos.

Diga-se em favor de Goulart: no seu período havia liberdade de opinião, muito embora esta o incomodasse seriamente quando aplicada em seu desfavor (e muito embora, como veremos posteriormente tentasse pecar contra ela...). A discussão reformista foi ampla, profunda e livre, nela se empenhando intelectuais e trabalhadores braçais, sacerdotes e políticos, proprietários e sem-terra. O próprio episcopado brasileiro tomou posição coletiva, estudou o problema e emitiu opinião — dividindo-se como todo o povo, em alas progressista e retrógrada.

Sensível ao apêlo mágico do grande tema Goulart seguia pregando reformas, mas ainda em termos vagos, apesar da candência oratória. E a *Supra*, que representava o pensamento técnico do Govêrno, mais se atinha à descrição da situação vigorante do que à proposição de soluções.

Aos poucos, entretanto, o entrechoque de opiniões encontrou uma orientação mais definida: a Constituição, elaborada por legisladores liberais, mas em sua maioria eleitos pelo feudalismo, era vaga no que diz respeito aos direitos populares, mas clara, claríssima quanto ao direito de propriedade. E embora admitisse desapropriações por “interêsse social” condicionava-as ao pagamento “prévio e em dinheiro”, naturalmente pelo valor venal das propriedades multiplicado pela ganância dos proprietários. Ou seja: nenhum plano de reforma poderia ser executado sem a alteração do artigo 141, parágrafo 16, da Constituição pois não haveria dinheiro suficiente para satisfazer, dentro de seus termos, as exigências mínimas dos latifundiários.

O Governo aventou, desde logo, a hipótese da emenda constitucional que permitisse o pagamento a prazo, em títulos da dívida pública, mas o Congresso se fez intransigente: a Constituição era intocável e o direito de propriedade sagrado.

Na verdade a Constituição não era tão intocável assim, conforme o provou o Ato Institucional, repetindo tantos precedentes históricos. Mas o direito de propriedade, êste sim, demonstrou-se tão santificado como se fôsse o décimo primeiro mandamento.

Tôdas as resistências à reforma agrária se aglutinaram, desde logo em tôrno da Constituição já que esta impedia, taxativamente, a sua realização.

O fato de uma sociedade dinâmica não poder ser regida por uma lei estática não impressionou ao Congresso nem às cúpulas partidárias e nem — é claro — aos latifundiários. Mesmo porque apenas buscavam um pretexto para deter, no nascedouro, a idéia reformista.

No sentido da intangibilidade da Carta Magna se manifestaram juristas e fazendeiros, prelados e generais, todos demonstrando profundo saber constitucionalista. E à falta de um argumento mais convincente (uma vez que todos os políticos de mais 50 anos já participaram pelo menos de uma ou duas violações constitucionais, neste país) aferraram-se a uma racionalização publicitária que ocultava o problema principal, fazendo-o mais político do que social ou econômico: acusavam o Governo de pretender, ao propor a alteração da Carta, alcançar não as reformas, mas sim a reeleição de Goulart. Estranho argumento êste para ser usado pelo próprio Congresso que soberanamente poderia votar a emenda que bem entendesse!

Nesta posição fixou-se a UDN, fiel às suas origens passadistas; e o PSD que, apesar de governista e beneficiário de tôdas as sinecuras do país, não queria desgostar suas bases rurais. E êstes dois partidos constituem 2/3 da Câmara e do Senado.

Um grande aliado poderia o Govêrno Goulart encontrar nos arraiais burgueses: a indústria nacional, faminta de mercado interno garantidor de sua expansão, deveria alinhar-se na luta reformista. Esta, entretanto, não estava à altura do momento e permaneceu fiel ao latifúndio, ao qual se liga pelo berço, uma vez que o sonho, logo realizado, de qualquer grande industrial ou comerciante brasileiro é fazer-se dono de uma fazenda, buscando assim comprar uma espécie de nível nobiliárquico para disfarçar sua execrada origem artesanal e modesta.

Estranhas teses, estas, que entravam o progresso do Brasil! Faz parte de nosso minguado patrimônio histórico a mutabilidade constitucional. Além de ser uma necessidade lógica que as leis acompanhem, flexivelmente, o desenvolvimento social e político de um país, é uma praxe brasileira e sul-americana a promulgação e a revogação de constituições inteiras, e não de um artigo, ao sabor de conveniências ocasionais.

A verdade é que ninguém estava defendendo a Constituição. Essa mesma geração mais antiga que lá está, no Congresso, atuara na supressão da Carta Magna da República Velha, 1930; da que lhe seguiu, em 1937; e apenas há dois anos atrás, em 1961, por imposição militar, concordara em violentar a atual Constituição presidencialista para negar, com o parlamentarismo votado na sofreguidão de uma madrugada, maiores poderes ao Presidente Goulart. Esta mesma Câmara e êste mesmo Senado, bem como seus aliados, os generais de abril, não encontraram outra forma, agora, de defender a Constituição senão revogando, com um ato institucional outorgado, todos os artigos e parágrafos dizentes com as garantias e direitos individuais!

É evidente que se estava defendendo, com unhas e dentes, era o parágrafo 16 do artigo 141, e não a Carta Magna. Ou seja: o próprio latifúndio.

Quando a Supra apresentou seu longamente elaborado decreto executivo, visando apenas a desapropriação das terras marginais às grandes estradas e ferrovias, assim mesmo se superiores a 500 hectares e se inaproveitadas, a

decepção dos meios reformistas foi grande, pois era evidente que, com tantas restrições, não se chegaria muito longe. Mas mesmo assim a radicalização dos negativistas alcançou limites absolutos e recusou a solução como “comunizante”.

Este decreto da Supra foi assinado no histórico comício do dia 13 de março e foi uma das causas desencadeantes do movimento eclodido uma quinzena após. E o primeiro ato do novo governo foi a sua revogação pura e simples, seguido da prisão de Pinheiro Neto e de seus colaboradores próximos e remotos.

Em vão, durante toda esta jornada, Goulart proclamou suas evidentes intenções: grande senhor de terras, um dos maiores proprietários rurais do Brasil, não lutava contra si mesmo nem pretendia desorganizar a vida rural. Político de sensibilidade não podia deixar de perceber as inclinações das massas. Seu plano — e ele o disse claramente — era reforçar, e não enfraquecer, a legião dos defensores do direito de propriedade. Em lugar dos 3 milhões atuais de proprietários rurais queria 10 milhões para se empenharem, futuramente, na defesa de seus interesses.

Buscava a maior produtividade dos campos na multiplicação do número de proprietários atuantes e não na extinção do direito de propriedade, numa orientação tipicamente capitalista, incompatível com os objetivos marxistas. Tanto suas intenções como sua pregação se integravam nos grandes postulados da Igreja Católica e sublinhavam a própria ação social dos padres mais avançados. Seus rumos eram os apontados pela Aliança para o Progresso, de Kennedy, que via, sem meios tons, o reacionarismo cruel e ambicioso como o maior perigo para o futuro do capitalismo.

Seria sincera a pregação reformista de João Goulart?

Deus o sabe. Mas a julgar pelas circunstâncias em que se desenvolveu, pelo menos no princípio foi um mero tema de comício, um simples apelo às massas. Sobrecarregado com as responsabilidades de Governo, que nunca conhecera, Goulart sentira-se limitado na sua ação de proselitismo. As multidões, dantes por êle tangidas, eram estimuladas em sua inquietude por líderes vigorosos como

Brizola, como Arraes, como Paulo de Tarso, como Julião e tantos outros — que livres, ou mais livres, das peias do oficialismo guardavam a liberdade para o debate de temas mais avançados. Parar, deixar-se superar pelas mensagens novas seria ceder lugar às novas lideranças. Especialmente à de Brizola, já credenciada com a resistência épica de 1961 a que Jango devia a própria sobrevivência política.

É muito provável, também, que tenha usado o tema reformista, a princípio, para acossar as classes dirigentes que lhe negavam confiança. Em suma, que utilizasse as reformas como Lacerda usa a Democracia — como simples bandeira eleitoral.

O fato de pregar reformas e constituir governos conservadores; e a obscura enunciação destas mesmas reformas, que só encontraram expressão mais inteligível nos últimos dois meses de sua gestão, fala em favor desta tese.

De qualquer maneira, seduzido pelo tema ou conduzido por êle, é preciso registrar-se que, afinal, identificou-se com a própria pregação. E caiu vítima das reformas que preconizava tentando, bem ou mal, realizá-las e prestando ao povo o grande serviço de esclarecê-lo e despertá-lo para sua própria e cruel realidade.

A Corrupção no Brasil

Os dois grandes objetivos declarados e proclamados da abrilada foram a subversão e a corrupção — e em nome dêles é que se instaurou, desde o momento da vitória a negra *fase repressiva* que já resultou, comprovadamente, na própria degradação das Fôrças Armadas comprometidas em atos de vandalismo, em cenas de torturas e até em assassinato de presos políticos, conforme a imprensa mundial tem, documentadamente, denunciado.

E pelas próprias declarações dos maiores responsáveis pelo movimento subversivo chega-se à conclusão de que, nas suas preocupações, a corrupção superava a própria subversão, que esta de antemão sabiam inexistente. O Marechal Taurino de Resende que o govêrno rebelde colocou, desde as primeiras horas, à frente de tôdas as Comissões de Inquéritos, desempenhando o papel de Grande Inquisidor, afirmou à imprensa, após um período de trabalho, que em face das descobertas relativas a atos de corrupção os aspectos subversivos do govêrno deposto eram desprezíveis.

Mais claro foi — embora muito prosaico na reedição da discutível elegância literária de Cambrone — o chefe principal do golpe de 1.º de abril, general Costa e Silva que disse, em depoimento perante a Câmara de Deputados:

“Hoje posso afirmar, sem receio de erro, que o Governo de Goulart boiava sobre um oceano de matérias pútridas, matérias indeclaráveis sob o ponto de vista higiênico”.

Esta afirmação não correspondia aos fatos comprovados, pois que feita a 7 de maio de 64, um mês após o triunfo, quando apenas se instalava o novo Governo, não dava tempo sequer à investigação mais sumária. Mas certamente correspondia à convicção dos militares insurretos e ao quadro que pretendia apresentar aos olhos do povo brasileiro e do mundo, visando comprometer definitivamente os antagonistas vencidos.

Este capítulo, por isto mesmo, eu o dedico aos jovens, que ainda não têm olhos para ver nem passado para lembrar; aos homens honestos do interior, que aos milhões povoam este país, longe das fontes do poder e delas conhecendo através das informações deturpadas fornecidas pela imprensa comprometida; aos militares que de boa fé vislumbram o suborno e a corrupção em cada manobra política e que, em nome da pureza de costumes, se julgam autorizados a todos os desmandos.

Aos primeiros é preciso que se mostre que a Pátria não é a podridão fecalóide que o ínclito general Costa e Silva descreve com tanto gosto; que os homens públicos do Brasil têm toda a gama de qualidades e defeitos que ornaram os políticos e os cidadãos de qualquer Nação. Porque lendo e ouvindo diariamente o achincalhe sistemático dos homens de responsabilidade deste país qualquer menino, já nos seus anos tenros, estará convencido de que o Brasil é um velhacouto de ladrões, de que se deve envergonhar — se já não estiver preparando seu espírito para a aceitação das normas imorais que lhe inculcam como rotineiras, que lhe apresentam como condição para o futuro sucesso.

Aos homens do interior e tenho presente a imagem da pequena cidade de Taquari, insulada no interior do

Rio Grande, bombardeada pelo noticiário constante desta vergonha, de onde saímos o general Costa e Silva e eu — é mister se esclareça o quanto antes, pois são os que votam, os que influem sobre a sua comunidade, os que decidem em fugidias mas fundamentais etapas democráticas os destinos do Brasil, os que formam a opinião pública e dão a fisionomia do regime.

Aos militares — se bem que me pareça inútil tentar esclarecer sua crônica ingenuidade — é preciso que se mostre a realidade ao menos para que, sempre que chamados à ação, possam distinguir entre o apêlo clássico ao patriotismo, a sinceridade e o embuste.

Há, efetivamente, corrupção no Brasil.

Como há corrupção nos Estados Unidos como há e houve sempre em todos os países do mundo.

Houve corrupção no Govêrno Goulart. Como em todos os governos que lhe antecederam, como está havendo neste que lhe sucede.

Os corruptos ocuparam alguns dos grandes postos do Govêrno João Goulart. Como ocupam, agora, os grandes postos do Govêrno Castelo Branco (quase os mesmos, aliás) — que os houve defendendo e agredindo a legalidade a 1.º de abril.

Mas as campanhas moralistas dos políticos, a que já nos habituamos por serem a tônica de tôdas as campanhas eleitorais, são deliberadamente mentirosas. E os aspectos apresentados pelos jornais diários, cujo espaço se dedica, predominantemente, a acusações e suspeitas, são redondamente falsos. E o que é pior: também deliberadamente falsificados!

Esclareçamos a título de introdução: um dos maiores heróis da rebelião de 1.º de abril, para cujo êxito contribuiu decisivamente, foi o Governador Ademar de Barros, de São Paulo. Pois o sr. Ademar de Barros, homem-chave dêste episódio moralista teve de fugir do país não como exilado político mas como um foragido comum, acusado de ladrão pelo govêrno Jânio Quadros, que tão bem encarna, então, os ideais moralistas da União Democrática

Nacional — a base civil da abrilada. Esse arauto da luta contra a corrupção é precisamente o mesmo que inspirou o slogan desonroso *Rouba mas Faz*, que todo o Brasil conhece. É o homem a quem seu hoje companheiro de comando moralista, Carlos Lacerda, chamou de *ladrão e gatuno* em inúmeros artigos que podem ser lidos ainda hoje na coleção de seu jornal *Tribuna da Imprensa* e é o mesmo a quem a bancada udenista da Assembléia Legislativa de São Paulo já tentou, inúmeras vêzes, impedir por desonesto.

Mas não é o único exemplo a mostrar que sob os pés do presidente-general Castelo Branco também corre aquêlê mar de matéria cambroneana a que se refere o general Costa e Silva.

Carlos Lacerda, impoluto governador da Guanabara e campeão de tantas campanhas moralistas, foi acusado, perante a Nação, pelo Ministro Pedroso Horta do govêrno udenista de Jânio Quadros de ter desfechado a campanha final contra êste presidente por não lhe ter conseguido extorquir a importância que buscava para salvar da falência o seu jornal, que confiara à direção do próprio filho; perante a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara foi denunciado pelo deputado Ib Teixeira, documentadamente, de favorecer, como governador, as aquisições de veículos pelo Estado à firma de que seu filho é sócio, em transações que envolvem milhões de cruzeiros; foi acusado, pelas páginas dos maiores jornais do Rio, de ter perdoado, em benefício de sua *caixinha* eleitoral, uma dívida da ordem de 6 bilhões de cruzeiros que os exportadores de café tinham para com o erário público; foi comprovadamente comprometido com o jôgo do bicho, ilegal e clandestino, por êle tão ostensivamente combatido, sendo divulgado inclusive um cheque de um bicheiro, doação à Fundação Otavio Mangabeira de sua criação.

O deputado Amaral Neto, *alter ego* do sr. Carlos Lacerda, candidato das forças moralistas ao Govêrno do Estado da Guanabara e porta-voz, na Câmara Federal, do movimento de 1.º de abril, foi públicamente acusado pelo *Correio da Manhã* (entre outros) em artigos de 13 de maio de 1964 de “*criminoso comum, hoje acobertado por imuni-*

dades parlamentares”, alcagüete (10), traficante de tóxicos (atravessador), chantagista, mistificador, costumava dar ainda o golpe do marido ultrajado forjando simulacros de flagrantes de adultério”. E mais: “Após o término da guerra mundial ingressou na política pela porta dos fundos, COMO INFORMANTE DE UMA EMBAIXADA ESTRANGEIRA”, na “Assembléia Legislativa da Guanabara envolveu-se na negociata dos impostos sonogados por exportadores de café, advogando e conseguindo anistia para uma dívida de 6 bilhões de cruzeiros, em prejuízo dos cofres públicos. Logo após quis demonstrar a inocência do Govêrno Carlos Lacerda, de que era líder, na negociata do ferro velho, acabando por confirmar que carros novos foram vendidos a cinco cruzeiros o quilo, como se fôsse sucata”. E assim por diante.

O Governador Ildo Meneghetti, do Estado do Rio Grande do Sul, outro dos patronos do movimento de 1.º de abril, ao nomear seu amigo e correligionário, o promotor público Caio Brandão de Melo, para a Comissão de Expurgo do funcionalismo estadual, em cumprimento à repressão moralista da abrilada, teve o dissabor de ver êste depositário de sua confiança — cuja missão era acusar, difamar e demitir adversários — dirigir-lhe uma carta pública denunciando “a tolerância de seu govêrno para com comunistas NEGOCISTAS E LADRÕES”, com a citação nominal de vários membros preeminentes de seu quadro de auxiliares que, diga-se de passagem, o escândalo obrigou a se recolherem à vida privada.

O sr. José Maria Alkimim, vice-presidente eleito juntamente com o general Castelo Branco, foi formalmente acusado, em longa série de reportagens publicadas pelo *Correio da Manhã* (e endossadas pelo jornalista Hélio Fernandes, diretor da *Tribuna da Imprensa* de Carlos Lacerda) de ter praticado gigantescas negociatas ao tempo em que servia ao govêrno Juscelino Kubitschek na qualidade de Ministro da Fazenda.

O jornal *A Platéia* de Livramento, Rio Grande do Sul, em despacho de 12 de junho de 1964, da *Associated Press*, noticiando a primeira demissão de um ministro do Govêrno Castelo Branco a atribui ao ter, o titular exonerado,

mandado pagar “à revelia do presidente cerca de um bilhão de cruzeiros a firmas paulistas que venderam ao Ministério da Agricultura” acrescentando o despacho que “o presidente não gostou da pressa do Ministro em mandar liquidar uma fatura sem ouvi-lo primeiramente”.

Como se vê, nesta rápida amostra, este governo já demonstrou que o “oceano de matérias pútridas” não é privilégio de Goulart. Com o que fica, igualmente, demonstrado que a bandeira moralista está nas mãos inadequadas de gente que não boia, mas mergulha no oceano malcheiroso do general Costa e Silva.

Ocorre que o moralismo é, em si, uma bandeira falsa, farisaica e, mais do que isto, criminosa.

Tem por finalidade não a moralização da coisa pública mas a destruição de adversários políticos e o comprometimento de governos antagonistas perante a opinião pública desprovida de meios de informação honesta.

É uma simples técnica de terrorismo político (esta que agora, em desespero e em termos de verdadeira confissão, o presidente da UDN, sr. Bilac Pinto, pede em carta ao Governador Carlos Lacerda que não use contra seus correligionários, mas apenas contra os antagonistas). Usa verdades, semiverdades e mentiras deslavadas e, baseando-se na manipulação total dos meios de propaganda, a todas transforma em verdades absolutas pela repetição e pela ênfase.

Esta técnica visa dois objetivos: o alijamento do adversário, dada a intransponível dificuldade para a produção da prova negativa e o monopólio de imprensa exercido pela classe dominante; e o desvio da atenção do povo dos problemas fundamentais, que dizem com a própria estrutura do regime, fixando-a em problemas secundários menos perigosos.

Acusado publicamente de ladrão qualquer homem público — como qualquer cidadão comum — encontra extrema dificuldade para provar a lisura de seu procedimento porque o ônus da prova, que normalmente cabe a quem

acusa, na prática política brasileira sobrecarrega os ombros do acusado; enquanto não consegue reunir possíveis documentos que afirmem sua retidão, a imprensa de todo o país estará martelando a opinião pública com as denúncias. E se porventura lograr elementos comprobatórios de sua honradez, apenas conseguirá um minúsculo espaço, em alguns dos jornais que veicularam a calúnia, para divulgá-los. Quer dizer: a maioria dos que tomaram conhecimento da acusação continuará a desconhecer a defesa e, conseqüentemente, a ter a primeira como fato pacífico. O próprio recurso ao judiciário não protege a dignidade do acusado já que a morosidade da Justiça favorecerá o denunciante com a prescrição do processo, lançando uma pedra sôbre êste; ou retardará de meses e meses a reparação, dando tempo à calúnia para que germine e marque definitivamente sua vítima.

O segundo objetivo é, entretanto, mais rico em conseqüências profundas: assaltado diàriamente por denúncias espetaculares o povo é levado a crer que todos os seus males derivam da desonestidade reinante nos altos círculos administrativos; atordoado, não tem tempo para analisar a verdadeira e real podridão, a podridão das estruturas que geram a corrupção como subproduto e a desgraça nacional como produto principal. Sensibiliza-se assim a opinião pública para a aceitação das soluções moralistas — os golpes regeneradores, por exemplo, — porque convencida de que da simples eliminação dos “corruptos” advirá a felicidade geral. E as estruturas apodrecidas e os privilégios ficam em paz...

Em princípio, em sua acepção ampla, a corrupção faz parte do próprio regime. Ninguém, nenhum político integrado em nossa vida pública, seja de que partido fôr, pode fugir à pecha de corrupto formulada à luz da moral privada.

Examinemos, rapidamente, apenas o nosso sistema eleitoral: êle exige, como base, a sobrevivência dos partidos o que é aparentemente barato, mas tem um preço, qual seja o dos alugueres das sedes e mais algumas quin-quilharias. Mas exige, antes de mais nada, o funcionamento dos partidos, o que é altamente custoso.

Partido brasileiro funciona sòmente nas eleições mas eleição é dinheiro e dinheiro grosso. A disputa de uma simples vereança custa dinheiro; a disputa de uma deputação estadual custa dinheiro; a disputa de uma deputação federal ou de uma senatoria custa dinheiro. Mas a verdadeira tragédia vem com a disputa dos cargos executivos de prefeito, de governador e de presidente da República. Principalmente êste.

Todos sabemos como se processa uma eleição, chame-se o candidato Eduardo Gomes ou Getúlio Vargas, seja general ou bacharel. A todos os recantos da pátria, onde haja um minúsculo corpo de eleitores, deve chegar o diálogo político, indispensável à propagação das idéias. Em cada distrito, em cada rincão deve haver um palanque eleitoral onde os oradores assomem; uma estação de rádio que divulgue a plataforma central da campanha, sua pregação, sua defesa e os ataques aos adversários e ao seu catecismo cívico; um jornal que mantenha viva a chama do combate. Cada município pelo menos deve ser visitado por caravanas de próceres partidários. O próprio candidato deve deslocar-se quando menos para as principais cidades de cada Estado, pois sem o contato direto com as massas falhará sua missão de proselitismo. E tanto o candidato quanto seus principais paladinos devem dispor de muitas e muitas horas de televisão e de rádio, de muitas e muitas páginas de jornais multiplicadas pelo número de capitais e cidades importantes de cada Estado. E panfletos, e folhetos, e retratos coloridos ou em prêto-e-branco, e cartazes de vários tamanhos, e faixas, e letreiros pintados nas paredes.

Procurem traduzir tudo isto em dinheiro e se assombrarão com a cifra obtida: uma estação de rádio do Rio de Janeiro, por exemplo, onde se trava o debate principal — como a Rádio Mayrink Veiga que dirigi cobrava, há um ano atrás, nove mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 9.500,00) por um único *jingle* (propaganda musicada) de meio minuto (30 segundos) de duração. E uma campanha não pode ser feita com apenas um *jingle* diário, mas exige dezenas. E uma campanha não dura um dia, mas meses. Nem pode limitar-se a uma estação, mas precisa de várias. Tampouco

se pode conter nos limites de uma cidade, mas deve estender-se por milhares delas.

Um pequeno programa de televisão e uma página de jornal, tanto no Rio de Janeiro como nas principais capitais do país, custam centenas de milhares de cruzeiros por vez — e devem ser utilizados muitas vezes, em muitas estações de televisão, em muitos jornais, em muitos estados, em muitas cidades de cada estado.

Sòmente a rádio por mim dirigida recebeu, pela curta campanha de *jingles* que preparou o plebiscito, cêrca de 3 milhões de cruzeiros — e foi das que menos cobrou no país, uma vez que proporcionou, ao contratante, um abatimento da ordem de 60%, sòbre suas tabelas vigóntes!

Infelizmente as despesas não se esgotam aí. O transporte de um passageiro do Rio a Pôrto Alegre, via aérea, está custando mais de duzentos mil cruzeiros (ida e volta) — e aos grandes comícios das grandes capitais devem comparecer, não um, mas dezenas de políticos de nomeada a cujo cargo está o despertar do eleitorado. Êstes homens precisam ser hospedados e alimentados — e os hotéis e restaurantes não trabalham de graça. Sua chegada deve ser amplamente preparada e o povo convidado à reunião por uma séria campanha de propaganda — que custa os olhos da cara. As tipografias também não trabalham de graça, nem as fábricas de papel, mas milhões de folhetos, de cartazes, de volantes devem ser espalhados por milhares de cidades, de maneira que à mensagem central e à figura do candidato não se conserve alheio um único eleitor.

E ainda não parou o fluxo de despesas: é preciso veículos para distribuir o material de propaganda, para organizar comícios, para conduzir os pixadores, para transportar as caravanas para visitar cada bairro de cada cidade, para visitar e revisitar cada aldeia. Quantos *jeeps* e *Kombis* são necessários para cobrir um estado como o Rio Grande do Sul, com cento e tantos municípios e milhares de aldeias, vilas e povoados? Se calcularmos, modestíssimamente, em apenas dois veículos por comuna, precisamos de 300. E o Rio Grande não é o único Estado do Brasil, nem o maior, nem o mais populoso. Ora — cada veículo, por mais rústico que seja, custa mais de 2 milhões de cruzeiros.

Os 300 veículos do Rio Grande exigem, pois, 600 milhões. E o Brasil tem duas dezenas de estados...

A grosso modo podemos estar certos de que, para suas despesas *regulares*, uma campanha presidencial requer bilhões de cruzeiros. E muitos! Quer seja a campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes, quer de Goulart, quer de Lacerda ou de Getúlio. Da oposição ou da situação. Da esquerda ou da direita.

Ora — todos nós sabemos que o cidadão brasileiro é avêso a contribuir para seu partido — prefere fazer sacrifícios pelo clube de futebol. Sabemos que o nosso eleitor sequer costuma filiar-se a um partido, conservando-se na posição de *simpatizante* que se limita a contribuir com o incitamento e com o voto.

Ou seja: sabemos perfeitamente que os partidos, periodicamente chamados a gastar milhões de cruzeiros, não têm qualquer fonte de renda regular e satisfatória!

De onde sai, então, êste dinheiro todo?

Que o dinheiro aparece, nas horas precisas, isto é certo: porque jamais se viu PSD ou UDN, PTB ou PSP, PL ou PC ou PDC ausentes de qualquer eleição...

Os partidos que dispõem dos altos postos administrativos arranjam dinheiro através da *caixinha* — instituição clandestina de que Ademar de Barros é tido, injustamente, como inventor quando é apenas o campeão. E esta caixinha funciona de mil maneiras, mais ou menos assim: em determinados negócios de vulto, que dependem do poder de decisão do Estado, é *cobrada* uma comissão, uma percentagem para a caixinha do partido que, de negócio em negócio, vai engordando. Os partidos de oposição, quando não participam do governo através de pactos (como a UDN oposicionista e moralista participou do governo de Dutra) fazendo caixinhas nos postos estaduais que porventura tenham conquistado e estimulam grandes *doações* de próceres ricos que assim se credenciam aos grandes espólios do futuro triunfo. Os partidos menores contentam-se com campanhas de finanças que lhes permitam fazer jornadas

mais modestas, mesmo porque não alimentam esperanças de vitória e, quando as circunstâncias o permitem (o que ocorre quase sempre) cobram aos grandes partidos, a cujo candidato apoiam, o preço da adesão: em facilidades de propaganda, em veículos e em dinheiro mesmo, que é mais prático.

Nenhuma destas fontes de recursos é mais ou menos moral que as demais. Mesmo as doações são profundamente corruptoras e estou para dizer que é esta a modalidade mais sórdida de fazer finanças: porque a sua ou a minha doação de cinco mil cruzeiros não resolve o problema, dado o vulto das despesas a enfrentar e são as grandes doações de milhões que sustentam as campanhas. Mas ninguém dá de graça presentes dêste vulto: quem contribui para a caixa do partido com um cheque assim polpudo espera, naturalmente, participar dos frutos do triunfo. Será, necessariamente, chamado para um cargo de alta responsabilidade e, como é homem de fortuna e interêsses (do contrário não disporia do dinheiro para doar) aspira e recebe um cargo de caráter econômico — uma presidência ou direção de Banco do Brasil; um Ministério da Fazenda; uma direção do Banco da Amazônia e tantos como êstes. Aí instalado, então, o generoso doador está em condições de cobrir o rombo que as eleições produziram em suas reservas privadas — com a plena e disfarçada anuência do partido que, provàvelmente, o encarregará de suprir a caixinha para o futuro.

Um dos homens absolutamente honestos que passaram por nossa vida pública foi Getúlio Vargas: foi até mau administrador de seus próprios bens, porquanto deixou, ao morrer em avançada idade exatamente o que recebera da herança paterna. Teve as mais amplas oportunidades para locupletar-se com os bens públicos, como deputado, como Ministro da Fazenda, como governador do Rio Grande, como ditador e como presidente da República, mas nunca o fêz. Sua austeridade merece o respeito de seus mais encarniçados adversários. Pois mesmo assim nos oferece um exemplo típico dêste processo: candidato, em 1950, recebeu em São Borja a visita do industrial Ricardo Jaffet que — como os jornais da época publicaram sem reservas

— lá foi levar a contribuição de seus amigos paulistas para a campanha, consubstanciada num cheque de 50 milhões de cruzeiros. Getúlio eleito o nomeou para a presidência do Banco do Brasil. Na qualidade de presidente do Banco do Brasil o sr. Ricardo Jaffet — segundo a mesma imprensa posteriormente denunciou, com côres de escândalo — facilitou 1,8 bilhões de cruzeiros ao Banco Cruzeiro do Sul de São Paulo... de sua propriedade.

A oposição bradou — corrupção! — mas jamais explicou a origem do dinheiro que possibilitou a campanha do seu candidato, o brigadeiro Eduardo Gomes, que disputou o terreno palmo a palmo com Getúlio.

É preciso notar-se que êste não é um fenômeno brasileiro. Nos Estados Unidos, por exemplo, o famoso Departamento de Defesa, que gasta bilhões de dólares anualmente em compras industriais, tem sido sistemáticamente ocupado por homens como Charles Wilson e Mac Namara, diretores da *General Motors*, da *Ford* e da *General Dynamics* que são, precisamente, os maiores fornecedores do Departamento de Defesa. Drew Pearsons, um dos mais respeitados comentaristas americanos indica, em seu livro *Estados Unidos, Potência de Segunda Classe* os cargos que Eisenhower reservou aos *gênios* de suas finanças eleitorais. Nixon, vice-presidente dos EE. UU. andou em palpos de aranha para explicar porque recebera uma doação de uma grande empresa industrial. Mac Carthy, o catão americano, também se atrapalhou para justificar a razão que moveu uma revista de empresa, de circulação interna, a pagar-lhe dezenas de milhares de dólares por um único artigo — certamente o mais bem remunerado do mundo. Um atilado repórter americano, autor do livro *How to get rich in Washington* comenta, documentado em inquéritos oficiais procedidos pelo Senado, a corrupção do govêrno Truman (a quem atribui absoluta honestidade pessoal). E o próprio Eisenhower é pôsto em dúvida por Drew Pearson por lhe parecer pouco edificante o ter aceito de seus amigos, grandes empresários e contratantes do govêrno, uma lu-

xuosa vivenda de campo chamada *Casa de Mamie*. Os mesmos empresários que tanta influência exerciam nas suas decisões.

A corrupção norte-americana é em tudo e por tudo semelhante à brasileira — apenas agigantada em proporção à riqueza do país. E tem aspectos, entretanto, muito mais repelentes, de uma sordidez que ainda não conhecemos, com a qual não sonham mesmo homens como Ademar de Barros: o Senador Kevauver, no famoso inquérito que levou a cabo com risco iminente da própria vida expôs aspectos da política nova-iorquina simplesmente estarrecedores: descobriu que na maior metrópole da América do Norte reinava tanta corrupção que os políticos, a polícia, os juizes e os *gangsters* mantinham negócios em comum. Quer dizer: o homem público norte-americano chega até à aliança com a sarjeta, participando dos lucros do roubo e do assassinato organizados. E Thomas Buchanan, em seu livro *Quem matou Kennedy*, registrando o fato, assinala: “*Não há nada de novo nesta situação. Teve início em 1881 quando Garfield lutava para recuperar o contróle do grande partido dantes dirigido por Lincoln e que, em tão curto tempo, havia caído sob o domínio de um poderoso grupo nova-iorquino dirigido por Roscoe Conkling que utilizava os cargos públicos com meio de malversar os fundos públicos. E se verificava, também, no período que precedeu à Primeira Guerra Mundial quando se qualificava de expositores de trapos sujos a escritores como o grande jornalista Lincoln Steffens ou como Upton Sinclair porque denunciavam “a vergonha de nossas cidades”: a aliança da sarjeta com a policia e os políticos para submeter os cidadãos à fraude e, em certas ocasiões, ao terror*”. Quem assim depõe, diga-se de passagem, Thomas Buchanan, não é comunista nem inimigo dos Estados Unidos: é norte-americano e jornalista famoso. Que registra, no livro citado, mais o seguinte: “*O senador La Follette, na década de 30, levou a cabo uma prolongada investigação sôbre o fato de grandes patrões empregarem detetives e leões-de-chácara recrutados no bas fond, cuja função era surrar e, em alguns casos, assassinar organizadores sindicais; e que tais assassi-*

nos colaboravam com a polícia municipal e com a milícia do Estado para combater a formação de sindicatos”.

Como se vê a corrupção e o crime não se limitam a setores determinados da sociedade norte-americana, mas a contamina por inteiro.

“Cada cidadão americano sabe, em seu fôro íntimo, que com alguma influência se pode deixar de pagar uma multa do tráfico e que com alguma maior influência se pode violentar a uma mulher e bater-lhe até à inconsciência e a polícia dirá que foi ela a sedutora” continua Buchanan salientando que até o assassinato impune é possível praticar-se, como ficou evidenciado pelo inquérito La Follette e como se demonstra continuamente, com o linchamento de negros nas ruas ou nas próprias dependências da polícia.

E uma das conclusões oficiais do Inquérito Kefauver foi chocante: “Embora a maioria dos funcionários do governo, eleitos ou nomeados, sejam honrados, o grau de corrupção entre os políticos é mais elevado agora do que em qualquer outro momento da história da América” (obra citada).

A tais extremos — diga-se a bem da verdade — já-mais alcançou a democracia brasileira.

Em suma — há corrupção no Brasil, — também.

Não somos, nem de longe, a pátria da corrupção.

E aqui dentro do Brasil ninguém está em condições de atirar a primeira pedra porque todos os partidos utilizam as mesmas fontes de receita, praticam os mesmos processos para financiar suas caixas. E as campanhas moralistas, como as que vemos agora, como a que assistimos em 1954, são grosseiras e desonestas mistificações.

É claro que não estou afirmando que não há homens honestos em nossa vida pública. Há, e muitos, em esmagadora maioria. E entre eles devem ser incluídos todos aqueles que, nesta orgia de verbas doadas e arrecadadas fizeram concessões morais em benefícios da causa comum

mas não aproveitaram pessoalmente tais *facilidades* — não tiraram fortunas do nada.

O êrro existe sim e, de um modo geral, não é dos homens, mas do próprio sistema democrático. Devemos, então, optar pela simplista solução dos militares simplórios que, em face da proclamada corrupção democrática promovem a implantação de uma ditadura?

Mil vêzes não! Porque uma ditadura elimina tôdas as virtudes de uma democracia — a liberdade, as garantias individuais, a dignidade humana. E, além disto, entroniza a própria corrupção, porque a ditadura é o sistema corrupto por excelência. Eliminando a crítica; matando, prendendo ou ameaçando os adversários; encarcerando, eliminando ou subornando jornalistas, subjugando a imprensa, a ditadura faz o silêncio em tôrno da própria corrupção para poder praticá-la na impunidade. As negociatas continuam e milionários surgem, da noite para o dia — e o Estado Nôvo nos deu fartos exemplos disto, apesar de ser um regime tutelado pelas Forças Armadas — mas ninguém pode fazer-lhes referências que não elogiosas.

Numa democracia como a de Goulart — por mais corrupção que lhe atribuam — foi possível deter, com a denúncia pública, com o combate aberto, uma gigantesca negociata como a da compra da *Bond And Share*, vencendo a disposição governamental, vencendo os interessados em gordas comissões, vencendo a pressão tremenda e humilhante do Govêrno dos Estados Unidos. Mas agora, em plena ditadura, o negócio está em vias de concretizar-se, conduzido pelos mesmos homens do regime de então, como Roberto Campos, porque um Brizola não pode assomar à Tribuna da Câmara ou utilizar o rádio e a televisão para opor-lhe resistência.

É como bem definiu o jornal norte-americano: *Hanson's Latin American Letters*, comentando precisamente o nosso golpe de primeiro de abril:

“... A VERDADE É QUE NENHUM REGIME NO BRASIL, SUJEITO A ELEIÇÕES, PODERIA PERMITIR A ASSINATURA DE UM TRATADO DE GARANTIA DE INVESTIMENTOS, O QUE UMA DITADURA MILITAR PODERIA CHEGAR A FAZER” (*Hanson's Latin American Letters*, n.º 1 000, de 16.5.64)

Aí está a nu a capacidade corruptora de uma ditadura! Deveremos, então, aceitar a corrupção como fato natural, como preço a pagar por uma democracia? Também não!

Dentro do regime democrático brasileiro, que sempre imitou a democracia sem nunca se identificar com ela, então sim, êste é o preço inevitável. Mas numa democracia autêntica, ainda que liberal, corrigida em seus erros por uma experiência já bicentenária, a corrupção pode ser não eliminada — que nem o homicídio o é — mas reduzida a proporções desprezíveis.

Aí temos a Inglaterra e os países escandinavos praticando uma democracia bastante mais sadia que a nossa e muito superior à norte-americana, por exemplo, sem recorrer à corrupção nem à ditadura.

E o próprio cidadão brasileiro, independentemente do sistema, concorre ativamente para a prática da corrupção e se faz cúmplice de suas práticas mais nefandas: se cada eleitor destinasse uma nota de um mil cruzeiros (que qualquer modesto homem da rua dispende, periodicamente, para assistir a uma partida de futebol) para as finanças quinquenais de seu partido o sr. Jânio Quadros, por exemplo, que teve 6 milhões de votos, teria contado com 6 milhões de cruzeiros para sua campanha e não precisaria explicar, como até hoje inútilmente explica, a origem dos fundos de que se utilizou!

A displicência do eleitor brasileiro é origem da delinqüescência moral; êle se faz cúmplice, por omissão, do político corrupto, tal como o comerciante ou o industrial, fornecedor de propinas, é um criminoso tão condenável quanto o político venal.

O êrro existe, sim. E pode ser corrigido, embora nunca por uma ditadura. Mas o moralismo farisaico, que engana e ludibria a opinião pública, que a outros condena pelo crime que êle próprio pratica, êste sim — marca individualmente cada tartufo.

A democracia de Goulart era corrupta?

Sim, era. Como sempre o foi a democracia brasileira, desde seu nascedouro.

Havia políticos em tórno de Jango que faziam fortunas ilícitas?

Sim havia — e muitos. Como os há em todos os partidos, vicejando ao redor de todos os governos.

O sr. João Goulart era, pessoalmente, um corrupto?

Não tenho elementos para afirmá-lo. E um homem deve, necessariamente, ser considerado honesto e inocente até que se prove o contrário. Isto é um princípio universal que aproveita a cada cidadão em particular, que protege sua honra e preserva a sua dignidade.

Com todo o poder na mão; armado com a violência — já de per si abjeta e criminosa — o atual govêrno tem oportunidade e obrigação de prová-lo. E já comete um êrro essencial por não tê-lo feito nestes meses todos de atuação discricionária, pois que a simples imputação caluniosa, a que se tem restringido, é um crime previsto em nosso Código Penal...

A Verdadeira Corrupção

O MOVIMENTO de 1.º de abril, ao agitar a bandeira moralista está demonstrando extrema ingenuidade ou apenas mascarando seus propósitos — utilizando um método imoral para denegrir os adversários a quem odeia e teme.

Eis o depoimento do general Taurino de Resende, o homem que a subversão triunfante colocou à testa de todos os Inquéritos Policiais Militares:

“Disse-lhe (ao presidente-general Castelo Branco) que nunca estive contra seu govêrno embora tenha afirmado que no país havia muito mais corrupção do que comunismo, POIS NÃO PODIA COMPREENDER COMO OS MAIORES CORRUPTOS PERMANECESSEM LIVRES E ATÉ FÔSSEM CONSIDERADOS COMO HOMENS DA REVOLUÇÃO.” (Correio do Povo, Pôrto Alegre, 13.8.64, pág. 15)

Repito: esta foi a declaração do general Taurino, o Grande Inquisidor, ao presidente general Castelo Branco. Portanto o atual govêrno moralista sabe, porque o sabem

seus responsáveis, que os *maiores corruptos* são considerados *homens da revolução*. Onde o moralismo?

A maior prova que se pode apresentar da falsidade dos propósitos moralistas do govêrno é o esquecimento em que deixou o ruidoso e inesquecível Inquérito do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) realizado pela própria Câmara Federal, por intermédio de comissão de parlamentares inicialmente presidida pelo governista de hoje, deputado Valter Perachi Barcelos, e relatado pelo líder parlamentar do atual Govêrno, deputado Pedro Aleixo.

Fundado por um ilustre desconhecido o IBAD se fizera notar pelos imensos recursos com que intervinha no processo eleitoral brasileiro realizando, em massa, operações de compra e venda de consciências em que exigia, em troca de dinheiro, compromissos ideológicos antipopulares. A própria Câmara se assustou com a ação desta máquina corruptora e a investigou.

“A Comissão de Inquérito comprovou que muitos candidatos receberam dinheiro do IBAD em troca de compromissos”.

assevera o *Correio da Manhã* (15-7-63) informando, quanto à origem dêste mar de dinheiro:

“Os seus recursos não poderiam ter sido arrecadados aqui, entre comerciantes e industriais”.

Quer dizer — só poderiam ter sido arrecadados *lá*. Mas onde? O deputado João Mendes, líder do IBAD na Câmara dos Deputados e um dos mais destacados próceres do govêrno atual, ao defender-se perante seus pares, levantou o véu do mistério ao expor suas abalizadas dúvidas:

“... disse que, considerando o vulto dos recursos, chegou a interpelar a direção do IBAD sôbre SE NÃO HAVIA DINHEIRO ESTRANGEIRO em jôgo” (O Globo, Rio, 20.6.63)

Pois bem — a Comissão de Inquérito da Câmara apurou a extensão do processo corruptor e os seus aspectos mais sórdidos. Chegou à conclusão de que mais de 1/3 da

própria Câmara era integrada por deputados “que recebiam dinheiro do IBAD em troca de compromissos”, farejou a origem do dinheiro até às portas da embaixada norte-americana, identificou a maioria dos deputados assim *comprometidos* (todos êles conservadores, anti-reformistas, anti-Goulart e hoje atuantes na área do govêrno de 1.º de abril) — e o Govêrno do presidente-general Castelo Branco nada fêz para extirpar êste cancro.

Ou melhor, fêz, sim: cassou os direitos dos deputados que promoveram a devassa desmascaradora (Elói Dutra, João Dória e José Aparecido) e ignorou a presença de vários oficiais do Exêrcito, inclusive generais devidamente identificados, entre os dirigentes do próprio IBAD.

E não se diga que o presidente-general Castelo Branco não está ao par do assunto pois que o parecer final da Comissão de Inquêrito é precisamente de autoria do deputado Pedro Aleixo, hoje líder do Govêrno na Câmara dos Deputados.

A campanha moralista, aliás, tem precisamente esta finalidade: chamar a atenção popular para os falsamente acusados e permitir, com isto, a livre ação dos verdadeiros corruptos. Ao terrorismo político se alia uma tática diversionista.

Caracterizando como corrupto o govêrno deposto que alcançaram os modernos Catões? Muito: todos os sofrimentos do povo passaram a ser atribuídos à roubalheira e, com isto, trata-se de evitar uma análise do sistema político-social, fabricante da miséria e do descabro. Com o que a simples mudança de govêrno pode, eventualmente, acalmar a inquietação popular e, como consequência, preservar o sistema. Pede-se ao povo — em suma — que tenha paciência pois que a operação limpeza, eliminando os corruptos, trará, no futuro, a felicidade aspirada...

E a grande corrupção, a verdadeira corrupção, prossegue, intangível, à sombra do silêncio oficial: os Institutos de Previdência Social não conseguem realizar sua missão e, do modo que vão as coisas, jamais o conseguirão.

Porque é uma praxe nacional, aceita pelo govêrno, que as grandes emprêsas descontem a contribuição dos empregados aos Institutos e se apropriem do dinheiro, não recolhendo nem a parcela que elas próprias devem nem a que o funcionário paga. Esta fraude, denunciada e redenunciada anos e anos a fio, com o nome dos principais faltosos amplamente publicados, bem assim as imensas quantias devidas, conduz os institutos às portas da falência. As pensões devidas aos modestos operários aposentados, às viúvas e aos órfãos, ficam meses atrasadas; seu montante, tornado ridículo pela corrida inflacionária, não alcança reajuste; os planos de financiamento da habitação dos trabalhadores, não podem ser cumpridos. E não podem mesmo: os institutos vivem de 3 contribuições iguais; uma que é devida pelo govêrno, outra pela emprêsa, outra pelo trabalhador. O govêrno nunca pagou a sua. A maioria das grandes emprêsas o imita e aperfeiçoa: não paga o que deve e ainda se apropria da que desconta dos ordenados dos empregados. E os institutos vivem das sobras...

Como poderão, os órgãos de Previdência cumprir sua missão?

Mas o povo é convencido — à luz de um ou outro caso concreto — que os administradores dos Institutos são ladrões, ou delegados de políticos ladrões, que dilapidam os seus cofres. Não é preciso fazer mais nada, nem cobrar as imensas dívidas das emprêsas: basta expulsar os ladrões que tudo correrá bem...

E a grande corrupção, a verdadeira corrupção, fica à sombra, autorizada a eternizar-se.

Enquanto o povo é mobilizado para perseguir e odiar os pequenos ladrões e a multidão dos falsamente acusados, a lei de remessa de lucros é derrubada para que o grande capital estrangeiro possa assaltar nossas riquezas; a lei da Eletrobrás é alterada para que seus recursos possam ser entregues à *American Foreign Power* numa ridícula distorção que faz com que o pobre financie ao milionário que o dessangra; a compra do ferro velho da *Bond And Share* é assentada, à revelia do apêlo que *Hanson's Latin American Letters* dirigiu ao então presidente Kennedy:

“Não se confundam políticas comerciais com puro gangsterismo”. Transformaram o Brasil no Palhaço do Hemisfério!”

Esta sim é a verdadeira corrupção. A corrupção que condena o Brasil à condição de subdesenvolvido; que se faz responsável pela miséria e pela fome; que assassina populações inteiras; que rouba os frutos de nossa própria independência política. E que se pratica dentro do próprio governo, através de homens alienados ou ingênuos, a título de alta política, dos diretores de firmas estrangeiras que sistematicamente assumem os postos-chaves de nossa economia.

Mas tem mais: qualquer estudioso de nossos problemas sabe que, em matéria de sonegação de impostos, as grandes emprêsas brasileiras batem todos os recordes (sômente as emprêsas, porque os particulares, assalariados, não podem fazê-lo que a lei os cercou devidamente). Privam o poder público, anualmente, de importância calculada em 1,5 trilhões de cruzeiros — quantia equivalente ou maior que à própria receita da União!

O Governo sabe disto muito bem, como acaba de comprová-lo, mais uma vez, o governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, coluna mestra do golpe de 1.º de abril que afirmou:

“A sonegação aumenta bastante no Estado. Já atingiu até agora (cinco meses de 1964) nada menos de 30 bilhões de cruzeiros”. (Correio da Povo, Pôrto Alegre, 7.6.64)

E que faz êle ante esta calamidade proclamada? Age contra os defraudadores do Tesouro? Pune os faltosos e cobra o que é devido ao Estado? Não. A solução êle próprio a oferece na continuação da mesma entrevista:

“A esperança do Governo Estadual neste segundo semestre está voltada para o auxílio federal de 27 bilhões em letas do Tesouro”.

Quer dizer que os sonegadores podem ficar tranqüilos, retendo o que subtraíram aos cofres públicos e prosseguindo na sua prática corruptora. O Estado lhes dispensa

o pagamento dos bilhões que se poderiam transformar em escolas, em estradas, em planos de assistência. Prefere bater às portas do Governo Federal solicitando um empréstimo correspondente ao desfalque; que, para lhe ser concedido, será retirado às verbas destinadas a escolas, a estradas, a assistência social. E o fará emitindo (e com a inflação aumentando o custo de vida) ou majorando impostos (para buscar, no bôlso dos pobres, que pagam tributos indiretos, o que as emprêsas sonegaram).

A grande corrupção está na corrida permanente aos guichês do Banco do Brasil, *origem de tôdas as grandes fortunas brasileiras*, a quem não se paga — às vêzes — nem os juros, como se comprovou no caso do denunciado empréstimo do Governo Goulart aos *Diários Associados*, que em apenas seis meses alcançava a significativa importância de 1,2 bilhões de cruzeiros. Alguém já ouviu mencionar êste caso de corrupção entre os demais do condenado govêrno deposto?

A grande corrupção, a corrupção lesa-pátria, é o financiamento das emprêsas espoliadoras estrangeiras com o dinheiro do miserável contribuinte brasileiro, como é o caso verificado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que até 1962 destinou, do total de seus empréstimos, Cr\$ 9.205.421.000,00 às emprêsas nacionais e Cr\$ 13.246.450.000,00 às de capital estrangeiro!

A verdadeira corrupção é a abertura das nossas portas para a desnacionalização de nossa indústria, numa guerra sem quartel ao empresário patricio que em certos ramos, como o da indústria farmacêutica, da indústria de cigarros, já promoveu a absorção de 95% das nossas emprêsas fabris.

Um escritor paulista (cujo nome não me ocorre nem pude identificar, aqui no exílio) escreveu uma sátira intitulada *Um dia na vida de Brasileiro* que mostra um de nós, um dos 80 milhões de brasileiros, em seu cotidiano: levanta e, ao lavar os dentes paga *royalties* ao estrangeiro, fabricante do dentifrício; lava o rosto e contribui, novamente, para o fabricante estrangeiro do sabonete; faz a barba e paga ao estrangeiro fabricante de lâminas, de sabão de barba e de pincel (se prefere usar aparelho elé-

trico paga, também, ao estrangeiro, fornecedor do aparelho e da energia); veste a cueca e paga *royalties* ao estrangeiro, fabricante de fios de *nylon* ou de algodão; e assim por diante. Paga no pão, na margarina, no transporte, na luz, no remédio, no cigarro, no cinema e até no preço do brasileiroíssimo feijão, que come quando Deus ajuda, está contida sua contribuição aos fabricantes estrangeiros de máquinas agrícolas e aos fornecedores de petróleo.

Esta é a grande, é a verdadeira corrupção que permitiu nosso retôrno à condição colonial e participa do genocídio que é a morte, pela fome, de nossas multidões miseráveis.

A tática terrorista, aplicada à preservação do sistema explorador e à destruição do adversário político, é velha como a nossa existência nacional: lembro-me de que na *História do Rio Grande do Sul*, de João Maia, está registrada, com indignação, a tentativa de demolição do construtor de nossa cruenta fronteira-sul, o brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, que há dois séculos era acusado de desvio de fundos públicos por seus inimigos, prêso e remetido à Côrte (que afinal o reabilitou). Prêso e humilhado em circunstâncias idênticas foi, há cinco séculos, o descobridor da América, Cristóvão Colombo.

Visa, em última análise, identificar o antagonista com o demônio e eliminá-lo — com êle as suas idéias.

Aperfeiçoou-se, na verdade, como estratégia conservadora quando Roosevelt, nos Estados Unidos, enfrentava a depressão com o seu *New Deal*. Então já uma campanha tremenda, partida daqueles que a política de Roosevelt salvara da bancarrota, procurava identificar um simples seguro social, que antes da Primeira Guerra existia na Alemanha do *Kaiser*, com um dogma radical importado diretamente de Moscou. O grande presidente assinalou, então, seu convencimento de que:

“as classes financeiras estão dispostas a tentar destruir quem ameace suas riquezas e prerrogativas”.

E, contra-atacando:

“Só homens desesperados, de costas contra a parede, desceriam tão abaixo do nível de um cidadão decente”.

Desceram muito mais. Principalmente aqui no Brasil.

Durante a fase preparatória do golpe de 1.º de abril tratou-se de identificar tôdas as idéias que implicassem em avanços com o “comunismo ateu”. Reforma agrária, independência política internacional, movimento sindical, reformas de base e o simples diálogo democrático em praça pública.

Nem os padres escaparam, apesar da evidência de suas batinas, da respeitabilidade de seus votos religiosos. O bispo auxiliar do Rio de Janeiro, D. Hélder Câmara, mostrou suas preocupações para com a extensão da miséria popular e teve de engajar polêmica com Augusto Frederico Schmidt que lamentou que

“os padres tivessem descoberto a pobreza”.

Lacerda, em face do documento episcopal que criticou a estrutura latifundiária recomendou, à speramente, aos prelados signatários que se dedicassem mais às missas e aos problemas espirituais, deixando o corpo ao cuidado dos políticos. Mais tarde foi além — com sua polícia política apreendeu o manual com que os Bispos do Nordeste, sob a orientação de Dom Távora, pretendiam promover a alfabetização de adultos dentro da Campanha de Educação de Base da própria Igreja. Como comunista o padre Alípio de Freitas estêve prisioneiro e o Cardeal de São Paulo, Dom Carmelo Mota, foi insultado diretamente pelo magnata do jornalismo, brasileiro, Assis Chateaubriand.

“Esta brusca conversão ao pobre — afirmava Augusto Frederico Schmidt de Don Hélder — está longe de merecer a consideração dos católicos mais lúcidos”.

E para êle o Partido Democrata Cristão, que buscava levar à prática as idéias sociais das Encíclicas, tinha por dirigentes

“agentes do comunismo disfarçados em católicos” (depoimentos recolhidos no livro *Coluna por um*, do autor, pág. 66).

O deputado Amaral Neto, interpelado sôbre as atividades de Frei Josaphat, diretor do jornal católico *Brasil Urgente* e de Dom Jorge Marcos, Bispo de Santo André, afirmou textualmente:

“Quando Cristo cumpria sua missão sôbre a terra e tinha a seu lado e no seu convívio apenas 12 apóstolos, um dêles o traiu; não é de estranhar que agora — tantos anos passados — quando os apóstolos são dezenas de milhares, entre êles apareçam alguns judas”. (*O Globo*, Rio, 25.6.63)

Coube a um líder católico alemão, Rudolf Kramer Badoni afirmar do Papa João XXIII:

“Sua Santidade quer salvar a Igreja ao preço de nossa liberdade. Não deve, portanto, ter autorização para fazer política”. (*Jornal do Brasil*, Rio, 30.5.63)

E isto porque, no seu entender, o Papa estava

“convidando os católicos a se fazerem comunistas” (*idem*)

Mas foi um católico brasileiro, deputado e líder do Govêrno da Bahia na Assembléia Estadual, quem afirmou, sôbre a eleição do Papa Paulo VI:

“Os comunistas conseguiram o impossível: colocar um comunista no trono de São Pedro” (Registrado no Livro *Coluna por um*, do autor).

O jornal *O Estado de São Paulo* maior bastião conservador do Brasil, já se rebelara contra a pregação dos capuchinhos a quem acusava de impregnar de marxismo sua mensagem aos jovens. E Chateaubriand, apreciando a ação da Igreja junto aos camponeses do Nordeste, condenou as atividades subversivas da “padrecalha infecta” e “vermelha”.

Diante disto — quem será democrata? Se padres, bispos e papas podem ser acusados de comunistas, quem estará livre de suspeitas?

Esta foi a segunda etapa da campanha terrorista — a que buscou incompatibilizar qualquer tipo de idéia contrária aos grandes interesses encostelados nos privilégios e no feudalismo. A primeira se vinha desenvolvendo há tempo: era a desmoralização das figuras do govêrno com a pecha de corrupção. Vinha de longe. Já fizera a notoriedade da carreira política de Carlos Lacerda e a espinha dorsal da atuação da União Democrática Nacional, cujo reacionarismo a afastava sistematicamente da vitória nas urnas.

Lacerda já dissera de Getúlio Vargas, figura respeitada até pelos mais ferrenhos antagonistas:

“V. Exa. é, na expressão da palavra, um monstro moral. Nenhum escrúpulo, até hoje, segurou-lhe o passo”. (Tribuna da Imprensa, Rio, 17.2.54)

E mais:

“... o patriarca do roubo, o protetor de todos os corruptos, o gerente-geral da corrupção no Brasil: Getúlio Dorneles Vargas”. (Tribuna da Imprensa, Rio, 11.6.54)

O sucessor de Vargas, general Eurico Gaspar Dutra mereceu, do mesmo expoente do pensamento conservador, apesar de ser o próprio representante do militarismo no poder:

“Digamos claramente que temos vergonha de ser presididos pelo General Eurico Gaspar Dutra. Ele nos envergonha como brasileiros. Ele nos insulta como cidadãos. Ele nos cobre de opróbrio. Ele nos enxovalha porque não tem a compostura necessária nem mostrou ainda a decisão de ser digno que é o menos a exigir de um chefe de Estado”. (Tribuna da Imprensa, Rio, 18.2.1950)

Café Filho, vice-presidente que subiu ao govêrno comprometido na morte de Vargas, mereceu (e neste caso com alguma razão) a seguinte diatribe:

“A presidência para êste homem não é um encargo, é um almoço”. (Tribuna da Imprensa, Rio)

O sucessor de Café Filho, Juscelino Kubitschek e seu então vice-presidente João Goulart, foram assim tratados por Lacerda:

"... mas o que assusta o grupo Rockefeller, em matéria de Governo, não é o comunismo, é a honradez. E dêsse susto êle não morre, tratando-se de Juscelino e Jango". (Tribuna da Imprensa, Rio)

E, por último, Jânio Quadros, para encerrar a gama de presidentes de 1930 aos nossos dias:

"... o aventureiro Jânio Quadros — personagem sinistro e lúgubre que só a insânia e o horror à responsabilidade poderiam tolerar à frente de um movimento político".

Esta é a essência do pensamento conservador-udenista, tão identificado ao pensamento militar, que vem envenenando a alma do Brasil desde 1930 e, com esta motivação, desfechando todos os golpes de força antipopulares.

Que o próprio udenismo não é honesto em suas posições prova-o a história: o presidente Dutra, que "nos cobre de opróbrio" recebeu a visita amistosa de seu detrator, em 1963, na alvorada conspiratória de então, com o que talvez tenha confirmado o conceito de seu visitante não tendo "mostrado ainda a decisão de ser digno". Café Filho, para quem a "presidência era um almôço", foi o homem-chave da conspiração que resultou da morte de Vargas, comensal de Lacerda e da UDN no grande "almôço" da época. Jânio Quadros "aventureiro sinistro e lúgubre" foi, depois disto, o candidato de Lacerda, por êle impôsto à UDN em 60.

É de admirar que agora, com o poder discricionário nas mãos dos agentes da calúnia, êste pensamento tenha sido transformado em atuação governamental? Claro que não. Por isto a totalidade dos líderes católicos, trabalhistas, comunistas e sindicais aí está, nas prisões ou no exílio, caluniados e difamados, embora nem um único processo de corrupção tenha sido apresentado à Justiça.

Os militares vitoriosos, que sempre delegaram à UDN a faculdade de pensar, provavelmente acreditam nisto e em função de suas crenças infantis povoam as prisões

com dezenas de milhares de cidadãos. Da calúnia foram à arbitrariedade. Agora passaram desta ao crime, e já se denuncia, comprovadamente, que homens públicos têm sido torturados e mesmo assassinados nas prisões políticas do Brasil.

457 inquéritos foram abertos, para vasculhar a vida pública e privada de homens ligados ao sindicalismo ou ao govêrno deposto. E ao fim de 60 dias de violências, suspensas tôdas as garantias individuais, inclusive o direito de defesa, a imprensa carioca reclamava contra a falta de documentação probatória da corrupção imputada às vítimas:

“De duas uma: ou há documentação suficiente contra os acusados de corrupção, ou ela não existe”. (Correio da Manhã, Rio, 3.6.64)

E isto num país onde, segundo o chefe supremo das Comissões de Inquérito, general Taurino de Resende, “havia muito mais corrupção do que comunismo”.

AS FÔRÇAS POPULARES

As Fôrças da “Subversão”

QUANDO GOULART assumiu a presidência do Brasil sopravam, de Washington, ventos novos e reformistas. Traduzindo o alarima geral dos Estados Unidos para com a defecção de Cuba o presidente John Kennedy compreendeu que o fenômeno da América Latina teria de ser encarado sob outro prisma, ou conformar-se com a revolta da multidão esfaimada do continente contra o sistema de que era lídimo e consciente representante. Advertira, assim, aos diplomatas latino-americanos, reunidos na Casa Branca, de que a luta contra o comunismo não podia ser levada a cabo apenas “em forma negativa” mas sim por medidas concretas, através da extinção “da miséria e do desespero” para o que exortava os “governos progressistas” do hemisfério a

“colocarem-se à frente da luta pelas reformas de base”,
enfrentando

“os privilégios em que se entrincheira a direita”.

Chegou até a formulação de seu dilema drástico e suicida:

“Aquêles que tornam impossível uma revolução pacífica tornarão inevitável uma revolução sangrenta”.

Esta nova posição da política norte-americana — que dantes sempre se ligara estreitamente ao latifúndio e às oligarquias do continente — juntava-se à atitude humana e cristã do Vaticano onde João XXIII dava outro conteúdo social à mensagem da Igreja.

Isto para os dirigentes populistas da América Latina significou um verdadeiro sinal verde. E uma esperança para suas multidões.

Jango vinha, já, pressionado pelas forças reformistas, e mesmo radicais, encarnadas no movimento que derrotara o golpe de 61 e lhe garantira a posse — e que só por sua intervenção não alcançara as proporções de revolução popular. Seu temperamento ameno não se deixava seduzir pela violência, nem seu passado lhe permitia voltar-se contra as classes mais humildes da população, a quem devia tôda a sua vida pública. De outro lado, fiel às suas origens, sentia-se ligado à burguesia que integrava e não se dispunha a contribuir para a sua derrocada.

Assumindo assim — prêsas de impulsos tão contraditórios — a posição de árbitro da luta social que se desenrolava no Brasil, pretendeu dar-lhe solução de compromisso.

Em suma — Jango buscou o meio termo. Político burguês, na mais ampla acepção do termo, teve compreensão para com a realidade que o cercava e tratou de evitar o violento choque prenunciado. Do sul — decepcionado pela sua recusa a transformar a luta pela posse em luta armada — começava a levantar-se um Minuano (11) radical, gerado pela luta contra o latifúndio que Leonel Brizola abria impetuosamente, dando apoio às reivindicações camponesas. Do Nordeste vinham sinais de tempestade, com as grandes massas populacionais do “maior barril de pólvora do mundo ocidental” disputadas pela

ação da Igreja — empenhada em realizar os postulados de sua doutrina social — pela persistência dos comunistas e marxistas de diferentes correntes e pela pregação avançada e firme de Miguel Arraes, que se traduziria logo numa esplêndida vitória eleitoral d'êste último.

A bandeira das reformas, em suma, já estava sendo enèrgicamente agitada no Brasil e já se fizera notar pelas massas e Goulart, líder de massas, apesar de sua condição burguesa, não podia se mostrar indiferente a ela, sob pena de perder esta liderança em favor dos que se lançavam, decididamente, para a vanguarda.

O sinal verde de Kennedy, aliado a esta consideração primária de sobrevivência política, deve ter sido fundamental na decisão de Jango: empunhou a bandeira das reformas avançando por um caminho que mesmo Vargas, seu criador político, não vislumbrava — ou a que não se atrevera.

Estranho destino de Jango, êste grande senhor de terras, êste grande burguês por formação e convicções, ter de exercer o comando das massas na alvorada de sua tomada de consciência. É evidente que, fiel a si mesmo, tratava de salvar a burguesia, conduzindo as multidões que o atendiam para os rumos da conciliação e da paciência. Mas é inegável que, sensível aos sinais dos tempos, estava disposto pelo menos ao atendimento parcial das reivindicações populares, dirigindo a seus companheiros da burguesia um inteligente apêlo no sentido de que dessem os anéis e salvassem os dedos.

Dizê-lo um traidor da burguesia, e acossá-lo como tal, é um êrro histórico que os seus atos não justificam. Dizê-lo um traidor das fôrças populares, cuja liderança exerceu no sentido de moderar-lhes o ímpeto e, conseqüentemente, limitar-lhes as conquistas, seria fôrça de expressão porque, na verdade, Jango sempre exerceu seu comando dando muita clareza à sua mensagem convencional. E se é verdade que usou, diante das multidões que o ovacionavam, uma linguagem carbonária passível de gerar falsas ilusões, qualquer observador mais atento veria que mesmo esta oratória candente mais se fazia notar pelas indefinições e pelas omissões.

Voltando, entretanto, a Kennedy convém salientar que a sua posição, implicando em uma orientação nova, não rompia com a tradicional política americana de defesa de seus interesses imperialistas: ao mesmo tempo em que preconizava e estimulava as reformas, deixava bem claro que queria uma política de conciliação para com os interesses estadunidenses, insistindo, enfaticamente, no papel a ser desempenhado pelo “capital privado” norte-americano no desenvolvimento econômico da América Latina, além de reclamar uma atenção vigilante para com as conspirações de esquerda.

Quanto a isto não resta dúvida: pois que o mesmo Kennedy, que difundia a idéia reformista, era o que pressionava o governo brasileiro em favor de interesses comerciais da *Bond and Share*, tão suspeitos que à própria imprensa americana mais se afigurava “prática de puro gangsterismo” do que “uma política econômica”. E o mesmo Kennedy que pregava uma reforma ampla, como alternativa de uma revolução, levava o cerco de Cuba à beira da guerra mundial, desfechando a famosa crise do Caribe.

Até que ponto Goulart compreendeu as limitações da liberação kenediana é um problema a estudar. De qualquer maneira, partindo deste ponto e condicionado por sua contraditória posição de burguês em luta pela conservação de uma liderança de massas, de um certo momento em diante os acontecimentos passaram a comandá-lo — quer êle tivesse consciência disto ou não.

O fato é que — sinceramente ou mistificadamente — Goulart empunhou com progressiva firmeza a bandeira das reformas, mantendo sua pregação em um tom moderado que deixava bem evidente sua repugnância por qualquer fórmula revolucionária. E como penhor desta sua aversão aos extremos culminou sua contradição chamando para junto de si, insistentemente, as forças mais expressivas das classes dominantes, convidando-as a realizar com êle um programa reformista que — ou mostrava eficiência e as prejudicava, ou não lhes feria os interesses mas não satisfaria às massas postulantes.

No plano internacional Jango não abriu luta, atendo-se às fronteiras que lhe delimitara Kennedy até ao ponto ex-

tremo verificado no episódio *Bond and Share*, onde se deixou conduzir pelos interesses imperialistas e pela assessoria comprometida de Roberto Campos e Santiago Dantas que o levaram a aceitar do primeiro, que atuava como embaixador do Brasil em Washington, inclusive a fixação do preço mirabolante da aquisição do acervo da empresa (135 milhões de dólares) antes, e independentemente, de qualquer tombamento dos bens existentes.

No plano nacional fugiu muito pouco ao roteiro tradicional dos dirigentes brasileiros: jamais se inclinou pela formação de um governo populista; evitou sempre que em seu ministério comparecessem políticos de mais marcada posição esquerdista e mais acentuada personalidade capazes de conduzir a administração a rumos que não desejava; e se é verdade que chamava para o Ministério do Trabalho um Almino Afonso, jovem e futuroso populista, também o é que não dispensava a colaboração de um Moreira Sales, buscando nêle, talvez o aval do grupo Rockfeller, que bem representava. E quando um Almino Afonso ou um Paulo de Tarso adquiriam substância própria e ameaçavam desalojar da orquestra ministerial conservadora, logo os eliminava, sem dó nem piedade. E até sem qualquer requinte de cortesia — no caso de Almino, por exemplo, derrubou-o através de um Crockat de Sá, cujo gabarito moral seriamente comprometia o bravo líder nacionalista.

E estes poucos homens “de esquerda” que admitia em seu governo eram fartamente compensados com a presença de Santiago Dantas, de Amauri Krueel, de Nei Galvão, de Roberto Campos, de Carvalho Pinto, de Jorge Serpa que povoavam as salas e ante-salas de seu governo, todos com marca de origem, representando acenos claros à direção certa.

O Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, aliás, nos dá excelente testemunho desta disposição de Goulart:

“Pelos Estados tôdas as nomeações para o preenchimento de cargos e funções eram feitas pelo presidente do PSD, Amarel Peixoto, ou por deputados pessedistas das correspondentes representações na Câmara Federal. Não havia interferência nem de outros partidos nem de outras arrematadas políticas nem tampouco do presidente da República que nunca se negou a assinar meus atos e nunca interferiu para que o

preenchimento dêste ou daquele cargo fôsse feito com gente sua ou mesmo dos seus círculos familiares (Sexta-feira 13, Abelardo Jurema, pág. 29).

Quer dizer — Jango queria fazer uma administração reformista com pessoal do PSD latifundiário e anti-reformista.

Também quanto à sua atitude em relação às esquerdas, Abelardo Jurema nos dá bom testemunho:

“Em despachos subseqüentes à minha investidura, aludindo aos meus pronunciamentos de que seria, no Ministério da Justiça, o homem do diálogo, recomendou-me: — Converse com as esquerdas, dê uma conversada com o Arraes, dialogue muito e em toda a parte. Mas não dê nada às esquerdas” (idem).

“Não dê nada às esquerdas” era a recomendação do líder subversivo do govêrno comunizante!

E a melhor prova de que sua disposição reformista não implicava em tendência revolucionária está no dispositivo militar que armou, tão nitidamente conservador e reacionário que dispensou a reação de buscar quem quer que seja para eliminar a “ameaça subversiva”: Jango foi golpeado pelos seus próprios homens — pelo general Amauri Krueel, comandante do II Exército e seu homem de confiança; pelo general Justino Alves, comandante do IV Exército a quem encarregou de vigiar Arraes; pelo general Mourão Filho, herança de Juscelino, a quem confiou o comando das fôrças de Minas Gerais; pelo general Castelo Branco a quem entregou o comando do Estado Maior das Fôrças Armadas. E pelos demais, que, na prática, todo o seu dispositivo militar participou da deposição.

Por outro lado as reformas, que Jango preconizava, não eram absolutamente assustadoras, embora inaceitadas pela direita radicalizada. O Partido Comunista falava em reformas drásticas e marxistas; Brizola pintava com cores definidas a sua revolta; os padres faziam dos sindicatos rurais um ativo instrumento de ação. Jango, entretanto, falou em reformas durante meses a fio sem melhor defini-las e terminou por consubstanciá-las no decreto da Supra de cunho eminentemente moderado e capitalista. Tanto que se contentava com a utilização das terras mar-

ginais às grandes obras públicas (açudes, ferrovias e rodovias) terras que já tinham aportado a seus proprietários a extraordinária e ilícita valorização produzida pela inversão estatal que, de antemão, compensava qualquer prejuízo decorrente da desapropriação.

A orientação conciliadora de João Goulart logo se chocou com um obstáculo intransponível: a intransigência das oligarquias dominantes, apegadas aos seus tradicionais privilégios. De outro lado os mais amplos setores da esquerda, divorciando-se de uma realidade que se fazia patente na pregação do Presidente, passaram a alimentar esperanças que sua moderação não alimentava.

Esta dupla incompreensão gerou as duas grandes correntes de opinião que envolveram Goulart: ao seu lado, dele esperando a própria revolução brasileira, as amplas camadas desfavorecidas da população, as lideranças sindicais, os grupos intelectuais, a ala progressista da Igreja Católica e de outras confissões religiosas, os socialistas e fabianos de todos os matizes e, naturalmente, o Partido Comunista que, inspirado pela política apaziguadora de Moscou, já se davam por satisfeito com a grande novidade que consistia para eles o não serem submetidos ao costumeiro terror policial. E a estudantada, jovem e generosa, que sempre fêz a vanguarda de todos os movimentos renovadores. Contra Goulart, ligados por um receio que logo se transformou em medo, cimentados por um medo que logo se traduziu em ódio, os latifundiários, a burguesia comercial e industrial, a imprensa sua dependente e a Igreja tradicional que, para não fugir à regra que estabeleceu desde que Constantino a associou ao poder, ocupava a cidadela da reação. A esta corrente anti-Jango, porque anti-reformas e contrária à participação crescente do povo no processo governamental, o próprio governo de Goulart se filiava pelos seus elementos conservadores e predominantes, inimigos naturais das idéias pregadas pelo presidente. No Livro de Abelardo Jurema, que foi um de seus auxiliares mais dedicados, da primeira à última linha se faz presente a reprovação do Ministro da Justiça ao pro-

grama que, como homem da direta confiança do Presidente da República, tinha por obrigação aplicar à realidade nacional.

Jurema não faz muita questão de ocultar seu pensamento antagônico ao de seu chefe: deixa bem claro que considera a popularidade de Goulart derivada das medidas sintomáticas tomadas por sua pasta (o tabelamento dos alugueres e o combate à fraude no comércio de gêneros alimentícios) e não da campanha reformista. E o interessante é que os demais membros do governo não ocultavam, igualmente, seu pensamento: o general Kruef, Ministro da Guerra, punira com remoções para as guarnições de fronteira os sargentos que em 61 enfrentaram o dispositivo militar golpista para garantir a posse e a vida de João Goulart; e prendeu o padre Alípio de Freitas, arbitrariamente, por pregar idéias afins às do presidente; Santiago Dantas, patrocinador do negócio da *Bond and Share*, buscava argamassar uma “frente ampla” de que, forçando a coabitação de radicais reformistas e radicais conservadores, só poderia obter o esclerosamento do ímpeto dos primeiros. Nei Galvão, como Carvalho Pinto e como os demais Ministros da Fazenda, desenvolvendo nesta pasta-chave uma política ultraconservadora que se chocava frontalmente com as anunciadas intenções inovadoras do chefe do Governo; Sílvio Mota, o Ministro da Marinha, cujo almirantado em pêsô não escondia sua repugnância por Goulart, entrava em choque frontal com o único setor onde o governo contava com simpatias, os dos subalternos, negando-lhes reivindicações mínimas como seja, o direito ao casamento, a melhoria da péssima alimentação cotidiana e a revisão dos soldos que, na época, em boa parte dos casos, não ultrapassava o décimo de um miserável salário mínimo, já que certas categorias de marinheiros ganhavam quatro mil e quinhentos cruzeiros mensais (2,5 dólares...)

Esta contradição entre a ação do governo e a pregação de Goulart é que gerou a convicção, até hoje generalizada, da índole hesitante do Presidente da República, que seus auxiliares imediatos, como Jurema e o general Assis Brasil, ajudaram a consagrar em seus depoimentos de após

derrota, esquecidos de que são seus reflexos diretos e conseqüentes.

Para mim Goulart não era um hesitante, apenas quis juntar dois proveitos num mesmo saco: seu govêrno conservador e até reacionário refletia sua orientação; e ao mesmo tempo não se resignava a perder a liderança das massas, fonte de seu poder. Pregava para estas e governava para si e para os seus.

O Movimento Sindical

DURANTE todos êsses meses de crises, de lutas, de incompreensões e de debates o centro de todo o diálogo foi, inegavelmente, o Comando Geral dos Trabalhadores — o famoso CGT apontado como exemplo, e fôrça da “subversão em marcha”. Quem percorrer as coleções dos jornais verá que o denominador comum a todos os editoriais, a alma de todos os pronunciamentos era uma só — o CGT — quer condenassem a “corrupção”, o “comunismo ateu” ou a ineficiência governamental.

“Serpentário”, “subversivo” e “espúrio”, disse dêle o general Peri Beviláqua, amigo e homem de confiança de Jango, lançando um verdadeiro brado de rebelião como comandante do II Exército. E que interpretava um sentimento generalizado nos altos comandos militares e nas esferas dirigentes prova-o o extenso movimento de solidariedade que sua atitude desabrida mereceu.

“Ilegal e apátrida”, bradavam diàriamente o *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *o Jornal do Brasil*, *o Correio da Manhã* e todos os grandes órgãos conservadores. E as enti-

dades gêmeas — mas rivais — do cgr, como o Conselho Superior das Classes Produtoras, exercendo na área patrimonial papel idêntico ao da central operária, juntavam-se ao côro dos que exigiam a eliminação do comando trabalhador.

Estranho conceito, êste, de legalidade e de legitimidade. Legítima e patriótica era considerada a associação de comerciantes e industriais em entidades, destas em federações e de tôdas no supremo Conselho Superior das Classes Produtoras; aplausos entusiásticos mereciam a multiplicação das Associações Comerciais, dos Centros de Indústria Fabril, das Federações comerciais e industriais, das Confederações da Indústria e do Comércio. As categorias assalariadas, entretanto, se negava o direito de associação que a Constituição a todos garantia.

“É livre o direito de associação”, afirmava a Constituição Federal, apenas condicionando seu exercício a objetivos pacíficos; “todos são iguais perante a lei”, rezava a mesma Carta Magna, recusando-se a dividir o povo em grupamentos estanques. Entretanto a associação de empregados era formalmente condenada e a dos patrões, em tudo e por tudo idênticas, jubilosamente festejadas.

Tive a felicidade (fôrça de expressão, é claro...) de partilhar dois meses a fio o asilo da Embaixada do Uruguai com o aeroviário Melo Bastos, o ferroviário Demistóclides Batista, o portuário Severino Schnaipp o gráfico Dante Pelacani, o operador de refinarias Fernando Autran — vale dizer, com a própria cúpula sindical brasileira — e pude investigar, cômodamente, as origens e os propósitos do órgão malsinado.

“O cgr nasceu da experiência do movimento sindical brasileiro”, explicou-me Melo Bastos, coronel da Fôrça Aérea que, na qualidade de comandante da aviação comercial, se fez presidente do respectivo sindicato, de sua federação e representante desta na chefia do cgr.

O movimento sindical brasileiro nascera da revolução de 30 e do paternalismo de Getúlio Vargas, que o provocou com a avançada legislação trabalhista então outorgada.

Na civilização do carro-de-boi, encontrada pelos derrubadores da República Velha, já se vislumbrava o problema operário, que o deposto presidente Washington Luís considerava simples “caso de polícia”. Mas só depois de 30, com a crescente industrialização do país, o movimento operário encontrou oxigênio para viver e desenvolver-se.

Antecipando-se ao seu tempo Vargas deu aos operários brasileiros uma legislação tão avançada que até hoje, 34 anos depois, causa espanto e não pôde ser integralmente cumprida. Procurou dar-lhe, também, uma estrutura sindical embora condicionando-a à tutela do govêrno forte que instaurava.

Nas primeiras décadas o vício paternalista de origem marcou por demais o movimento sindical e lhe tolheu os passos. Mas o próprio desenvolvimento da indústria nacional, que em breve se transformava no maior parque fabril sul-americano, se encarregou de formar, bem ou mal, os quadros de liderança trabalhadora fazendo com que o domínio dos *pelegos teleguiados* do Ministério do Trabalho — fôsse disputado por líderes mais autênticos que aportavam ao movimento operário uma consciência da realidade nacional, embora tímida e deturpada pelas circunstâncias e pelo despreparo.

As lideranças artificiais, impostas pelo govêrno através de anos de contrôle direto, se foram aprimorando na vivência dos problemas reivindicatórios. E apesar da longa ditadura e da democracia aleijada, o sindicalismo sobreviveu e conseguiu melhorar sua estrutura e seus quadros.

A Constituição de 46 não fôra feita para as massas, nem os congressistas que até hoje povoam o Parlamento demonstraram, jamais, desejo de com ela se identificarem. Mas, de um modo ou outro a Carta Magna consagrava, ainda que em teoria, as liberdades básicas que são a alma de todos os regimes liberais e, a despeito da criminosa omissão dos legisladores (que jamais cumpriam deveres elementares, como o de regulamentar o preceito assegurado do direito de greve) as próprias agruras inflacionárias ensinaram o trabalhador a usar das franquias constitucionais e a participar, progressivamente, da vida pública brasileira.

Os operários passaram a cobrar, com crescente energia, as promessas políticas de véspera de eleições. O direito de greve passou a ser utilizado, prescindindo da regulamentação propositalmente sonegada, sob a pressão da irrefreável carestia. Nas últimas eleições já alguns poucos operários lograram eleger-se, numa representação tipicamente classista e autêntica, para as Assembléias municipais, estaduais e federais. E começou-se a ver um Batista, prêto ferroviário de mãos grossas, dividindo a tribuna da Câmara Federal com a fina flor do alienado bacharelismo udenista; lá estava, também, o sargento Garcia, representando os subalternos das Forças Armadas ao lado de generais-deputados como Mendes de Moraes. Operário não entende de leis? Sargento não conhece técnica parlamentar? Pode ser: mas fato é que operário entende de operário e sargento entende de sargento. E é para êles que também se deve legislar.

Faltava unidade ao movimento operário, o que lhe tirava grande parte da força reivindicatória: a grande maioria dos sindicatos era de uma fragilidade impressionante e, não fôra o socorro do Fundo Sindical, compulsório, não teriam condições sequer para atender ao aluguer da própria sede (está é a razão pela qual o presidente-general Castelo Branco acaba de propor a extinção do Fundo Sindical — sem êle deverão morrer sindicatos em grande número...) A maior parte dos líderes ainda era inautêntica e carreirista,, umbilicalmente ligados ao govêrno ou subsidiados pelos patrões, mas já se assinalava a presença de muitas federações sindicais e mesmo sindicatos, poderosos e bem dirigidos, como os da orla marítima, os dos ferroviários e poucos outros.

Com a complexidade crescente dos problemas sociais os próprios trabalhadores começaram a mostrar sensibilidade para com a falta de estrutura que os enfraquecia diante dos patrões congregados em entidades ricas e monolíticas. Problemas se foram impondo que já não comportavam o tratamento simples ministrado por categorias funcionais isoladas.

A plena consciência da necessidade de ação conjunta levou os dirigentes sindicais à realização de algumas reu-

niões de estudos que trouxeram, à pauta dos trabalhos, questões de alta indagação e, especialmente, a convicção de que, dispersos, os sindicatos estavam apenas se aplicando ao combate dos efeitos e não das causas de seus males de classe.

A política geral do país passou a ser, pouco a pouco, uma de suas preocupações — o que lhes valeu o ódio concentrado das classes dirigentes e de seus jornais. Mas como não fazê-lo? Da orientação econômica do Governo derivava a inflação; desta, resultava a miséria do lar operário. Como fugir, pois, ao estudo da “política” econômica governamental e considerá-la alheia às cogitações obreiras?

Outros problemas de alto nível convidavam à discussão conjunta, como o direito de greve — sempre ameaçado pela falta de regulamentação — e não se continham dentro dos estreitos limites dos sindicatos e mesmo das federações.

Em 1961 (governo Jânio Quadros) um destes temas tomou corpo e assumiu o caráter de reivindicação de massas: a paridade salarial. Os ferroviários, os portuários, os trabalhadores dos ministérios, das autarquias econômicas, das empresas estatais como a Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, entraram a reivindicar do padrão comum — o Estado — a equiparação de seus ganhos aos dos funcionários civis e militares.

O problema sensibilizava, simultaneamente, várias categorias operárias, como se vê, e conduziu naturalmente à formação de um comando único — núcleo original do CGT — não previamente planejado, não embasado em qualquer análise teórica, mas fruto espontâneo da própria vivência trabalhadora.

A reunião inicial, na cidade de São Paulo, compareceram 5.000 delegados sindicais do Brasil inteiro. Gastaram-se dias em debates, que foram dias de descobertas, dias de revelações. E delas resultou a decisão de criar-se um comando, uma central sindical, um órgão de mais hierarquia que as próprias confederações que, congregando-os, somasse os vetores da força reivindicatória do operariado.

Três das cinco confederações presentes aceitavam a idéia e as duas outras, que a repudiaram, logo se viram superadas pelas federações filiadas que buscaram integração direta.

Nos primeiros tempos já o órgão líder contou com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (a poderosa CNTI, representante teórica de 5 milhões de trabalhadores), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito e Seguros, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, a Federação Nacional dos Ferroviários, a Federação Nacional dos Arrumadores, a União Nacional dos Portuários. Posteriormente o grupo foi reforçado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (quando do início da sindicalização rural) e pela Federação Nacional dos Jornalistas.

Nascendo do movimento pela paridade o novo órgão central viu, desde o início, crescer a influência do grupo mais diretamente chamado à ação nesta campanha — as entidades representativas dos ferroviários, portuários, arrumadores, marítimos, estivadores ou seja, o conjunto de operário da orla marítima — que se integravam no que se chamou, então, o *Pacto de Unidade e Ação*, (PUA), justificado pelo comum interesse no problema da paridade salarial.

A tradição sindical da orla marítima, internacionalmente conhecida, veio juntar-se a excelente organização dos ferroviários, especialmente o Sindicato dos Operários da Estrada de Ferro Leopoldina cujos 18 mil sócios podiam paralisar sua rede apenas 30 minutos após a expedição de um comando de greve. Isto deu ao PUA o caráter de gatilho do CGT.

Este comando central, chamado *Comando Geral de Greve* realizou, com êxito, a *greve da paridade*. Suas reivindicações foram acolhidas. E nunca mais se dissolveu.

O Brasil entrava, então, em sua mais aguda fase de crises políticas. Jânio Quadros renunciara sob a pressão das “fôrças ocultas” e a resistência popular, desencadeada

pela atitude decisiva de Brizola, no Sul, levaram João Goulart à Presidência da República. Participantes desta batalha os operários receberam, nela, seu batismo de fogo e colheram sua primeira vitória em pugnas políticas, especialmente importantes porque entre os derrotados estava tôda a cúpula dirigente e seu arqui-inimigo, o Governador Carlos Lacerda, da Guanabara, que contra êles desencadeara o terror policial.

Os Ministros Militares, entretanto, com a cumplicidade e o servilismo do Congresso haviam minimizado a derrota com o golpe branco do parlamentarismo: Jango assumia, mas o poder lhe fôra retirado das mãos.

Administrativamente o país se viu paralisado. Dividido e subdividido o Congresso não conseguiu firmar um gabinete. No confronto de vontades e ambições entre o presidente e o Parlamento o Brasil tornou-se prêsda do desgoverno: gabinetes caíam ao sôpro de visíveis interesses subalternos e, tentando submeter o Presidente ao seu domínio, o Congresso assumiu posição de intransigência ante a indicação de Santiago Dantas para Primeiro Ministro.

Galvanizado pela pregação reformista — que o presidente já iniciara e usava como aríete contra seus antagonistas — e consciente do efeito que a continuidade do descalabro teria sôbre seu cotidiano, o proletariado, por chamamento de seu comando unificado — foi à greve de 5 de julho — a primeira greve política do Brasil.

O advento dêste nôvo fator atuando na esfera política impressionou profundamente tôdas as camadas da população, a umas inspirando novas esperanças, a outros novos receios. E provocou, também, os primeiros ódios: as classes dominantes, tão hábeis e contumazes no exercício do poder de pressão sôbre o governo, ressentiram-se com a aparição de um concorrente positivamente poderoso e a grande imprensa acolheu as suas reservas; o Congresso, tão dócil à coação militar, tão sensível à pressão reivindicatória dos órgãos de classe conservadores, tão frágil ante a própria persuasão financeira do IBAD, classificou de ilegítima a intromissão dos operários no trato da coisa pública. E não é de duvidar-se que o próprio Presidente,

em favor de quem a greve se efetivara, se tenha atemorizado com o seu Frankenstein.

Não se tratava de uma pressão ilegítima, é claro. O jôgo das pressões é que dá, como resultante, a própria administração do país. Nem o presidente é um déspota, detentor do poder absoluto; nem o Congresso pode exercê-lo sem auscultar seus representados. É através das pressões que as classes conservadoras levam a ambos seu pensamento — e são tão bem recebidas que suas entidades classistas são declaradas “órgãos de interesse público” e cumuladas de favores que vão até às adoções pecuniárias (a sede da Associação Comercial de Pôrto Alegre, portentoso edifício de muitos andares, foi construído com o produto de um tributo estadual especialmente criado). É a pressão da opinião pública, soma algébrica das pressões parciais, que dá rumos ao próprio govêrno e traça os destinos nacionais.

A celeuma ocorreu em fase da reação das velhas fôrças de pressão, monopolistas do poder inaparente, contra o advento de um intruso que lhes disputava a rendosa prerrogativa.

Alguma razão havia para o pânico: o Brasil é dominado pelo que o sr. Darci Ribeiro, chefe da Casa Civil de Goulart, denominou o “clube dos contemplados” — 5% da população que ganha bem, vive bem, veste bem, come bem, educa bem seus filhos, monopoliza os empregos públicos, sonega impostos e absorve os recursos do crédito oficial. O Comando Geral dos Trabalhadores vinha, pela primeira vez, trazer à liça a vontade perturbadora dos não contemplados, apenas os outros 95% da população.

Dois meses depois, sob a vigência de um nôvo gabinete constituído pelo saudoso professor Brochado da Rocha, o Brasil chegava a outra encruzilhada dramática: desafiado por um programa governamental relativamente avançado e popular novamente o Congresso se rebelava em nome das fôrças tradicionais.

Nenhum brasileiro poderia ficar indiferente ao debate que envolvia o presente e o futuro da própria Nação: a realização ou não de reformas; a realização ou não de um plebiscito para a escolha do sistema de govêrno. Os

trabalhadores também se sensibilizaram e promoveram sua segunda greve política, em apoio ao programa Brochado da Rocha, forçando o parlamento a dar-lhe oportunidade para governar. Foi a 14 de setembro de 1962.

Dêste momento em diante, patenteada sua fôrça, a organização suprema dos trabalhadores não foi mais poupada. Aos pronunciamentos que o condenavam, partidos de círculos políticos e econômicos, começaram a se juntar catilinárias militares. Passou a ser tratado como um corpo estranho, como um indesejável, como um inimigo — como se não representasse, bem ou mal, a maior camada populacional. Espúrio, ilegal e, naturalmente, comunista.

Terminada esta parede o órgão proletário não encontrou razões para continuar denominado, como até então, *Comando Geral de Greve*, mas aceitando sobrados motivos para seguir existindo, adotou seu nome definitivo: *Comando Geral dos Trabalhadores*.

Na prática não conseguiu, o cgr, até sua liquidação final, adquirir uma estrutura satisfatória: era um simples plenário de dirigentes sindicais (a princípio com 9, depois com 11 membros). Uma singela mesa redonda para debates e reuniões constantes. Só mais tarde, em plena luta pela sobrevivência, aprimorou-se um tanto elegendo um presidente, um secretário e uma comissão executiva.

Era tarde, entretanto. Sua sorte já estava selada e, com ela, a da precária democracia brasileira.

CGT — o Símbolo Maldito

O COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES, na sua feição definitiva, durou pouco. Apenas ano e meio. E durante êste lapso jamais conheceu um instante de paz.

As classes conservadoras, por seus órgãos representativos, moveram-lhe uma infatigável guerra-santa, insensíveis ao absurdo de estarem negando ao operariado o direito de associação de que se valiam para combatê-lo. Não houve argumento que valesse — ninguém discutia os preceitos niveladores da Constituição, apenas se exigia a destruição do CGT; ninguém afirmava que o direito de associação fôsse privilégio de classe, mas a existência do CGT era inaceitável. Defendendo às claras o seu direito de pressionar o govêrno, a título de colaboração e defesa dos interêsses públicos, as grandes entidades conservadoras consagravam, com o péso de seu prestígio e de seus recursos, a ilicitude de qualquer ação similar do CGT.

Abertamente foi pedido ao govêrno o fechamento sumário do órgão supremo dos trabalhadores e uma das

razões fundamentais da queda de Almino Afonso do Ministério do Trabalho foi o ter tentado prestigiá-lo.

O CGT passou a ser o símbolo do próprio comunismo, legítimo prenúncio do ateísmo, da anarquia, da subversão.

Mas — afinal — era legítima a atuação e a existência do Comando Geral dos Trabalhadores?

Este também é — para surprêsa de muitos — um velho problema. Com as mesmas roupagens de hoje veio à luz na Inglaterra, com o advento das primeiras máquinas, quando se constituíram as primeiras colmeias de trabalhadores. E desde então não mudou de roupa.

Recém-saída da fase dos piratas, quando fora buscar no saque marítimo as fortunas com que abriu seu ciclo industrial, a Inglaterra, detentora das primeiras máquinas viu-se frente ao problema operário. Como hoje, a liberdade foi o grande argumento esgrimido contra a liberdade dos trabalhadores: foi invocada quando, pela vez primeira, alguém observou ser humano forçar o homem a intermináveis jornadas de trabalho, até o extremo de suas fôrças físicas e pretendeu estabelecer um limite às horas de atividade. Argumentou-se que era um atentado à liberdade individual proibir alguém de trabalhar quando quisesse. Logo a seguir foi proclamada a liberdade, novamente, para dirimir as dúvidas surgidas quanto ao trabalho infantil: as crianças, mão de obra mais barata, mais dócil e mais submissa do que os adultos tinham absoluta preferência na disputa das vagas e isto, é claro, gerou a fome nos lares de seus pais desempregados, além do esgotamento e da morte de milhares de pequenos submetidos a um regime intensivo de trabalho, em desacôrdo com sua capacidade. Aos protestos levantados contra a verdadeira escravização das crianças opôs-se a tese de que não se poderia lesar a liberdade das crianças — tinham direito ao trabalho com o que, inclusive, ajudavam os pais. . .

Nada disto é revelação sensacional: encontra-se em qualquer compêndio de economia, mesmo naqueles produzidos pelos maiores defensores da livre iniciativa. Está na obra de Ricardo, de Adam Smith, nos arquivos da Justiça inglesa — chamada a dirimir os primeiros conflitos classistas — nos anais do Parlamento britânico e em qual-

quer livrinho de divulgação econômica. Com muito realismo é descrito na *História da riqueza do homem* do americano Leo Hubermann que registra, inclusive, a surpresa de um marajá indiano que, visitando a civilizada Inglaterra, então empenhada em erradicar a escravatura do mundo inteiro, encontrou os trabalhadores livres e seus filhos submetidos a um regime mais duro e miserável do que o sofrido por seus escravos.

Em princípio a posição então esboçada é a mesma de agora: a liberdade, dádiva sagrada, assiste igualmente ao patrão e ao operário, como seres humanos que são. Ambos têm o direito, portanto, de livremente negociar seu contrato de trabalho.

Esta liberdade, claro está, é meramente teórica: a do patrão logo predomina diante da massa de oferta da mão de obra que lhe bate à porta. Pode impor as condições que quiser, num simples e draconiano contrato de adesão. E o trabalhador tem sua liberdade reduzida a zero, uma vez que limitado a aceitar ou não as condições impostas, a não aceitação implicando no direito ao desemprego e na miséria.

Em meio ao sofrimento que este sistema produzia os operários logo descobriram que a união lhes aumentava a força. Trataram de discutir com os patrões através de comissões representativas da coletividade de uma fábrica, ou de uma região, buscando obter, da maior potência de barganha, resultados mais satisfatórios.

Ante este embrião dos sindicatos modernos logo se levantou o protesto indignado da classe patronal. Pela primeira vez, então, foi apresentada a tese que agora liquidou com o CGT brasileiro: a ilegitimidade das associações operárias. Na Inglaterra da época esta esdrúxula formulação obteve, inclusive, a consagração legal: chegou a ser proibida, por lei, a associação profissional! No Brasil de hoje, em homenagem ao passar dos tempos, a lei consagra o direito de associação, mas o poder econômico, através do Estado, esmaga os que pretendem invocá-lo.

As razões que hoje, como ontem, se opõem, à associação operária são as mesmas: o trabalhador reunido em

associações, em sindicatos, êstes em federações, estas em confederações e, finalmente, num comando geral, descobrem a fôrça do feixe de varas. A classe proletária unida, discutindo com a classe patronal, que jamais se descuidou da própria união, fá-lo de potência para potência, com o enorme poder de barganha que lhe advém da própria organização. E isto é lesivo à ordem pré-estabelecida que se baseia na preponderância empresarial e no domínio, pelo capitalista, dos instrumentos governamentais repressores. Não é por acaso que o sistema hoje imperante não mais se chama *democrático*, mas sim *capitalista*. Por isto em 1964 o símbolo da união operária, no Brasil, merece a mesma condenação que as tímidas associações inglêsas da alvorada da industrialização — o mesmo egoísmo perdurando através dos séculos para perpetuar o mesmo privilégio. O raciocínio é odioso mas compreensível e até hoje produz frutos lucrativos.

Claro é que, perante a razão e a moral, um direito reconhecido à classe patronal não pode ser negado aos trabalhadores. E que um trabalhador é um ser humano tão digno quanto um patrão. Acontece que o cimento da estrutura social não é a razão, nem a moral e sequer a dignidade humana. O patrão tem poder econômico, o operário apenas sua desprezível fôrça de trabalho. E isto faz a diferença. A liberal-democracia, fundada nos princípios da igualdade, na liberdade e na fraternidade, repele esta aberração. O cristianismo, para o qual “todos são iguais perante Deus”, fundado pelo filho de marceneiro, pregado aos escravos e miseráveis, infenso à riqueza egoísta a quem veda o reino dos céus, também não acolhe esta concepção aristocrática e materialista. Acontece, entretanto, que o chamado “mundo livre” não está organizado à luz de postulados democráticos, nem cristãos. Há uma dura realidade, herança das cavernas quando a fôrça era a única razão conhecida, que se sobrepõe a tudo. Que adapta a liberal-democracia aos seus objetivos, que subjuga a moral aos seus propósitos. Que usa Cristo como um instrumento de domínio, indiferente ao soberbo conteúdo humano de sua pregação.

O que vem condenando, sistematicamente, as associações operárias não é o seu fundamento moral, ético ou

religioso, mas os seus efeitos práticos. No caso brasileiro, por exemplo: quanto mais se distancia do paternalismo de Vargas mais fôrça o sindicalismo dá ao operariado. E é esta fôrça que é temida, odiada, e destruída.

A tal ponto vai o receio das classes dominantes da fôrça operária que mesmo quando se apresentam diante do trabalhador como postulantes de uma aliança, não conseguem ocultar seu pensamento: em 1960 o general Henrique Lott percorria o Brasil, como candidato, pedindo os votos de seus concidadãos. Pedindo os votos operários, principalmente, a quem acenava através dos partidos Trabalhista e Comunista que o apoiavam. Em Caxias do Sul, no Rio Grande, diante de uma assembléia de operários convocada pelos sindicatos especialmente para sabatiná-lo o general Lott foi interpelado por um dos presentes a respeito do direito de greve — arma fundamental do movimento operário que mesmo o Estado Nôvo de Vargas lhes negara e que a democracia de então escamoteava através da lei 9070 da ditadura. O general Lott, diante dos homens cujo apoio solicitava, manifestou-se com tais restrições ao direito de greve que o interpelante resumiu, magistralmente, seu pensamento numa frase que se tornou folclórica:

— “compreendo, general: o senhor é a favor do direito de greve, mas apenas aos domingos e feriados...”

Mas o parque fabril brasileiro se desenvolveu e, com êle, o operariado. Os problemas se foram tornando mais complexos e forçavam a multiplicação e o aperfeiçoamento das entidades sindicais. Os trabalhistas, os católicos, os comunistas, gastaram anos e anos no cultivo da compreensão do trabalhador para com os problemas nacionais. E êle passou a compreender coisas surpreendentes.

Por exemplo: que quando o govêrno concede uma moratória ou perdão de dívida aos pecuaristas (e isto já aconteceu muitas vêzes em recentes anos) as conseqüências econômicas de seu gesto repercutem sôbre o ganho e o salário de cada cidadão; que para proporcionar maiores créditos aos produtores o govêrno emite, gerando a inflação

e reduzindo indiretamente o salário do trabalhador; que quando o govêrno resolve pagar melhor seus militares deve também emitir, o que gera a inflação e repercute sôbre o salário dos trabalhadores; que quando o govêrno resolve socializar os grandes prejuízos (subvencionando a exportação de arroz antieconômico, adquirindo a safra gravosa de algodão, comprando os estoques invendáveis de café) o govêrno emite, acelerando a inflação, que espolia o salário do trabalhador.

De início os sindicatos se limitavam a combater as causas de seus males: pediam, periôdicamente, reajustamentos de salários. Cada sindicato, isoladamente, defendia seus interesses e, claro está, obtinha resultados proporcionais à pouca fôrça derivada de seu isolamento. Descoberta a vantagem da união, o operariado adquiriu consciência de uma verdade que um grego, chamado Aristóteles, já proclamava há milênios: política não tem apenas êste caráter limitado e pejorativo que tantos lhe atribuem; salário é política; custo de vida é política; emissão é política; tuberculose é política. Porque política é a arte de administrar e, como tal, a tudo engloba.

Por que deve o operário, o sindicato, limitar-se a reivindicar salário se êste é uma conseqüência, meramente, e se a causa é precisamente a política econômica do país?

Por que o sindicato operário não pode discutir política e a associação comercial é benvinda ao debate?

Por que um operário, isolado e solitário, é um cidadão brasileiro solicitado a discutir política e a decidi-la pelo seu voto, e quando se reúne com outros cidadãos brasileiros, no sindicato, perde sua condição de cidadania?

Por que uma central patronal, como a Conclap, pode dialogar com o govêrno e uma central trabalhadora, como o CGT, não pode?

A resposta já está automaticamente formulada: porque o operário unido é uma potência que fala de igual para igual com o patronato unido. Porque o operariado unido é uma fôrça de pressão tão grande quanto o empresariado unido. E maior ainda que êste porque representa um poderio em votos capaz de mudar a própria estrutura de um

país, de uma sociedade, desde que as convicções consolidadas no debate dos problemas comuns se traduzam em votos — força capaz de destruir exatamente esta estrutura que as cúpulas dirigentes não querem que seja alterada, porque lhes é conveniente.

Em 80 milhões de brasileiros 77 milhões não possuem terra e não têm interesse na manutenção da velha organização feudal dos campos.

Em 80 milhões de brasileiros há 50 milhões de analfabetos, virtuais inimigos de um sistema que os reduziu à condição de sub-homens.

Em 80 milhões de brasileiros há 75 milhões que não integram o “clube dos contemplados”. São trabalhadores rurais (e os sindicatos rurais estavam representados no cgr) são trabalhadores urbanos (e os sindicatos urbanos foram os criadores do cgr) são profissionais liberais e intelectuais (e o Comando Geral dos Trabalhadores Intelectuais já estava fundado). Não têm compromissos com uma ordem feudal. Não podem amar um imperialismo que os espolia.

Sinceramente — poderiam as entidades de classe da alta burguesia tolerar esta competição? Poderiam os jornais que vivem da alta burguesia amparar um movimento unificador dos trabalhadores? Poderia um governo burguês, ainda que reformista, aceitar de bom grado a poderosa participação do trabalhador coeso nas grandes decisões políticas? Cimentada a união das massas trabalhadoras — que membro das classes dominantes poderia aspirar, em eleições vindouras, o controle democrático do Estado?

Este tipo de democracia, do qual todos participam e no qual todos têm influência, não pode servir aos defensores da liberdade teórica, muito embora corresponda aos postulados da Revolução Francesa e ao ideário do liberalismo. Por isto abriram guerra imediata contra o cgr, antes que êle evoluísse para uma solução mais eficiente e atuante. E lutarão contra qualquer tentativa semelhante, parta ela do Vaticano ou do Kremlin.

O próprio governo reformista de Goulart, a despeito d'êlé ou precisamente em função d'êlé, encarou com sensível antipatia o advento dos intrometidos, porque povo organizado, povo consciente, povo unido em tórno de seus interesses e aspirações, é a própria revolução sem armas.

Jango e o CGT

AS RELAÇÕES entre o govêrno e o CGT, entre Goulart e os líderes operários, são altamente definidoras do momento político que culminou com o movimento de abril. E não destoam em nada das relações que, de um modo geral, o herdeiro de Vargas mantinha com as esquerdas, tão bem esclarecidas pela recomendação que Jurema afirma ter recebido.

A greve da paridade, que deu origem ao CGT, arrancou do govêrno um tratamento equânime para com todos seus empregados. Foi, portanto, uma greve contra o govêrno, que a êste derrotou.

A segunda presença dos trabalhadores unidos no alto mundo das decisões ocorreu a 5 de julho de 1962 quando o Congresso se negava a aprovar a indicação de Santiago Dantas. Foi uma greve contra um dos ramos do govêrno, uma tentativa de comandar conjuntamente com o Executivo, ramo favorecido pelo movimento.

Pois é evidente que João Goulart, beneficiário dêste movimento, não o entendeu sob êste prisma: de início ve-

tou a parede e dirigiu veementes apelos aos membros do Secretariado Executivo do CGT para que a evitassem; estava certo de que poderia vencer a crise sem o ônus do concurso operário. A greve que apoiou Jango se realizou, em suma, contra sua expressa vontade e determinação.

Isto gerou uma estranha situação — o CGT, que já sofria, em razão da greve, a hostilidade das classes dirigentes, passou a ser agredido também pelo governo. É que Jango, formado na escola de Getúlio, exercia, até então, uma liderança real, aceita e desejada pela massa satisfeita com o paternalismo varguista; a resistência do CGT a um comando seu despertou-o para o advento de um poder concorrente.

Passada a crise que determinou esta greve Goulart testou, seguidamente, a firmeza da cúpula sindical dando-lhe orientações que, como logo verificou, nem sempre eram pacificamente aceitas. Entre os membros do comando sindical havia de tudo — trabalhistas, janguistas, comunistas e independentes; sofriam a sedução do poder, é claro, que Jango sabia manejar como ninguém, mas igualmente a influência de suas bases a quem deviam estar atentos sob pena de perda da representação. E coletivamente havia um equilíbrio de forças, com os antagonismos contribuindo para a harmonia do conjunto, de que resultava já uma personalidade própria da nova central operária. Não ofereciam oposição total aos desejos de Jango, mas igualmente não lhe atendiam por inteiro as ponderações.

Jango testou-lhes, então as bases, expedindo instruções diretas às federações e aos sindicatos habituados a atacá-las, com o que pretendia completar o cerco dos dirigentes rebeldes. Aí, entretanto, teve a surpresa de encontrar maior firmeza. Satisfeitos com a unidade recém-alcançada, sindicatos, federações, e confederações consultavam o comando único, sobre as instruções recebidas.

Buscando preservar sua liderança desafiada Goulart, à sua maneira, abriu luta contra o CGT. Os episódios que o revelam são vários, mas basta citar alguns exemplos: buscou forçar uma disputa pela liderança no poderoso sindicato dos ferroviários da Leopoldina, cindindo os grupos liderados pelos dirigentes Arueira e Batista e quase o con-

seguiu; por intermédio de seu pouco recomendável assessor sindical Crockat de Sá buscou quebrar a unidade do secretariado do CGT, a alguns dos quais foram oferecidas as compensações sedutoras que um governo tem sempre em estoque. Não obtendo êxito nestas manobras aceitou uma aproximação com o CGT e encetou o diálogo, embora fingindo ignorá-lo oficialmente.

Esta tática durou pouco e a 23 de agosto de 1963, comparando ao grande comício que o CGT organizara na Cinelândia, em desafio à polícia de Lacerda, pela primeira vez Goulart reconheceu, de público, a existência da central sindical. Não suspendeu, entretanto, a amável hostilidade (neste momento a grande guerra púnica contra o CGT estava no auge, sendo êle indicado como instrumento do governo para a destruição da democracia). A última e mais significativa arruaça verificou-se em torno da poderosa Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria cujo presidente, Clodismidt Riani, candidato à reeleição teve sua pretensão contrariada pelo trabalho dos emissários do Governo, inclusive o Ministro do Trabalho. Todos os recursos foram mobilizados para derrotá-lo e o seu insucesso parecia tão certo que o jornal carioca *Última Hora*, fiel à linha de Jango e que, como tal, combatera acerbamente Riani, chegou a anunciar, em títulos garrafais, no dia das eleições, a infalível substituição de Riani que se verificara nas próximas horas. A manobra, entretanto, fracassou e Jango com sua habilidade característica, prevendo o resultado desfavorável, repudiou seus negociadores e apoiou o candidato que se firmara à sua revelia. Isto ocorreu já em janeiro de 64 no momento em que o governo, violentamente acossado pelos setores reacionários, via no apoio das massas sua única possibilidade de sobrevivência.

Foi o derradeiro episódio da guerra fria: deste momento em diante Goulart se conformou com a existência do CGT e tratou de apoiar-se nêle.

As relações entre Goulart e a liderança sindical passaram a ser íntimas conforme me asseverou o comandante Melo Bastos. Relações de inimigos cordiais. Tudo quanto o

CGT conseguiu de Jango, nesta fase, foi arrancado em intermináveis discussões — e a maioria do pleiteado não foi concedido, que o presidente se mantinha fiel às determinações que dera ao seu Ministro da Justiça.

Em janeiro de 1964, entretanto, a situação se mostrava sensivelmente diversa no que dizia respeito a Goulart. Atitudes francamente hostis, partidas de Washington, estimulavam a velha animosidade das classes dirigentes nacionais que, como de costume, aproveitando tôdas as vantagens do governo que, na prática, se lhes entregava, demonstravam mais inequivocamente do que nunca sua irrefreável aversão aos métodos e à própria pessoa do presidente. O financiamento direto, pelos Estados Unidos, de governadores incompatibilizados com o Governo já obrigara Goulart a intervir no problema, estabelecendo o primado da União nas relações exteriores; e o embaixador Lincoln Gordon, dantes comensal tão íntimo do Palácio da Alvorada que, num assomo de indiscrição, chegara a anunciar ao Brasil quem seria seu próximo Ministro da Fazenda, quando da nomeação de Santiago Dantas, agora era surpreendido pela imprensa realizando uma reunião de empresários norte-americanos estabelecidos no país, para recomendar-lhes apoio à candidatura extremista de Carlos Lacerda, o Goldwater brasileiro. A esperada insurreição direitista completara sua fase conspiratória e iniciava a primeira etapa beligerante.

Dos governadores da Guanabara e de São Paulo partiam francos apelos à rebeldia chegando Ademar de Barros a anunciar sua disposição de pegar em armas em “defesa da democracia”, anunciando-se preparado para medidas extremas e em condições “de dar o último tiro”. A Igreja tradicional, entrando em choque com sua ala progressista, trabalhava a ingenuidade religiosa buscando reencontrar as fontes do fanatismo. E, sob visível inspiração militar, Bilac Pinto, presidente da União Democrática Nacional, denunciava a existência, no Brasil, de um estado de “guerra revolucionária”, tentando comprometer e cindir o movimento operário com a suspeita de que os sindicatos da orla marítima estavam armazenando armas e munições.

Convencido, tão tardiamente, de que sua incansável tentativa de conciliação com a direita era inviável, mercê da repugnância que lhe votava, Goulart buscou compor-se com seus velhos amigos, os trabalhadores. Mesmo assim não se entregou de corpo e alma: ante a quebra de uma promessa, que implicava em consultá-los sôbre a reforma de seu Ministério, já lhes dissera, certa vez:

— “Perde o poder quem o divide. Eu não estou disposto a dividir o poder”.

Falara a verdade e culminou por preferir a derrocada total à vitória em condomínio!

Concordava, o presidente, com a indicação de homens de confiança das forças populares para cargos secundários, mas nunca para os principais. E mesmo no que diz com as indicações para o segundo escalão proporcionava surpresas: mais de uma vez a lembrança de um burocrata ou técnico nacionalista valeu aos distinguidos não o seu aproveitamento mas o sumário afastamento dos cargos mais modestos que já ocupavam.

Mesmo quando do planejamento de movimentos de massa — ocasião em que as forças populares eram indispensáveis, evitava comprometer-se. Deixava ao CGR e à Frente de Mobilização Popular o ônus do trabalho preparatório e condicionava seu apoio e presença, de última hora, à garantia do êxito.

Quando o CGR se convenceu da tese realista segundo a qual o poder real estava com o Ministério da Fazenda e sugeriu o nome de Brizola para o pôsto, reagiu abruptamente:

— “Nunca. Isto provocaria uma revolução em 48 horas”.

O Ministério da Fazenda continuava a reservar, até o último alento, para homens da inteira confiança da cúpula dominante, apesar de sofrer-lhe a agressividade.

A desconfiança recíproca marcou fundo as relações entre Jango e a direção operária. Porque esta lhe retribuía na mesma moeda: quando o Presidente, numa tentativa de reagir ao cêrco, pediu apoio ao CGR para o Estado de Sítio, que solicitara ao Congresso, apenas logrou seduzir, de início, uma parte da direção sindical. E mesmo esta,

pressionada pelas demais forças da esquerda, demonstrava sua indecisão. Jango acenou-lhe com a sedutora perspectiva de livrar-se do governador Lacerda, que manejava sua polícia contra o operariado em tôdas as oportunidades, e mesmo assim deparou-se com uma dúvida:

— “Mas qual seria a posição de Arraes num regime de exceção?”

— “Nada lhe aconteceria” — afirmou Goulart, maciamente. “Continuaria a governar Pernambuco pelo menos como interventor”.

— “Trocando um pôsto eletivo, constitucionalmente assegurado, por outro de nomeação, demissível *ad nutum*?”

E as desconfianças das esquerdas, somando-se ao alarma das direitas, impediram a implantação do Estado de Sítio.

— “O problema” — explicou-me um líder operário — “não consistia em escolher quem nos iria prender, mas continuar em liberdade...”

Por sua vez em inúmeras oportunidades coube a Jango aplacar os ímpetos das forças populares. Numa destas oportunidades, em que pretenderam colocá-lo contra a parede, Fernando Autran, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Petrolíferos ouviu dêle uma frase profética:

— “Se vocês me pressionarem demais isto estourará. E lembrem-se de que, nesta ocasião, eu terei tempo para apanhar um avião. Vocês ficarão aqui mesmo...”

Êstes diálogos com os trabalhadores, muitas vêzes ásperos, iam a limites de franqueza que deviam ser penosos ao temperamento reservado do Presidente. De uma feita, quando nomeou o general Kruel para o Ministério da Guerra, para susto das esquerdas que o tinham na justa conta *golpista*, encontrou uma apreensiva cúpula sindical à sua espera ao chegar ao Palácio das Laranjeiras, no Rio.

— “Que há com vocês? Parece que não estão satisfeitos...?”

Não estavam mesmo. Kruel jamais lhes inspirara confiança. Já no passado derrubara o próprio Jango do Ministério do Trabalho, ao tempo de Getúlio, por achar demasiadas suas inclinações para com os trabalhadores. E nunca conseguira esconder suas ambições capitalistas ape-

nas parcialmente satisfeitas pela sua condição de grande fazendeiro.

O presidente compreendeu a situação e formulou-lhes um convite excepcional: um debate íntimo e franco ao almoço, hora que “reservava apenas para seus amigos”.

Conversaram cinco horas seguidas. Caramente. Rude-mente. Confrontado com as imensas concessões que fazia à direita radical, em contraste com as minguadas conquistas que proporcionava aos nacionalistas que lhe tinham dado o próprio poder; interpelado sôbre a débil posição que mantinha diante das crescentes exigências do imperialismo norte-americano, Goulart explodiu, com amargura:

— “Vocês precisam se convencer de que eu não sou um comunista nem um revolucionário. Não farei a revolução no Brasil, nem com vocês. Sou um nacionalista e um patriota e estou disposto a avançar até um certo ponto. Mas se vocês passarem dêste ponto e forem à revolução não os acompanharei. Provavelmente lutarei contra êle”.

E pintou o retrato do Brasil, tal como êle o via, no esquema mundial de fôrças:

— “Convençam-se de que, dentro do panorama internacional, o Brasil é uma republiqueta de bananas e eu, conseqüentemente, um presidente *de araque* que governará enquanto os americanos quiserem. Se eu assumir posições radicais êles molibizarão suas fôrças, aqui mesmo no país, e me jogarão porta-a-fora. Não pretendo colocar o carro à frente dos bois: e sou presidente precisamente porque penso assim. Se um de vocês assumisse meu pôsto já teria sido derrubado. Eu sou liberal e democrata; tudo farei para resolver os problemas do país e para isto preciso da ajuda de vocês. Mas não me apertem demais que a máquina pode estourar.

E definiu o seu próprio govêrno:

— “Vocês devem ver no meu govêrno uma espécie de guarda-chuva de garantias democráticas. Abrigados por êles vocês podem reivindicar à vontade, livres de violências e de perseguições policiais. Mas êste é o meu limite — à revolução ninguém me levará.

Indiscutivelmente estava sendo sincero, quando assim se definia. Duas vezes teve oportunidade para dar início a uma revolução e, em ambas, agiu como elemento numador. Seu *guarda-chuva* funcionava mesmo, mas com alguns furos, uma vez que a liberdade popular não era tão completa quanto lhe parecia. Quanto ao mais é preciso acentuar que ele conhecia bem a diferença entre revolução e golpe, como o demonstra o episódio do Estado de Sítio...

De uma feita, quando o deputado Hércules Correia, da esquerda radical, o apremava por medidas demasiadamente avançadas, Goulart o interpelou:

— “Quantos anos tem você?”

— Tenho 34 anos, presidente.

— Pois precisa completar mais três mandatos legislativos para alcançar este alvo para o qual está querendo me empurrar em um só ano.”

Realmente, tinha o seu “certo ponto” e nunca o ultrapassou. Sempre que o CGT se julgava com força suficiente para pressioná-lo, tratava de miná-la. Queria que os trabalhadores — e as forças populares em geral — constituíssem um dos termos do que chamava seu “binômio do poder”, juntamente com seu dispositivo militar. Mas em troca se propunha a dar-lhes tão somente franquias democráticas. As mesmas que Juscelino Kubitschek proporcionara sem exigir nada em retribuição.

— “Vocês me dão a cobertura popular e sindical e eu me responsabilizo pelo esquema militar. Com estes dois elementos me encarregarei de manter o equilíbrio do poder.”

Quanto a este esquema militar, não admitia qualquer intromissão. Era de sua inteira responsabilidade:

— “Parece estranho que eu tenha mantido o general Osvino Alves no comando do I.º Exército e feito do general Kruel o Ministro da Guerra. Mas as razões disto eu as conheço muito bem e por elas respondo. Vocês têm de confiar em mim.”

E, revelando uma parte de seus segredos:

— “Mesmo porque já tomei providências para esvaziar o Ministério da Guerra, que passará a ser um cargo

político enquanto a força ficará com os comandantes de Exércitos.”

Estava certo: terminou derrubado precisamente pelos comandantes de Exércitos: Kruei, do Segundo; Justino, do Quarto e Morais Âncora que imobilizou seu Primeiro.

Aliás durante muito tempo manobrou bem com as Forças Armadas, embora não perfeitamente, pois foram os *generais de pijama* que subestimava, os articuladores do golpe que o depôs.

— “O Exército Brasileiro tem um único denominador comum — explicava — que é a solidariedade de farda. Esta é a mística que sempre valeu aos generais inteligentes, como Góis Monteiro, que transferem para os bríos do Exército os golpes que lhes são dirigidos. Dentro do Exército, entretanto, tudo o mais é diversidade: há generais fanáticos pela legalidade, outros pelo nacionalismo; alguns são realmente politizados e sabem o que querem, outros se resumem ao culto da disciplina. Também os há apenas carreiristas, apenas ambiciosos ou apenas corrompidos. Quem não souber coordenar todos estes elementos em termos de govêrno não contará com o apoio do Exército.”

Estas frases, estas definições, não as recolhi do Presidente e provàvelmente contêm inexatidões. Ouvi-as no decorrer das longas entrevistas que, no asilo, mantive com os líderes sindicais. Em essência devem estar corretas. E encaixam, perfeitamente, na análise geral.

Jango e as Fôrças Populares

JOÃO GOULART tinha com as fôrças populares vínculos históricos e definidos. Instrumento de Vargas, quando de sua presidência constitucional, aproximara-se das bases operárias como um executor de sua política paternalista. Desde então granjeara simpatias que lhe permitiram fundamentar tôda a sua carreira, mas que lhe valeram a acentuada desconfiança das classes dominantes, traduzidas no veto militar do *manifesto dos coronéis* que o derrubara do Ministério do Trabalho sob a acusação de estimular a ascensão das massas. Desde então as cúpulas econômicas e militares temiam e combatiam a *república sindicalista* que suspeitavam estar nos planos de Jango e que, em última análise, nada mais é do que a participação ativa e consciente dos trabalhadores na vida pública.

Em 1960 novamente as fôrças populares, que já o tinham feito companheiro de Juscelino Kubitschek o reelegeram vice-presidente da República contrariando a tendência geral refletida na extraordinária votação de Jânio

Quadros. Em 1961 outra vez as forças populares acudiram a Goulart, colocando-se em pé de guerra para garantir seu direito à sucessão do Presidente renunciante. E, por último, tiraram de seu caminho as traves do parlamentarismo em manifestação eleitoral quase unânime que reuniu 10 milhões de sufrágios.

Pressionadas pelo custo de vida, e conscientes do que Jango lhes devia, não é de admirar que as massas se enchessem de esperanças na sua ação administrativa. Esperanças alimentadas, aliás, por sua pregação reformista que era um constante aceno a um futuro melhor.

A expectativa de que Jango levasse as forças populares ao poder foi, porém, logo frustrada: fiel às suas origens o presidente sempre se empenhou na formação de ministérios marcadamente conservadores e resistiu a tôdas as pressões em contrário. Procurou compensar a decepção causada com a batalha das reformas, mas esta mesmo contida dentro de limites timoratos e, o que é pior, carentes de uma definição mais precisa, o que lhes tirava o valor como planos de ação, embora conservasse a potência aliciadora.

Entre seus ministros civis de quando em vez recrutava algum de formação mais avançada, como o nacionalista Almino Afonso e o católico de vanguarda Paulo de Tarso. Mas êstes não resistiam a pequenos escolhos que nem de longe ameaçavam seus companheiros reacionários. Com os conservadores buscou alterar a opinião que dêle formavam os círculos dirigentes do país. Com acessores claramente comprometidos com o capitalismo estrangeiro, como Moreira Sales, Jorge Serpa, Pais de Almeida, Santiago Dantas, buscou inspirar confiança ao imperialismo. E até a seus inimigos políticos tentou apaziguar trazendo para o ministério homens como Carvalho Pinto, calejados na luta contra tudo o que Jango politicamente representava.

A área militar, entretanto, talvez seja a que mais expressivamente denuncia sua orientação: assumindo o governo na crista de um movimento popular, que só por sua omissão não se fêz uma revolução de grande envergadura, Jango mais procurou conter o entusiasmo bélico de seus

partidários que o de seus inimigos. Não tentou alterar a tradicional formação udenista dos quadros militares. Não buscou o afastamento dos oficiais que o quiseram combater de armas na mão, limitando-se a patrocinar o advento de um pequeno núcleo de oficiais nacionalistas.

Aos sargentos aeronautas que garantiram sua posse e sua vida, opondo-se à oficialidade que o queria assassinar, quando demandava Brasília, em 1961, derrubando seu avião mediante a famosa *Operação Mosquito*, reservou a mais amarga surpresa: deixou-os entregues aos próprios oficiais gorilas que, à sombra do Governo Goulart, trataram de puni-los de tôdas as maneiras, especialmente com as remoções para guarnições longínquas que desorganizavam sua vida familiar e os tiravam do grande cenário dos acontecimentos. No Ministério da Guerra, Krueel fêz o mesmo com os sargentos do Exército de boa atuação na crise da renúncia, sem que Jango o contivesse.

No grosso das promoções adotou critério, ou descrição, semelhante: e seu derradeiro ato, nesta esfera, foi a promoção do general Geisel, hoje chefe da Casa Militar do general-presidente Castelo Branco, precisamente o homem que, na crise de 1961, dera a ordem de bombardeamento do Palácio Piratini, onde se abrigava a resistência pró-Jango, seu cunhado, irmã e sobrinhos.

A tôdas as objeções respondia que estava organizando um sólido esquema militar legalista. Mas na prática deixava passar para a reserva um general Osvino Alves, de tão decisiva atuação em tantas crises de seu govêrno e confiava os postos-chaves a homens como Mourão Filho — fascista, membro da Câmara dos 40 do extinto Partido Integralista, autor da histórica falsificação do Plano Cohen de que resultou a ditadura de 37 — e Costa e Silva que em 61, no comando do IV Exército se opusera ferozmente à sua posse.

Tão decisiva foi esta sua orientação, no curso dos acontecimentos, que o resultado, não fôra trágico, teria traços de comédia: na hora de derrubá-lo seus adversários não precisaram procurar seus instrumentos militares com a tocha de Diógenes: êles estavam mesmo ali, no próprio dispositivo militar legalista armado por Goulart. Justino

Alves comandando o IV Exército; Kruel, comandando o II Exército; Mourão Filho, comandando as forças de Minas Gerais; Castelo Branco, comandando o Estado Maior das Forças Armadas, setor em que estava, também, Costa e Silva; Ênio Garcia comandando as forças mecanizadas do Rio de Janeiro. E o III Exército ficou praticamente sem comando algum até 24 horas antes da derrocada final.

Abelardo Jurema, seu Ministro da Justiça, dá-nos em seu livro *Sexta-feira 13* a extensão desta preocupação de Jango em não deixar que o populismo contaminasse seu dispositivo militar — preferindo reservá-lo, como o fêz, para a ação das direitas. A página 75 está registrado:

“a cada entendimento que sabia ter existido entre o deputado Leonel Brizola e generais amigos do governo promovia sempre reuniões em Jacarepaguá como que para desfazer qualquer influência estranha à sua orientação. Era uma vigília permanente na defesa da sua posição de comando”.

Os homens de fidelidade mais comprovada — não à pessoa mas ao conjunto de idéias que o presidente encarnava — não mereciam tratamento tão satisfatório quanto os adversários. O Almirante Aragão, por exemplo, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais e odiado por todo o almirantado por suas posições nacionalistas, estêve praticamente demitido no início da crise, por ocasião do incidente dos marinheiros, e êle próprio encontrou sua demissão assinada sôbre uma mesa do Ministério da Marinha no dia 31 de março, horas depois de iniciada a rebelião que depôs o governo e contra a qual, praticamente, foi o único general disposto a lutar.

Na área civil sua atitude era em tudo semelhante. Não se limitava a determinar a seus ministros que “nada dessem às esquerdas” que lhe tinham proporcionado o próprio poder: mantinha luta permanente pela liderança como se ainda fôsse um aspirante à presidência da República.

“Disputava, sim, o comando das massas com manobras nas mais das vêzes audaciosas, nunca porém para distribuir as glórias com Prestes ou com quem quer que seja que aparecesse travestido nas roupagens de líder popular”

diz seu homem de confiança, Jurema, atribuindo-lhe um inconcebível egoísmo e, injustamente, falta de inteligência para conceber o plano absurdo de se fazer o líder único de um país continental. Mas a verdade é que manteve à distância “quem quer que seja que aparecesse travestido nas roupagens de líder popular”. A Arraes não auxiliou no Governo de Pernambuco, apesar de ser este um dos estados nordestinos que tanto requerem o amparo da União. E, segundo depoimento do general Justino Alves, determinou especialmente ao comandante do IV Exército que mantivesse vigilância sobre o governador populista o que Justino o fez. Chegou ao ponto de realizar, sem qualquer advertência prévia, a ocupação de Recife pelas forças sob seu comando, com grande pânico da população e do governo do Estado que não sabiam tratar-se de simples treinamento. E, aliás, não era mesmo, era uma severa advertência a Miguel Arraes e o ensaio da operação que, a 1.º de abril, culminou com a sua prisão e a deposição de Jango. O presidente encarregara Justino de vigiar Arraes, mas se esquecera de mandar alguém vigiar Justino.

Os demais companheiros de jornadas, homens “da legalidade” que tinham enfrentado a reação para dar-lhe a presidência, também sempre estiveram às rédeas curtas. Por isto mesmo diz Abelardo Jurema, com alguma razão, mas com uma indiscrição traiçoeira:

“A essa luta das esquerdas pelo controle do PTB o presidente João Goulart esteve presente em toda a sua vida política. A princípio de forma até inconsciente, disputando a liderança e lutando pela sua consolidação. Na presidência não fez outra coisa, lutando para não lhe fugir das mãos a liderança trabalhista” ... “Quando a Almino Afonso cresceram as asas, como Ministro do Trabalho, logo Gilberto Crockat de Sá foi despachado para controlá-lo e em seguida derrubá-lo” ... “Pelas mesmas razões nunca um Sérgio Magalhães teria força no Trabalhismo oficial. O Governador Miguel Arraes, na última convenção do PTB, em Pernambuco, desejou ingressar no PTB. Já era um candidato ostensivo, quase, à Presidência da República. Teve, Arraes, seu ingresso barrado pelo Presidente”. (Sexta-feira 13, página 235)

Não me agrada, sinceramente, este quadro egocêntrico que traça Jurema. Mas devo confessar que muitos episó-

dios afluem para sua tese. Na Bahia, por exemplo, Valdir Pires — cuja firmeza de princípios o presidente veio a sentir, mais tarde, até no amargo exílio — foi derrotado pelo reacionário Lomanto Júnior, adesista de primeira hora ao golpe de abril, com o concurso ostensivo de Goulart e do PTB. E como se “*em ver arrebatada, do seu comando, a liderança sindical e mesmo popular*” (*idem*). Manobrava, como já assinalamos, contra a nascente central sindical e inclusive contra o velho amigo, cunhado e líder da resistência a que deveu a sobrevivência política, Leonel Brizola.

No que tange a êste último o problema de Goulart devia ser sèriamente agravado pela velha afetividade fraterna que os ligava. Mesmo assim não poupou ao homem a quem o general Peri Beviláqua chamou “o Pelé da Legalidade”.

Suas divergências nasceram já na crise da renúncia quando Jango, chegando ao Brasil, encontrou-o em pé de guerra, pela resistência de Brizola ao golpe que pretendia negar-lhe a posse. Jango optou por uma fórmula conciliatória, de composição com o adversário, em tudo repugnante ao temperamento mais agressivo do cunhado e correligionário. E esta conciliação o levou a passos mais amplos no sentido da direita que os afastaram mais e mais .

Quando Brizola, por exemplo, estabeleceu violenta polémica contra os Diários Associados, atacado por seu diretor geral, deputado João Calmon, descobriu que esta poderosa empresa jornalística, que não lhe poupava insultos, estava fartamente financiada pelo Governo Goulart que só a *O Cruzeiro*, um dos órgãos que às dezenas compõem a cadeia, tinha fornecido, através do Banco do Brasil, um bilião e duzentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 1.200.000.000,00) em empréstimos sucessivos de que o estabelecimento oficial não cobrava nem os juros nem o principal. Isto indignou o fogo líder populista que, de acôrdo com o seu temperamento, partiu para a denúncia pública do escandaloso favoritismo. Apanhado em flagrante Jango se ressentiu profundamente. Ele, que diariamente era coberto de críticas pelo jornal *O Globo* mas que recebia, como *comensal do Palácio*

da Alvorada, seu proprietário Roberto Marinho; êle, que perdoara o papel decisivo que os Associados jogaram na crise que resultou na morte de Vargas e que diàriamente absorvia os insultos do jornal de Lacerda — revoltou-se contra a crítica dura, mas evidentemente respeitosa, que partiria de um amigo e parente.

“Certa vez — informa Abelardo Jurema, à página 72 de seu livro — chamado pelo Presidente, de Brasília, recebi recomendações expressas para fechar a rádio Mayrink Veiga se o deputado Leonel Brizola, como se anunciava, fôsse romper espetacularmente com o seu cunhado entre crítica contundente e pessoal” ... “Fui jantar na residência do Deputado Bocaitiva da Cunha de cuja mesa me levantei inúmeras vezes para atender telefonemas e para falar para a Mayrink Veiga, cujo diretor, jornalista Maia Neto, foi cientificado da minha decisão e dos meus apelos”.

Confirmo o depoimento de Jurema. E não sei a quem se deve a democrática omissão moderadora: porque Brizola falou ampla e livremente e a rádio não foi fechada.

Aliás diga-se de passagem, no exercício de seu poder de polícia, Jango era mais severo para com seus amigos do que para com os adversários. Nunca ameaçou a *Tribuna da Imprensa* que o insultava grosseiramente, que chamava de ladrões seus auxiliares, que tachou de “mentiroso” seu Ministro da Guerra, Jair Ribeiro. Financiou amplamente os Diários Associados e *O Globo*, instrumentos da derrubada de seu protetor, Getúlio Vargas e, afinal, agentes da sua própria derrocada. Tenho informações, não comprovadas, de que financiou, também, a maior cidadela do reacionarismo nacional, o *O Estado de São Paulo* que nunca lhe deu quartel. Mas Jurema nos revela que:

“ainda outra feita o presidente João Goulart voltou a determinar o fechamento da Rádio Mayrink Veiga em face de programas que julgava inconvenientes, com seu cunhado abrindo palestras que se seguiam de outras de parlamentares da Frente Nacionalista”.

Ou seja — mostrava-se intolerante para com a liberdade de palavra de *parlamentares* e precisamente de *par-*

lamentares da Frente Nacionalista que defenderam seu direito à Presidência de armas na mão...

Também este fechamento não chegou a ocorrer. Mas aceito a palavra do Ministro da Justiça porque se refere a um problema e a uma disposição que senti na própria carne: por fim a rádio Mayrink Veiga, que sempre lutou pela legalidade democrática e pelo mandato de Goulart, que caiu lutando contra sua deposição e contribuiu com três de seus jornalistas para a legião de exilados e outros vários para a dos presos políticos, foi executada pelo Governo, tendo seu transmissor penhorado por uma dívida de 6 milhões de cruzeiros, no momento em que aos Diários Associados — que participavam da propaganda golpista integrando a denominada *Cadeia da Democracia* — o mesmo Governo concedia o empréstimo de um bilhão e duzentos milhões. Foi um privilégio raro que mereceu a única voz populista da imprensa brasileira: foi também o único, entre dezenas e dezenas de devedores da Previdência Social, a merecer uma cobrança judicial...

Diante desta política de Goulart as esquerdas, que lutavam para superar seu divisionismo infantil, encontravam as maiores dificuldades para estruturar-se. De per se segmentadas pelas diferentes gamas de pensamento social que informavam seus muitos componentes, tinham suas lideranças abaladas, enfraquecidas ou mesmo destruídas.

Culpa de Jango, portanto, a aparente incapacidade das esquerdas para reagir contra o golpe totalitário? Sim. Mas não sua culpa exclusiva. As correntes populistas também se mostravam inseguras e cometiam erros que agravavam a situação e não permitiam que sua força política correspondesse à própria penetração nas grandes massas. Na extrema, o Partido Comunista, encantado com a amenidade do trato governamental, que contrastava com tantos anos de clandestinidade e violências policiais, amortecidas pela tese internacional da coexistência pacífica, reduzia a zero seu ímpeto revolucionário e assumia o comportamento de um partido convencional; no outro extremo os católicos, intoxicados pelo reencontro com a humilde mangedoura onde nasceu Jesus, assumiam um comportamento radical de partido extremista. A impaciência de Brizola, cujo tem-

peramento agressivo não suportava a diluição do comando peremptório da resistência popular de 61 pelos métodos conciliatórios de Jango, também trouxe sua contribuição ao desastre.

Note-se, entretanto, que muito pouco se perdeu quer com o radicalismo de um, quer com a hipermoderação de outros. O poder tradicional do latifúndio, o apêgo ao privilégio das classes dominantes, a cupidez do imperialismo, não distingue os comedidos dos extremados: confunde, na mesma execração, um João Goulart, capitalista, com um ferroviário Batista; um Luiz Carlos Prestes, comunista, com um Dom Carmelo Mota, Cardeal da Igreja Católica. E nas mãos dos mesmos carrascos sofre um líder do PC, como Marighella, um homem de Deus, como o Padre Lage; um governador esquerdista como Arraes, um governador udenista como Seixas Dória; uma antiimperialista como Brizola, um aliado do capital estrangeiro, como Juscelino; um analfabeto como Chicão ou um professor universitário como Ernani Fiori; um ateu como Gregório Bezerra ou um crente como Paulo de Tarso.

Não são as idéias de cada um que merecem a sentença — estas são até confundidas pela ignorância e a má-fé bem armadas, que se mostram incapazes e desinteressadas de distingui-las.

O denominador que lhes dá o pecado original — independentemente de suas idéias até antagônicas — e a preocupação para com o problema das multidões de párias. Sòmente a disposição de debatê-lo, e só com isto, ameaçam mortalmente a estrutura dominante. Tenham Cristo ou Marx por inspiração, qualquer doutrina honesta e incompatível com os grandes contrastes de nossa sociedade feudal; seja burguês ou operário, qualquer brasileiro consciente é um revoltado contra o regime colonial a que está submetida sua pátria.

As culpas de Jango, as culpas da esquerda, as culpas de cada um dos democratas brasileiros, contribuíram para o desastre de abril. Mas na verdade, mais do que uma derrota do povo foi uma vitória do antipovo, a cujo serviço está sempre o poder econômico e o poder militar.

No livre confronto das idéias só podem ganhar terreno as mais generosas, as mais progressistas, por isto a liberdade é condenada. E não só no Brasil — mas em todos os países pobres e espoliados da América Latina e do mundo.

Jango foi sentenciado porque não mostrou eficiência na repressão à liberdade, que levava aos sem-terra a noção de seus direitos, aos operários a inspiração para suas lutas, aos milhões de famintos mostrando a extensão de sua desgraça — muito embora em sua atitude se contivesse um chamado inteligente à burguesia brasileira para cimentar, através de concessões, o seu próprio domínio. Foi condenado também pelo capital estrangeiro embora lhe negasse apenas o secundário e lhe prestasse o inestimável serviço de ceder-lhe o essencial ao mesmo tempo em que apaziguava as massas.

E o povo foi condenado porque tomava consciência da opressão mascarada e, pouco a pouco, descobria sua própria força.

Os Perigos da Liberdade

SE OBSERVARMOS cuidadosamente o antes e o depois do golpe de 1.º de abril veremos que, de tôdas as posições de Jango, a quase irrestrita liberdade que seu governo garantia foi a que mais concorreu para sua excomunhão.

As reformas que preconizava, especialmente a agrária, eram de difícil digestão para as classes dirigentes e as mobilizaram contra seu Governo, mas não inspiraram decisivamente o movimento subversivo — tanto que êste as adotou e se proclama reformista. Sua orientação internacional não era incompatível com os interesses imperialistas, com quem buscou conciliar até limites danosos à soberania nacional. A corrupção realmente comprometia sua administração, mas não repugnava ao atual governo moralista tanto que agora mesmo o general Mena Barreto, homem que Castelo Branco colocou à frente dos inquêritos militares realizados em São Paulo, acaba de acusar ao próprio general-presidente (e seus companheiros conspiradores) de ter assumido compromissos “de honra” com a corrupção,

ao ser demitido de seu cargo precisamente no momento em que alcançava o Governador Ademar de Barros, moralista de 1.º de abril e corrupto de todos os tempos. E falando em nome do movimento moralista em que se integrou desde a gestação o sr. Júlio Mesquita, diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, que foi a alma do golpe e que ainda agora reclama uma ditadura sem máscara, deu a seguinte explicação ao general Mena Barreto:

“... não tínhamos dúvidas de que o futuro governo experimentalmente dificuldades para justificar a abertura de uma exceção que beneficiaria a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MAIS AFETADA PELO ESTADO GERAL DE CORRUPÇÃO EM QUE, DE 30 PARA CÁ, PASSOU A VIVER O PAÍS. Diante, porém, da certeza de que sem a almejada união não se poderia jamais enfrentar a ameaça mortal que pairava sobre a nação aqueles que haviam chamado a si — e entre eles nos incluímos na primeira hora — a tarefa de defender a democracia, não hesitaram. Foi aceita praticamente sem discussão a decisão que os acontecimentos estavam a impor (nota do autor: compromisso “de honra” de não investigar a desonra do Governo de São Paulo). DÊSTE PONTO DE VISTA PARTICIPARAM, POR EXEMPLO, OS GENERAIS CORDEIRO DE FARIAS, NÉLSON DE MELO, IVANHOÉ, AGOSTINHO CÔRTEZ, GORRETA E GRANDE NÚMERO DE OFICIAIS DE UNIDADES DO 2.º EXÉRCITO. Cabe apenas acrescentar que da importante decisão tomada participaram, mais tarde, AQUELES MESMOS CHEFES, COMO O MARECHAL CASTELO BRANCO E O GENERAL COSTA E SILVA que hoje se encontram à frente do Governo Revolucionário”.

Como se vê, também não era a corrupção o alvo do movimento. Tanto que, além de assumir compromisso de honra com ela o nôvo governo a ela igualmente se entregou, segundo a voz insuspeita de seus parceiros de conspiração. Assim temos, nos exemplares publicados entre 15 e 20 de agosto de 1964, a insuspeita *Tribuna da Imprensa* do Rio acusando o governo Castelo Branco de patrocinador de gigantesca negociata que abria aos apetites estrangeiros o mercado internacional do café; e o Governador Carlos Lacerda, com sua inconstatável autoridade no assunto, acusou francamente a mais importante figura do governo, o sr. Roberto Campos, Ministro do Planejamento, de reeditar “A NEGOCIATA DO SÉCULO” ao rejuvenescer a compra do acervo da *Bond and Share* que êle próprio patrocinara

como Embaixador de Goulart em Washington (*Tribuna da Imprensa*, Rio, 19 de agosto de 1964).

Ora — se as reformas não foram seu alvo, se a política independente não feria gravemente o imperialismo, se a corrupção era aceitável e até reeditável — qual foi o móvel da abrilada?

Terá sido aquela “ameaça mortal” de que nos fala Júlio Mesquita. Mas qual era esta ameaça?

É fácil concluir: o “exagerado” liberalismo do governo Goulart. Embora, às vezes a contra gôsto, Jango procurasse garantir tôdas as liberdades individuais e democráticas — por isto se fazia impossível revogar a política nacional independente que já derrubara Jânio: a opinião pública, mobilizada por Leonel Brizola, pelos socialistas, pelos católicos de vanguarda, pelos estudantes, pelos comunistas, pelos nacionalistas em geral, paralisava o governo quando mostrava tendência de ceder à pressão norte-americana. Jango, em largos limites, assegurava a liberdade de palavra e de reunião, por isto as multidões saíam às ruas e detinham a compra da *Bond and Share* com a qual seu governo já se tinha comprometido. Jango respeitava a liberdade de associação, por isto os sindicatos reuniam suas direções e formavam um CGT, coisa que agora não é mais possível, como se vê desta “nota oficial” do Diretor do Departamento Nacional do Trabalho que explica a proibição de uma assembléia de confederações de trabalhadores, em São Paulo:

“Tendo eu lido em vários jornais que as entidades de cúpula sindicais, como sejam, confederações e federações, estavam se reunindo para discutir a política econômica e salarial do governo, procurei inteirar-me do fato através da palavra de dois dirigentes sindicais e verifiquei que tais reuniões não eram objeto de cogitação das mesmas VISTO QUE NO SISTEMA LEGAL BRASILEIRO NÃO HÁ POSSIBILIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE UM ÓRGÃO ESPÚRIO COMO FOI O CASO DO C.G.T. (*Correio da Manhã*, Rio, 20.8.64)

Observe-se que não se trata de coibir uma ação comunista ou subversiva, mas simplesmente de vetar a reunião de entidades de trabalhadores, já controladas por interventores nomeados pelo governo, para discutir a política

econômica e SALARIAL, ou seja, os seus interêsses específicos.

Jango reservava aos homens da direita todos os cargos chaves de seu govêrno mas não empregava energia suficiente para evitar que Brizola, com uma simples exposição irradiada ou televisionada, derrubasse um ministro apanhado em falta. Ou que êle, com outros parlamentares da Frente Naconalista, contivessem o Estado de Sítio.

Jango pregava uma reforma agrária moderada mas assegurava a todos o direito de discutir o problema da terra, com o que as massas rurais e urbanas se capacitavam da extensão da própria miséria e identificavam suas causas.

Jango relutava em regulamentar a lei de remessa de lucros mas não coibia o debate que, afinal, o obrigava a assiná-la, vencendo o poderio das pressões de bastidores.

Jango não era comunista, mas não mobilizava contra os comunistas o terror policial que hoje cala tôdas as bocas.

E a prova de que o mal não estava em Jango, mas no regime que êle não queria ou não podia alterar, foi sendo dada paulatinamente pelos governadores direitistas: trataram de suprir a "falha" do presidente. O Governador Lacerda extremou-se na repressão às manifestações populares a tal ponto que o famoso comício de 13 de março, a que compareceram governadores, deputados federais e estaduais, líderes sindicais, 200.000 populares e o próprio presidente da República, teve de ser garantido pelas armas embaladas mobilizadas pelo ministro da Guerra (o crime do general Jair Dantas Ribeiro que lhe valeu a veemente condenação do artigo de Eugênio Gudin, já transcrito). Magalhães Pinto, em Minas Gerais, estimulou o acirramento dos ânimos e do fanatismo religioso a tal ponto que tornou impossível a realização, por deputados federais como Almino Afonso, Leonel Brizola, Neiva Moreira e outros, de um comício democrático de pregação reformista em Juiz de Fora. E a polícia estadual, teòricamente incumbida de garantir a ordem, foi a primeira a afirmar que tinha instruções para não dar garantias a ninguém. Com o que foi maltratada fisicamente a senhora Brizola ou seja, a própria irmã do Presidente da República. No Rio Grande

a polícia abriu caminho a cassetete para o visitante Carlos Lacerda e em São Paulo o governador Ademar de Barros, numa volta ao passado, entrou a enfrentar com a polícia as reivindicações salariais e, embora contra a vontade do Presidente, com o concurso das próprias forças da União comandadas pelo general Peri Beviláqua. Em Pernambuco o general Justino Alves ameaçava fisicamente o governador Arraes e o povo, com a tomada simulada de Recife. E no setor privado os jornais fechavam suas páginas aos deputados nacionalistas sendo que a Brizola, nem sequer vendiam espaço nas estações de rádio e televisão, reduzindo seus contatos com o público apenas à rádio Mayrink Veiga e ao semanário *Panfleto*, êstes mesmos já condenados pelo severo boicote comercial dos grandes anunciantes.

Na prática o liberalismo a que se atinha o govêrno, dentro da lei e das tradições democráticas, foi sendo anulado. E os últimos tempos o encontraram tão desfigurado que um ministro de Estado, como Paulo de Tarso não pôde pronunciar uma conferência em uma universidade paulista onde, sob a vista complacente da polícia por pouco livrou-se de um frasco de ácido que lhe jogaram ao rosto. E outro representante do Govêrno, João Pinheiro Neto, superintendente da Supra, teve imensa dificuldade para hospedar-se quando viajou a Pôrto Alegre pois os hotéis não se sentiam garantidos tendo-o como hóspede.

As franquias inerentes ao regime já estavam praticamente abolidas quando o golpe final foi assestado. Mas é de notar-se que — em que pese a reação de Goulart que, na derradeira fase, tentou voltar-se para o povo — não sofreu êle, ainda, uma condenação pessoal. Era mal-querido, sim, mas a excomunhão recaía sôbre o regime e não sôbre êle. Tanto que na madrugada de 31 de março, já desencadeado o movimento subversivo e já em marcha as forças do general Mourão Filho, o comandante do II Exêrcito lhe telefonava de São Paulo, conforme o registra tôda a imprensa da época e lhe garantia a normalização da situação desde que atendesse ao seu amistoso *ultimatum*: fechar o CCT e a União Nacional dos Estudantes e demitir

seus chefes da Casa Civil e de Imprensa, considerados os comunistas do govêrno.

Ou seja: Jango podia sobreviver — o regime é que não. E honra se faça, o presidente, tantas vêzes acusado de hesitante, preferiu cair.

AS FÔRÇAS DE 1.º DE ABRIL

As Fôrças Estrangeiras de 1.º de Abril

“**S**PEAK SOFTLY BUT CARRY A BIG STICK” era a frase-síntese do presidente Theodore Roosevelt que resumia tôda a política norte-americana em relação à América Latina. E o México e as nações centro-americanas, principalmente, sentiram na carne — e no território — o seu real significado.

Os tempos mudaram, mas a política do gigante do norte apenas se adaptou. Os *marines* não evidenciam, mais, a fórmula crua de Theodore Roosevelt mesmo porque sempre há um Castilhos Armas para invadir seu próprio país e derrotá-lo à frente de um exército mercenário, instruído e armado pelo Govêrno dos Estados Unidos, conforme Eisenhower confessou em seu livro e os fatos revelaram à opinião pública mundial.

Na prática, entretanto, os Estados Unidos continuaram sendo a matriz, a fábrica dos golpes de estado latino-americanos.

No plano teórico coube a Truman reformular a velha tese intervencionista. Fê-lo, pela primeira vez, num dis-

curso de pouca importância proferido na Universidade de Baylor, no Texas, a 6 de março de 1947.

“Nesse discurso o Presidente expôs claramente, pela primeira vez, os motivos econômicos e militares que se combinavam naquilo que se pode chamar de um esboço do novo imperialismo americano”.

assevera seu patricio o escritor Fred J. Cook (*O Estado Militarista*, página 113). Por insuspeitas continuemos usando as suas palavras isentas dos nossos recalques de subdesenvolvidos:

“O discurso ocupava-se de um assunto bastante monótono, a política econômica estrangeira, mas Truman fez algumas observações verdadeiramente surpreendentes. Apresentou o sistema americano de iniciativa privada como fazendo face à concorrência de economias estrangeiras geridas e controladas pelos governos de seus países. Esta descrição aplicava-se tanto ao despótico comunismo da Rússia como ao socialismo controlado da Grã-Bretanha. As pobres e isoladas empresas americanas, afirmou o Presidente, não pensando na evidência de que alguns desses gigantes multibilionários geravam um maior poder econômico do que muitos países inteiros do resto do mundo, não podiam competir com os preços estabelecidos pelos governos dessas economias estrangeiras. Essa não era “a maneira americana” nem o “caminho da paz”, disse o Presidente. Claro, o mundo teria de mudar. Truman concluiu seu discurso dizendo que TODO O MUNDO DEVERIA ADOTAR O SISTEMA AMERICANO e que O SISTEMA AMERICANO SÓ PODERIA SOBREVIVER NA AMÉRICA SE SE TORNASSE UM SISTEMA MUNDIAL”.

Começa a se tornar claro, com esta citação, o porque do empenho do governo norte-americano na luta contra a nossa Petrobrás, por exemplo, que enfrenta uma “pobre e isolada” *Standard Oil*; do porque da intervenção do Embaixador Gordon no caso Rio Grande do Sul *Bond and Share* e, posteriormente, na virtual declaração de guerra do Departamento de Estado a este governo do Estado meridional do Brasil. Explica, também, como foi possível a esta empresa e à IT&T a mobilização do próprio Congresso norte-americano para a votação instantânea de uma lei condicionadora da ajuda externa americana ao tratamento favorecido dispensado aos capitais americanos no exterior.

Explica, ainda, porque o Ministro do Planejamento do Governo Castelo Branco, sr. Roberto Campos, exigindo da Câmara dos Deputados a revogação da Lei de Remessa de Lucros, dissesse, em texto transmitido por Telex:

“a uma Câmara traumatizada e isolada, que se não fôsse aprovada a mensagem presidencial o Brasil não conseguiria o reescalonamento da dívida externa (Correio da Manhã, Rio, 16.7.64)

Mas deixemos os primeiros comentários para o mesmo Fred J. Cook:

Aqui, pôsto a descoberto, estava o âmago dos nossos receios e dos nossos problemas. A nossa preocupação ia apenas para o status quo do capitalismo americano e os guardiões dêsse status quo estavam obsecados pelo receio de que não pudéssemos manter na América sem o levar também para o estrangeiro. Teríamos, por conseguinte, de moldar o mundo à nossa imagem e semelhança, não tanto à imagem da democracia americana como à do capitalismo americano; e apoiando-nos nessa convicção esquecíamos as verdades elementares — que ainda não houve nação alguma que conseguisse realizar tal processo de moldagem e que as nações que o tentaram apenas provocaram tragédias”. (O Estado Militarista, idem)

Esta doutrina Truman ficou completa em seu posterior discurso ao Congresso quando asseverou que:

“A política dos Estados Unidos deveria ser dirigida para a defesa dos povos livres que estão resistindo a tentativas de submissão por parte de minorias armadas ou pressões exteriores”.

Passemos novamente a palavra a Fred J. Cook para comentar êste discurso presidencial de 12 de março de 1947:

“A decisão foi demasiado arrojada e, por via das circunstâncias, fomos forçados a atacar qualquer evolução ou mudança ocorrida no mundo. Não permitiremos, disse Truman, SUBTERFÚGIOS COMO SEJAM AS INFILTRAÇÕES POLÍTICAS; e como assim foi, tornou-se óbvio que nunca mais haveria uma mudança qualquer que não entrasse em conflito com a nossa doutrina. Os defensores do status quo, que Catton considerava estarem se afastando da democracia impondo a estagnação à nossa sociedade, haviam alcançado suas ambições. Os Es-

tados Unidos, claro, nasceram de uma revolução. Havíamos sido colônias dependentes que, revoltadas, eliminaram o governo estrangeiro. O mundo ainda estava cheio de colônias semelhantes, estava ainda cheio de milhões de oprimidos e essas colônias e milhões de pessoas começavam a alimentar o fermento da revolta, determinadas a se beneficiar das recomensas do século XX. Mas nossa atitude era, agora, de antagonismo para com as MINORIAS ARMADAS, contra as INFILTRAÇÕES POLÍTICAS e as mudanças. Gastamos milhões de dólares para armar um Batista, um Trujillo e outros ditadores corruptos com armas que eles voltariam contra seus povos só porque estes ditadores eram seguros, eram anticomunistas, e isso era a única medida de moralidade pública, a única coisa que contava”.

Em suma, os Estados Unidos, repetindo o êrro trágico da Santa Aliança, constituíram-se em polícia universal, em guardiões do passado, em inimigos de tôdas as mudanças, em garantidores de tôdas as contra-revoluções. Tôdas as questões, de então para cá havidas no mundo, repercutiram sôbre Washington como se ocorressem em Nova Jersey ou no Kansas: passou a ser americano um problema do Vietnan, ou do Laos, ou de Chipre, ou do Congo, ou da Coréia ou do Brasil. Especialmente quando êstes problemas envolviam interêsses financeiros que de leve ameaçassem qualquer emprêsa norte-americana porque, como muito bem disse o Secretário de Defesa da administração Eisenhower, Charles S. Wilson, diretor da *General Motors*, “o que é bom para a *General Motors*, é bom para o país”.

Esta política americana produziu praticamente todos os grandes conflitos do após guerra, inclusive a guerra-fria. Destruiu o governo popular da Guatemala que se atrevera a desapropriar as glebas da *United Fruit*, ocupante da maior parte do território guatemalteco. Lançou-se contra Fidel Castro já na sua primeira e moderada fase liberal — depois de ter inútilmente financiado Batista — quando viajou para os Estados Unidos em busca de apoio para a sua revolução, porque sua reforma agrária alcançava propriedades americanas (que Fidel se propunha indenizar com os empréstimos que obtivesse...). Teve visível presença no golpe que derribou Vargas, exatamente no mo-

mento em que denunciava a evasão de lucros pela burla à lei de Dutra, consolidava o monopólio estatal do petróleo e criava a Eletrobrás.

A consolidação de Cuba, entretanto, e o fracasso da invasão da Baía dos Porcos, confessadamente organizada pelo Governo dos Estados Unidos levaram Kennedy a uma reformulação da Doutrina Truman. Adotou uma atitude mais comedida estimulando as reformas nos países de economia semifeudal, como o nosso, como fórmula salvadora do próprio capitalismo local cujas contradições chegavam ao ponto explosivo e podiam apontar os rumos cubanos. E o seu representante Douglas Dillon, Secretário da Fazenda dos Estados Unidos, abriu a conferência de Punta del Este afirmando:

“Esta sim é uma tarefa revolucionária. Porém a revolução não é algo novo para nós. Desde as praias da América, há quase 200 anos, surgiu um chamamento em prol da liberdade que hoje em dia guia as nações em todos os tumultuosos continentes do mundo”.

Havia, realmente, um certo ambiente para a aplicação inteligente da fórmula Kennedy, a Aliança para o Progresso, mas é preciso notar que mesmo êsse presidente liberal não autorizava a concomitância da ruptura com o feudalismo e da luta contra o imperialismo. A finalidade da Aliança era dar assistência aos povos subdesenvolvidos, traduzida em saneamento, em educação, mas não em indústria ou desenvolvimento econômico: êste era o setor reservado ao capital privado, especialmente ao capital norte-americano, segundo deixou bem claro Douglas Dillon:

“Se a América Latina tomar as medidas internas necessárias poderá, logicamente, esperar que seus esforços sejam iguados por um fluxo de capitais”.

Era o veto oposto às transformações demasiadas a propósito do qual o velho *Manchester Guardian*, da Inglaterra observou:

“Estipulando que os povos da América Latina não estão autorizados a escolher o comunismo o Presidente Kennedy re-

forçou, com seu veto, êsse atrativo aos olhos de cada patriota e cada latino-americano que se respeita”.

“Os Estados Unidos devem transformar-se aos olhos do mundo em campeões de revoluções”, disse William Douglas, Juiz da Suprema Côrte, a 1.º de juho de 1959. Mas em 1964 Fred J. Cook já se apresenta menos animado:

“Nosso dilema é claro. Não encontramos qualquer meio de tornar viável a exportação da democracia. Limitamo-nos a pregar, em vez de demonstrarmos as nossas virtudes. Exportamos não a democracia, mas sim o capitalismo americano: e tudo o que o capitalismo americano procura no estrangeiro é a mão de obra barata e um govêrno que lhe seja agradável, geralmente um govêrno autoritário que lhe imponha os mais baixos impostos”.

“Até mesmo na vizinha América Latina não encontramos qualquer processo para melhorar a vida do povo; ENCONTRAMOS APENAS, DE MODO GERAL, FORMAS DE O EXPLORAR”. (*O Estado Militarista*, pág. 316)

Fred J. Cook, refletindo o amargor do verdadeiro e salutar liberalismo ianque considera que

“A Aliança para o Progresso, de Kennedy, está, agora, tentando — porém muito tarde — mudar tudo isto.”

E, em sua descrença, culpa “os proprietários de gigantescas fazendas” que “não se separam de boa vontade de seus acres”; os “milionários” que “não querem pensar em dividir seus milhões ou privilégios”. E conclui:

“Contudo nas vastas áreas da América Latina essa mudança é imperativa e dar-se-á pacificamente com a nossa ajuda ou então violentamente, sem ela”. (*Idem, idem*)

Infelizmente a Aliança para o Progresso armou, tão sòmente, uma falsa opção que Goulart aceitou e que se mostrou inviável: pretendia a ruptura com o feudalismo sem a contenção do imperialismo. Falsa porque, como muito bem observa Leo Hubermann:

“Os países desenvolvidos não arrancaram, simplesmente, deixando os países subdesenvolvidos na linha de partida. Os países desenvolvidos conquistaram e escravizaram o resto do

mundo, extraindo dêste uma grande parte dos meios necessários ao seu desenvolvimento, impondo novas formas de mutilação ao subdesenvolvimento e, acima de tudo, entrincheiraram no poder das metrópoles uma série de classes e grupos com interesses criados, os mais fortes imagináveis, na manutenção do status quo.” (Monthly Review, julho de 1964)

Quer dizer: estimular um país a lutar contra suas estruturas esclerosadoras mas exigir-lhe que proteja o imperialismo, seu aliado, é condená-lo ao fracasso.

A solução Kennedy não colocou sua tônica nos problemas de desenvolvimento, mas simplesmente em programas assistenciais. Limitou-se a oferecer ajuda para melhorar as condições sanitárias e habitacionais, as rêdes de esgotos e setores afins. Indústrias exploradoras e transformadoras dos recursos naturais, estas ficavam reservadas à iniciativa do capital privado, preferencialmente americano. A taxa de crescimento preconizada para a América Latina na Conferência de Punta del Este e passivamente aceita por tôdas as nossas repúblicas, exceto Cuba, foi de 2,5% ao que o representante Cubano, o famigerado Che Guevara observou:

“Que indica isto, senhores delegados? Que se cada um fôr pelo caminho que vai, quando tôda a América, que atualmente tem, aproximadamente uma renda per capita de 330 dólares e vê crescer sua renda líquida em 2,5 anualmente, lá pelo ano 1980 terá quinhentos dólares per capita”...

“A taxa de crescimento de 2,5% ao ano implica em condenar a América Latina a esperar quinhentos anos para alcançar o nível de hoje dos Estados Unidos”.

Isto quer dizer que a esperança que nos dá a Aliança para o Progresso para nós, latino-americanos, é a de chegarmos ao desenvolvimetno de hoje dos norte-americanos lá pelo ano 2.460, quando a pátria de Kennedy já estiver explorando suas colônias de Júpiter.

E caricaturando o empenho da Aliança na realização de planos assistenciais e sanitários Guevara assinalou com humor negro:

“... é de notar-se, senhores delegados, que o tema da industrialização não figura na análise dos senhores técnicos. Para os senhores técnicos planificar é planificar a latrina. O resto, quem sabe como se fará?” “Com a sua inteligência (dêstes técnicos) e a sua capacidade de trabalho e a nossa atividade revolucionária em dois anos Cuba seria o paraíso da latrina, ainda que não tivéssemos uma só das 250 fábricas que estamos começando a construir, ainda que não tivéssemos feito a reforma agrária.” *Revolução e contra-revolução no Brasil* — Franklin de Oliveira — págs. 87 e 88).

A morte de Kennedy êste programa incompleto já estava fracassado e seu próprio assassinato demonstrou que nem êste pouco é considerado aceitável pela classe dirigente norte-americana. E “*um político hábil como Johnson pode reconhecer um fracasso quando o vê, ainda que não compreenda suas causas*”, como diz Leo Hubermann. Um dos primeiros atos do nôvo presidente foi, pois, designar Thomas Mann para Assistente de Estado para Assuntos Inter-americanos, centralizando em suas mãos todos os assuntos concernentes à América Latina.

Neste exato momento a política reformista de Goulart ficou no ar, uma vez que os Estados Unidos demonstravam, à saciedade, que não queriam mais conciliar. E a 16 de março de 1964, 15 dias antes do golpe brasileiro, o sr. Thomas Mann pronunciou um discurso secreto perante os diplomatas americanos na América Latina em que bem esclarecia o futuro próximo:

“O govêrno já não tratará de impedir os golpes de estado direitistas e manterá uma linha política anticomunista. Nas condições atuais da América Latina TORNA-SE DIFÍCIL TRAÇAR UMA LINHA DIVISÓRIA ENTRE DEMOCRACIA E DITADURA. Por esta razão a luta contra o comunismo e a DEFESA DOS INVESTIMENTOS DO PAÍS constituem os objetivos principais da política dos Estados Unidos na América Latina.” (*New York Times*, 17.3.64)

Êste discurso constituiu apenas o sinal verde. Esta linha política já fôra discutida no *front* interno e vinha de longa elaboração. A ela já se referira o senador Wayne Morse, presidente do Sub-Comitê de Assuntos Latino-Americanos do Senado norte-americano, dizendo:

“Estes argumentos são a velha cantilena anticomunista muito bem conhecida de muitos congressistas norte-americanos.” (Congressional Record, 9.10.1963, pág. 18.159)

E já fôra desmascarada pelo Senador Gruening:

“Encontro dificuldade em compreender por que motivo esta grande nação, com toda a sua riqueza, poder, influência e prestígio não poderia fazer-se valer e impedir que um punhado de reles gangsters derrubem governos estabelecidos em virtude de eleições livres.” (Congressional Record, 1.10.1963, pág. 17.543)

Quase que instantâneamente após a posse de Thomas Mann o representante do Comitê Inter-americano para a Aliança para o Progresso, Teodoro Moscoso, renunciava a seu cargo.

“Seu afastamento representa o fim de uma era em que os Estados Unidos procuravam incentivar as reformas político-sociais na América Latina”,

afirmou o *New York Times* em sua edição de 6 de maio de 1964. E acrescentou, à guisa de explicação:

“... a administração Johnson tirou, praticamente, toda a ênfase da Aliança e de seu caráter político, favorecendo ao que a nova equipe denomina a aproximação pragmática. Este pragmatismo, que na opinião de vários observadores inclui uma atitude passiva por parte dos Estados Unidos para com as usurpações militares na América Latina, foi duramente criticado por certos líderes parlamentares, como o senador Hubert H. Humphrey, de Minnesota.” (New York Times, 5.5.64)

(Abro um parêntesis para observar o óbvio — que estou me atendo exclusivamente a depoimentos de senadores, comentaristas e jornais americanos, além das declarações do próprio sr. Thomas Mann que acredito serem todos, inclusive o último, inteiramente insuspeitos de qualquer tendência comunista ou “subversiva”...)

O sr. Thomas Mann tomou, imediatamente, medidas práticas para reforçar sua exposição e os seus conceitos de democracia e de ditadura. Ele mesmo relatou, perante uma subcomissão da Câmara de Representantes de seu país que

“OS ESTADOS UNIDOS DISTRIBUÍRAM ENTRE OS GOVERNADORES EFICIENTES DE CERTOS ESTADOS DO BRASIL A AJUDA QUE SERIA DESTINADA AO GOVÉRNO JOÃO GOULART, PENSANDO FINANCIAR, ASSIM, A DEMOCRACIA E QUE WASHINGTON NÃO DEU NENHUM DINHEIRO PARA A BALANÇA DE PAGAMENTOS OU PARA O ORÇAMENTO FEDERAL PORQUE ISTO PODERIA BENEFICIAR O GOVÉRNO CENTRAL.” (Despacho da *Associated Press* — *Correio da Manhã*, Rio, 19.6.64)

Lembram-se da grita das esquerdas quando os Estados Unidos começaram a financiar os governadores Lacerda, Ademar e Meneghetti? Alegavam que isto constituía uma intromissão indébita nos negócios internos brasileiros e, atendendo aos reclamos, o sr. João Goulart baixou um ato proibindo empréstimos negociados com o estrangeiro a não ser por intermédio da União. Tôda a imprensa conservadora naturalmetne defendeu a lisura do procedimento dos governadores citados. A mesma imprensa que infamava homens de bem, acusando-os de receber dinheiro estrangeiro, proveniente da China e de Cuba. Agora o povo brasileiro, que já tinha sentido ao vivo, nos choques com as polícias armadas e treinadas pelo ponto IV, o significado dêstes financiamentos, quando dos acontecimentos de 1.º de abril, fica informado, pelo próprio financiador, o sr. Thomas Mann que sua finalidade era esta mesma: fortalecer as áreas de conspiração, inclusive armá-las e treiná-las, e enfraquecer o govérno legal. Ou seja, uma clara intervenção nos nossos assuntos intestinos, provada e confessada, muito mais evidente e grave do que aquela pela qual o Brasil condenou Cuba na onu. Ou seja, o aliciamento de políticos brasileiros, mediante a mais negra modalidade de subôrno e corrupção, para a derrubada do govérno eleito pelo povo. Por que isto? Deixemos que o próprio sr. Thomas Mann o explique, que está se saindo muito bem:

“EM JANEIRO, QUANDO ASSUMI O CARGO, ATÉ MESMO ANTES, ESTÁVAMOS CONSCIENTES DE QUE O COMUNISMO ESTAVA CORROENDO O GOVÉRNO DO PRESIDENTE JOÃO GOULART DO BRASIL, DE UMA FORMA RÁPIDA E ANTES DE CHEGAR AO CARGO JÁ TÍNHAMOS UMA POLÍTICA DESTINADA A AJUDAR OS GOVERNADORES DE CERTOS ESTADOS.” (*Correio da Manhã*, Rio, 19.6.64 — despachos das agências internacionais)

Como se vê, o sr. Thomas Mann foi bem explícito. Explicou a origem do dinheiro que financiou a conspiração. Deu a origem da tese que pintou de vermelho o governo Goulart. Deu a ordem de ataque e foi obedecido. Inclusive, apesar deste eufemismo — “certos governadores eficientes” — indicou claramente quem recebeu seu dinheiro e quem cumpriu suas ordens.

O significado disto tudo, na nossa política interna, não iludiu a ninguém. As direitas e os setores das Forças Armadas que a apoiam, bem estimulados e financiados, entraram em campanha. É provável que Jango também tenha compreendido o que se passava porque precisamente a partir de Janeiro, quando Mann chegava ao cargo com sua nova política, pôs um aparente termo à sua longa tentativa de conciliação com as direitas: aproximou-se do CGT, suspendeu sua guerra-fria contra o órgão de cúpula sindical, traçou os planos para realizar sua reforma agrária por decreto (ainda que ao preço de castrá-la) e acertou, com a central sindical, uma série de comícios-monstros que deveriam começar, como começaram, com o dia 13 de março, para culminar no Dia do Trabalho, em São Paulo, onde pretendia reunir um milhão de operários em praça pública.

Cometeu, entretanto, o mesmo erro que seu mestre no momento extremo: repudiado pela direita buscou vincular-se apenas parcialmente às forças populares. Não as chamou para o governo; não hostilizou a conspiração que conhecia, uma vez que já ganhava as ruas; não denunciou a participação estrangeira no golpe que o ameaçava, argumento que, facilmente comprovável por um homem em sua posição, teria despertado o patriotismo de amplos setores das Forças Armadas; manteve os mesmos ministros de duvidosa lealdade e, o que é muito pior, os mesmos chefes militares já engajados na subversão — só no dia 31 de março, por exemplo, com as tropas em movimento, tentou substituir o general Castelo Branco da Chefia do Estado Maior; não perdeu as esperanças numa solução conciliatória que os fatos repugnavam: um de seus últimos atos na área militar foi a já citada promoção do general Geisel, famoso

pela ordem que deu para chacinar, em 61, os legalistas que ocupavam o Palácio Piratini.

Por outro lado reduziu a resistência a um mínimo de eficiência: a seu traçoeiro dispositivo militar e a platônicas demonstrações de prestígio popular. Não libertou Miguel Arraes da vigilância bélica do IV Exército; não consentiu no assalto ao Palácio da Guanabara onde Lacerda se entrincheirara e de onde comandava a tomada do Rio; não conclamou o povo à organização e à resistência nem favoreceu sua organização espontaneamente esboçada; não permitiu que as forças leais engajassem combate contra o II Exército que marchava contra o Rio porque à sua frente vinham os cadetes de Agulhas Negras (“Não se pode dizimar a juventude militar do Brasil”). Sua oposição à ação direta do povo foi a tal ponto que teve ocasião de receber, pessoalmente, poucas horas antes da derrocada final, o apêlo do Governo, através do Ministro da Justiça no sentido de omitir do noticiário da Rádio Mayrink Veiga os chamamentos à greve geral legalista: “*A greve só seria conveniente se estivéssemos perdendo, mas nós estamos ganhando. Assim sendo esta greve prejudica o governo*” — foi a enérgica explicação do ministro oferecida no momento mesmo em que as primeiras malas já deviam estar sendo fechadas no Palácio do Governo.

A repugnância que a violência inspira a seu temperamento deve ter tido papel saliente nesta série de ações e de omissões de Goulart. Sua formação, entretanto, também deve ter falado alto: em 1961 preferiu uma semiderrota negociada a uma vitória com o povo revoltado, conservando seus pontos de contato com a cúpula dirigente que o condenava; em 64, diante do mesmo dilema, optou pelo sacrifício que salvava as velhas estruturas, temeroso de que um triunfo popular as destruísse de um todo, sobrepondo-se ao seu contrôle e intenções.

Foi uma surpresa para Goulart a onda generalizada de violências que se seguiu à sua deposição. Estava certo de que só a êle cabia pagar as conseqüências do desastre — é o que nos diz o presidente deposto em seu manifesto de exilado, de 24 de agosto de 1964:

“Duas vêzes preferi o sacrificio pessoal de podêres constitucionais à guerra civil e a dar à Nação um banho de sangue. Imaginei, inicialmente, que à sanha dos poderosos bastava a violência sôbre o presidente deposto e espereti que a injustiça recaísse apenas sôbre mim”.

Posso imaginar-lhe o drama de consciência a cada notícia de prisões, torturas e mortes que lhe chega do Brasil.

As Fôrças Nacionais de 1.º de Abril

O REGIME LIBERAL de João Goulart já tinha produzido, para as direitas, resultados assustadores. Consolidara a política internacional independente, frustrando o golpe que derrubara Jânio Quadros: popularizara a condenação às estruturas arcaicas; dera uma nova motivação ao eleitorado que, em tácita unanimidade de 10 milhões de votos, com o plebiscito sentenciara a própria política tradicional.

Apesar da direita, e apesar do sr. João Goulart, vinham sendo firmadas decididas lideranças esquerdistas, capazes de arrastar multidões. Paulo de Tarso, no laicato católico; Almino Afonso, Sérgio Magalhães, Neiva Moreira e tantos outros, nas lides parlamentares; um trabalhista, Elói Dutra, já conseguira eleger-se vice-governador na Guanabara, na ilhargá de Lacerda e neste mesmo reduto ude-nista as fôrças populares vinham de derrotar a candidatura definida de Juraci Magalhães ao Senado Federal; a liderança sindical aperfeiçoava sua técnica de combate e con-

solidava seu comando geral; no setor de massas Brizola que trazia do sul vitórias sucessivas, a última, para governador, com meio milhão de votos, lograva eleger-se na Guanabara com 300.000 sufrágios fazendo-se o deputado mais votado da história da República.

As multidões estavam atentas à polêmica e fazendo sua politização na universidade dos comícios. Os estudantes, com a generosidade e a afoiteza próprias da idade, transformavam cada entidade de classe em um centro de lutas e doutrinação ao ponto de seu órgão central, a União Nacional dos Estudantes, já ter garantido lugar de destaque entre as forças de opinião pública. Nos campos os sem-terra se sentiam atraídos para a organização sindical e batiam às portas das grandes usinas para exigir o cumprimento da lei do salário mínimo, jamais atendido em muitas regiões. A fome de terra, aliada às novas esperanças, já tinham gerado a invasão de alguns latifúndios e marcado o caminho das reformas com as cruzes memoriais de algumas vítimas.

O Ministério da Educação, arrancado à sua inércia tradicional pelo dinamismo mção de Paulo de Tarso, concentrava forças para a realização imediata de um plano de alfabetização, baseado no método Paulo Freire, capaz de alfabetizar 5 milhões de adultos no prazo de dois anos, o que levaria às urnas, nas próximas eleições, mais 5 milhões de vítimas do "clube dos contemplados". Em São Paulo Jânio Quadros se apresentava candidato à Prefeitura da maior cidade brasileira e os prognósticos, que lhe eram francamente favoráveis, estavam a mostrar que reencetava sua interrompida carreira política. No plano federal a derrota de Lacerda se renunciava, e com ela a das direitas, frente ao populismo galvanizado, quer em favor de Juscelino Kubitschek quer, na hipótese mais grave, conduzido por um líder autêntico.

No Nordeste principalmente, e em todo o Brasil, a ação de prelados católicos como Dom Carmelo, Dom Hélder, Dom Távora e inúmeros sacerdotes mostrava a tomada de consciência da própria Igreja.

Nas forças armadas os subalternos começavam a descobrir sua cidadania: os sargentos a reclamar contra a lei humilhante que os privava dos direitos políticos, impedin-

do-os de ser candidatos a postos eletivos; na Marinha, os marinheiros reesboçando uma *revolta da chibata*, em têmos ingênuos mas firmes, contra regulamentos anacrônicos que regulavam sua vida privada até o ponto de lhes proibir o casamento e contra a indigna paga, que se resumia a um décimo do percebido por um operário a título de salário mínimo.

Era preciso, indiscutivelmente, mudar o rumo suicida dos acontecimentos e afastar a “ameaça mortal” que pairava sôbre o regime: as massas brasileiras davam claros indícios de que não mais se contentavam com um arre-mêdo de democracia!

Do dia em que assumiu o poder, na crise de 61, a cons-piração acompanhou os passos de Goulart, segundo declarações públicas do general Mourão Filho e a carta do sr. Júlio Mesquita, representando tão sômente o ressentimento dos militares derrotados no episódio da renúncia.

Otávio Pereira da Costa, apologista do golpe de 1.º de abril, registra textualmente:

“De acôrdo com os depoimentos de alguns expoentes revolucionários o movimento teria sido iniciado NO DIA DA POSSE DO EX-PRESIDENTE” (Jornal do Brasil, Rio, 21.6.64)

e, melancolicamente, repele a interpretação dos próprios chefes da abrilada:

“Tal interpretação longe de exaltar o feito e os heróis amesquinha a revolução, reduzindo-a à proporção de simples revanche, quartelada ou golpe de Estado”. (idem, idem)

Como se vê, o analista é lúcido em sua cegueira. Entretanto cabe a êle próprio encontrar a explicação que o perturba, embora sem compreendê-la:

“Alguns líderes civis e militares afirmaram que as primeiras articulações insurrecionais foram feitas imediatamente após a posse do presidente deposto. TEMOS PLENA CONVICÇÃO DE QUE SE NÃO TIVESSE SIDO ACELERADO O PROCESSO COMUNIZANTE COM A PASSAGEM À AÇÃO ESTAS ARTICULAÇÕES PODERIAM TRANSFORMAR-SE EM INICIATIVAS DESTINADAS AO FRACASSO COMO EM JACARÉ-A-CANGA...” (idem)

Tem razão. Mas esta conspiração militar, com raízes no udenismo recalçado e na frustração dos golpistas de 61, ofereceu à subversão de abril o seu substrato físico. Era mesquinha, revanchista, sem grandeza e condenava o Presidente da República antes mesmo de conhecer-lhe os propósitos. Mas era armada e, com isto, proporcionava arcabouço à futura conspirata. O resto, que lhe completou a estrutura, veio com o despertar das massas.

Apavorados com o movimento reformista, que reivindicava a liberação de seus antigos servos e tocava, embora de leve, na organização feudal, os fazendeiros, os coronéis, entraram em franca e progressiva revolta que culminou no reconhecimento público de que cada fazenda do Brasil estava transformada num arsenal clandestino.

A Igreja tradicional e as cúpulas dominantes, assustaram-se com a ação social dos padres e bispos de vanguarda; e a utilização política do ideário das encíclicas, feita por sacerdotes e próceres católicos, pareceu-lhes hereticamente assemelhada ao linguajar comunista. Não se deram conta de que só existe em comum, entre a pregação católica e a marxista, a miséria que ambos se propõem combater.

As classes dirigentes se apavoraram com a crescente participação das massas no diálogo político e, principalmente, com os resultados eleitorais que, de pleito a pleito, lhes ameaçava os alicerces.

O imperialismo e a burguesia nacional ligada ao capital estrangeiro exacerbaram-se contra a nova tendência legislativa que, forçosamente, tinha de desenvolver-se no sentido de restringir os costumeiros e agradáveis lucros de 1.000% ao ano.

O resto se foi encadeando: os coronéis fazendeiros pressionaram seus partidos, especialmente o PSD que, embora estando no govêrno, não poderia sobreviver sem o seu apoio; a alta burguesia empurrou a grande imprensa; os conspiradores militares se aproximaram dos colegas de farda que viam, nas reivindicações dos subalternos, indícios de indisciplina; a Igreja tradicional, fiel a seu passado, condenou os católicos de vanguarda a afirmar que a terra não se move.

Os governadores opositores, experimentados no cotidiano da política interesseira e velhos profissionais do anticomunismo, foram atraídos pelos “auxiliares” do sr. Thomas Mann e impulsionaram seus porta-vozes no Parlamento e Assembléias; Bilac Pinto, presidente da UDN, deu então um passo decisivo: armando uma verdadeira chantagem contra os operários, acusou os sindicatos da orla marítima do armazenamento de armas, dizendo, baseado em obscuros “assessores militares”, que estava em curso uma “guerra revolucionária no Brasil”. A acusação parece grosseira e o é — tanto que nenhuma arma foi encontrada, pelos rebeldes vitoriosos, nos milhares de sindicatos que vasculharam — mas assustando a classe média e dando clima ao levantamento do fanatismo religioso, completou o trabalho de preparação do golpe.

Neste ínterim o Congresso conservador estava em franca luta com o Executivo e êste apelava para as massas, tentando pressioná-lo. E a intranqüilidade dos sargentos e marinheiros explodia em atos sem objetividade, mas de caráter francamente indisciplinado, que apavoravam a oficialidade jovem das Fôrças Armadas.

Foi neste clima que caiu a palavra de ordem do sr. Thomas Mann, preconizando uma linha dura para com a América Latina. E, na véspera do golpe, os observadores mais avisados foram dêle cientificados porquanto o jornal *Los Angeles Times*, comentando a situação brasileira, sugeriu que poderia ser resolvida por um bom e velho golpe à moda latino-americana...

A Responsabilidade das Fôrças Armadas

O PAPEL DAS FÔRÇAS ARMADAS BRASILEIRAS, “modesto” em comparação “com as dos países de fala espanhola”, “não consiste, em geral, em dirigir diretamente o país, mas em decidir a quem permitem governar”, afirma Leo Hubermann (*Monthly Review*, ano 1, n.º 11). E o apologista brasileiro dêste clássico desempenho das nossas organizações militares, Mário O’Reilly escreve com muita candura:

“Se é verdade que a democracia é o regime que assegura para o homem uma evolução, dentro dos ideais mais puros de liberdade, igualdade e fraternidade, é também uma verdade que, ENQUANTO O POVO NÃO TIVER ATINGIDO UMA SÓLIDA POSIÇÃO POLÍTICO-SOCIAL, ELA NÃO PODE IMPEDIR QUE ÊSTE POVO SEJA PRÊSA FÁCIL NAS MÃOS DE HOMENS GANANCIOSOS DE PODER E RIQUEZA”. (*Jornal do Brasil*, Rio, 21.6.64)

Quer dizer, “enquanto o povo não tiver atingido a uma sólida posição político-social” as Fôrças Armadas se verão obrigadas a exercer uma tutela patriótica sôbre seus des-

tinis. Sempre que o povo incidir em êrro ou estiver em risco de ser enganado por

“... homens sem o menor resquício de bondade e amor, ao contrário, por vêzes até manipuladores da corrupção e comprometidos com ideologias estranhas e inadequadas, pertencentes a povos de outras raças e cultura.” (idem, idem).”

as Fôrças Armadas intervirão, a contragosto, para corrigi-lo.

Foi o que se deu agora.

As Fôrças Armadas se levantaram em armas contra o Presidente da República e seu chefe supremo, que era Goulart. Em nome da lei, portanto, rasgaram a lei. Em seguida trataram de “salvar o Congresso”, ou seja:

“Para isto porém o Comando Revolucionário desejava que o próprio Congresso eliminasse de seu seio aqueles que não poderiam representá-lo.” (Discurso do general Costa e Silva, Correio da Manhã, Rio, 7.5.64)

A frase é clara: as Fôrças Armadas queriam corrigir o êrro cometido pelo povo imaturo, que elegera muitas dezenas de deputados e senadores escolhendo-os entre aqueles “homens sem o menor resquício de bondade e amor”.

“Infelizmente essa luta teve um desfecho que não é do nosso agrado.” (idem, idem)

continua o general Costa e Silva. Quer dizer: o Congresso não encontrou, em si mesmo, fôrças suficientes para humilhar-se até o auto-expurgo.

“Daí surgiu o Ato Institucional, que queríamos partido do Congresso mas que, infelizmente, não pôde ser feito nestas condições...” (idem, idem)

é ainda o general Costa e Silva quem está depondo (e seu depoimento deve ser tido na mais alta conta dada sua posição de absoluta predominância sôbre todos os companheiros de triunfo, sem exclusão do general-presidente Castelo Branco).

“... porque o Congresso, POR FALTA DE NÚMERO PARA VOTAÇÃO, não se podia responsabilizar por essa legitimação do Congresso.” (idem, idem)

Como se vê, o Comando Revolucionário, dado o golpe, queria que o congresso assumisse a responsabilidade histórica de suas conseqüências. Já tinha conseguido que o presidente do Senado pusesse sôbre os ombros a do primeiro passo, quando declarou ausente do país o sr. João Goulart no momento em que êste, em pleno Rio Grande do Sul, decidia-se pela resistência ou pelo exílio; agora queriam que o expurgo do Congresso, por sua exigência clara, fôsse por êste efetivado, com a eliminação dos homens maus que o povo enganado tinha eleito. O Congresso não pôde fazê-lo porque não teve número, nos explica o bravo general, deixando claro que mesmo com a fôrça das armas os rebeldes não conseguiram a submissão de um *quorum* suficiente de congressistas. Então, como se resolveu o impasse? de uma maneira bem simples: “nós o legitimamos” (ao Congresso) diz o general. Quer dizer o voto popular, que constituíra o Congresso e, juntamente com a Constituição, o legitimava, foi considerado nulo ou insuficiente para a legitimação, e assim as armas vitoriosas o fizeram, praticamente *elegendo-o de novo*, sem o concurso do eleitorado. E que o general Costa e Silva assim o entende é êle mesmo quem o diz, em prosseguimento:

“Essa foi, aliás, uma decorrência natural daquela luta de sete dias. Procuramos, assim, de todos os modos, conservar a integridade do Congresso. Chamamo-lo, mesmo o Congresso da Revolução”. (idem, idem)

O processo de tutela está assim escrito em tôdas as suas etapas. Os milhões de votos populares que elegeram o Presidente foram anulados, bem assim os outros milhões que povoaram o Congresso, e as armas legitimaram a presidência, destinando-lhe um de seus generais, e o Congresso, aproveitando, neste caso, os “homens com resquício de bondade e amor” que nêle encontraram.

Estranha distorção de raciocínio, esta, que se encontra seguidamente nos brasileiros de farda. Em nenhum momento se lhes ocorre a idéia de que recebem armas e paga

para servir a nação e não para servir-se dela. Fazem-no em nome do seu patriotismo, que se sobrepõe ao patriotismo dos milhões de patrícios; e em nome de sua madureza política, que se sobreleva à madureza do povo inteiro. E destroem a democracia proclamando sua intenção de salvá-la!

Eu não duvido, aliás, do patriotismo dos nossos velhos soldados embora muitos o façam. Tenho mesmo desconfiança de que o senador norte-americano Grunding, quando os insulta dizendo-os "*um punhado de reles gangsters que derrubam governos constitucionais estabelecidos em virtude de eleições livres*" pode muito bem estar traduzindo o pensamento secreto do sr. Thomas Mann, numa reprodução histórica do conceito que tinham os césores dos bárbaros mercenários que guardavam as fronteiras do império. Sou, sinceramente, mais generoso: creio que as condições político-sociais da América Latina deram ao povo mais madureza do que aos seus soldados, porque o povo apreende a sua lição nas dificuldades diuturnas enquanto seus militares, organizados em casta de acôrdo com modelos divorciados da realidade nacional, estão distantes das próprias fontes do pensamento coletivo. A formação cultural dos nossos guerreiros é sabidamente deficiente — passam a vida estudando uma ciência bélica que jamais aplicarão e faltos de tempo para as básicas disciplinas humanísticas. Isto lhes perturba a faculdade de discernimento no que diz com o cotidiano. Tanto que, na minha opinião, honestamente, impõem ditaduras para a defesa das franquias democráticas, praticam a subversão em nome da ordem, rasgam as leis inspirados na legalidade — na aplicação prática daquele princípio agora tão bem enunciado por Goulart segundo o qual o extremismo é lícito quando aplicado em favor da liberdade... Combatem, indignadamente, "*ideologias estranhas e inadequadas, pertencentes a povos de outras raças e cultura*" sem se darem conta de que a nossa religião nasceu na Mesopotâmia, no seio do povo judeu; que nosso Deus, Jeová, é israelita como semita e galileu é seu Filho Jesus; que o nosso alicerce filosófico é grego; que o nosso direito é fundamentalmente romano e a nossa legislação ordinária inspirada no gálico Código de Napo-

leão; que a nossa estrutura militar foi francesa e agora é norte-americana; que os direitos do homem, que embasam todo o nosso sistema de vida, são legados das revoluções Americana e Francesa; que a nossa cultura é européia, nossa língua é latina, nossos avós portugueses e que nós mesmos somos estranhos à terra que nos serviu de berço uma vez que, para os mais autênticos brasileiros, os tupis-guaranis, pertencemos a “povos de outras raças e cultura”.

Interessante é que, no momento mesmo em que distinguem, tão arduamente, entre o que é nosso e o que é estrangeiro, aceitam o *american way of life*, a orientação e o dinheiro dos Estados Unidos como se partissem das mais puras fontes nativas.

Pergunte-se a qualquer dos nossos generais o que é o comunismo e ele responderá qualquer chavão absurdo: desconhece inteiramente o inimigo a cujo combate se votou. Identifica-o apenas com o demônio, vaga e imprecisamente, e sai a combatê-lo sempre que sente cheiro de enxofre — razão porque, neste instante, a Cartilha dos Bispos do Nordeste está condenada como anticristã; padres encarcerados como ateus; professores das universidades católicas desempregados por subversivos. E o próprio Cristo, em outra ressurreição, teria de tomar cuidados pois ao dizer que “mais fácil é um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no reino dos Céus” realizou a funesta descoberta dos pobres, identificando-se, perigosamente, com doutrinas subversivas do ateísmo.

O já citado entusiasta da ação dos militares em nossa história Otávio Pereira da Costa, explica esta estranha unidade na distorção:

“... a unidade de pensamento democrático das Forças Armadas resulta da longa e lenta pregação doutrinária que, emanando da Escola Superior de Guerra, se triparte na orientação das escolas de Comando e Estado Maior das forças singulares e se ramifica pelas escolas, bases arsenais, estabelecimentos e quartéis.” (*Jornal do Brasil*, Rio, 21.6.64)

Quer dizer que a obliteração do raciocínio e da visão dos homens de farda resulta da ação de um sistema educacional cuidadosamente planejado.

Insisto em afirmar que creio no patriotismo dos nossos militares, embora reconheça a extrema dificuldade de conciliar esta confiança com uma atuação política tão intimamente ligada aos desejos e interesses de grupos econômicos e de potência estrangeira que nem sequer se acoberta. E especialmente com o uso confessado que o *State Department* faz dos nossos militares.

Como conciliar patriotismo com os acordos atômicos efetivados num governo diretamente derivado de um golpe militar (Café Filho) e patrocinados por um general, como Juarez Távora, que jamais perdeu a confiança dos seus colegas, tanto que hoje é, novamente, Ministro de Estado?

Como conciliar patriotismo com a destruição da lei de remessa de lucros, com a negociação da *Bond and Share*, com o levantamento aerofotogramétrico do Brasil por estrangeiros — tudo isto consubstanciando uma cobertura militar a interesses espoliadores de “povos de outras raças e cultura”?

Ao tempo em que os ingleses dominavam, com mão de ferro, a economia brasileira o Marechal Floriano Peixoto celebrou-se ao repelir uma tentativa de proteger, com tropas, seus interesses ameaçados por nossas agitações. Respondeu que receberia a bala as tropas estrangeiras. Mas os tempos mudaram.

Vejam este humilhante comentário de um jornal norte-americano:

“Esta semana a embaixada americana no Rio insinuou aos altos escalões militares a oportunidade de adiar as eleições a fim de obter mais tempo para consolidar os resultados da revolução”. “QUANTO ÀS REPERCUSSÕES IMEDIATAS NO CAMPO DOS INVESTIMENTOS A VERDADE É QUE NENHUM REGIME NO BRASIL, SUJEITO A ELEIÇÕES, PODERIA PERMITIR A ASSINATURA DE UM TRATADO DE GARANTIA DOS INVESTIMENTOS, O QUE UMA DITADURA MILITAR PODERIA CHEGAR A FAZER” (*Hanson's Latin American Letters*, número 1.000, de 16.5.64)

As eleições já foram adiadas. E os investimentos vão de vento em pôpa, pois todos os que lhes combatiam os

excessos estão nas prisões ou no exílio — ou prestes a tomar êste rumo.

Pode-se chegar a pensar que a cúpula militar dominante, extremando seu anticomunismo, chega a identificar os interesses norte-americanos com os nossos, sem observar que a recíproca não é verdadeira. Mas outros episódios e ocorrências menores reacendem as dúvidas: sendo a deflação a tônica dêste govêrno militarista do general Castelo Branco, que se empenha para a contenção de salários, apesar do encarecimento geral das utilidades, como explicar-se que um dos seus primeiros atos tenha sido o que favorece os militares com um substancial aumento? Um jovem tenente ganha hoje tanto quanto um professor universitário em fim de carreira, mas a êste como aos demais funcionários civis e trabalhadores em geral, não se faculta sequer o direito a movimentos reivindicatórios!

Aliás a luta anti-inflacionária do govêrno militar brasileiro, já desmoralizada pelo acentuado e gravoso entreguismo, apresenta outra incongruência impossível de negar-se: a maior parte do *deficit* nacional deriva, precisamente, do gasto com as Fôrças Armadas que consomem mais de 50% de todo o orçamento nacional. Sem inimigos externos, sem guerras à vista, possuidor de um exército relativamente pequeno e poupado à sua cruenta função principal, o Brasil conta com cêrca de 4.000 generais que, em média, consomem aproximadamente 40 bilhões de cruzeiros por ano!

Os analistas de esquerda extraem, de tudo isto, a sentença de morte das fôrças armadas tradicionais, fórmula aplicada com tanto êxito pela revolução cubana. Mas eu creio que coube a um colombiano, o ex-dirigente do Partido Liberal Colombiano, Eduardo Santos, com uma tese impressionante formulada em 1955, esclarecer não o papel desejado pelo patriotismo de nossos soldados, mas aquêles que têm sido levados a desempenhar:

“Contra quem nos estamos armando, nós os latino-americanos? Por que razões nossos países se estão arruinando comprando armas que nunca utilizarão? Acaso pensamos desempenhar um papel militar nos grandes conflitos internacionais do mundo? Nesta era da bomba atômica, com êstes armamen-

tos de custo fabuloso, baseados em sistemas técnicos montados sobre milhares de milhões, para que se estão esgotando nossos países na compra de armas que, nas circunstâncias de um conflito internacional nada significam?"

"O que estamos fazendo é construir exércitos, sem pêso para um conflito em escala internacional, que se constituem em verdugos da vida interna de cada país. Todos os países estão sendo ocupados por seus próprios exércitos! (Citado por Edwin Leuwen em *Arms and Politics Latin America*, pág. 237-238)

Terrível conclusão que os fatos comprovam!

Ainda agora, a 14 de abril de 1964, o *New York Times* publicou um despacho da *Associated Press International* nos seguintes têrmos:

"O comandante geral do Panamá, general Andrew P. O'Meara manifestou hoje no Congresso que ERA NECESSÁRIO MAIS DINHEIRO PARA AJUDA EXTERIOR A FIM DE FORTALECER AS FÔRÇAS MILITARES LATINO-AMERICANAS.

É fácil de entender a motivação comercial desta política: as fábricas americanas de armamento trabalham e os Estados Unidos descartam o material obsoleto, que doutra forma teria de ser destruído. Mas haverá ainda um motivo mais profundo? Continuemos ouvindo o general O'Meara:

"Todos os países da América Latina necessitam o permanente aperfeiçoamento de sua preparação pessoal e de equipamento PARA CORRESPONDER ÀS AMEAÇAS DE ALTERAÇÃO DE SUA SEGURANÇA INTERNA". (*New York Times*, 15.464)

Então é verdade: a guerra prevista pelos exércitos latinos é contra seus próprios povos: Armam-se e adestram-se para combater quem quer que "ameace a segurança interna", ou seja, os grupos nacionais que pregam a evolução e as reformas das velhas estruturas. E executam esta tarefa financiados e treinados pelo estrangeiro, lutando contra os anseios de seus povos sob a inspiração nítida da Doutrina Truman, concebida especialmente para defender os interesses do capitalismo norte-americano!

Neste momento, infelizmente, coube às Fôças Armadas brasileiras reduzir seu país à condição de Nação ocupa-

da. Violentaram suas instituições legais e submeteram o povo a um regime de terror copiado das mais negras ditaduras. As prisões estão repletas de homens acusados apenas do crime de pensar livremente. Os mais abalizados depoimentos denunciam práticas de um terrorismo tão abjeto que compromete, definitivamente, a dignidade de nossas Forças Armadas. “*A revolução se deforma no terror*”, afirma indignadamente Tristão de Ataíde, pseudônimo literário de Alceu de Amoroso Lima, o maior pensador católico do país (*Correio da Manhã*, Rio, 2-7-64). “*Oficiais do Exército cometeram atentados à pessoa humana, maltrataram prisioneiros e tiveram atitudes pouco cavalheirescas*”, protesta Hermano Alves. “*Cassaram o mandato de um deputado (Paulo Mincarone) que provou a bandalheira da aquisição do nosso porta-aviões*”, acusa Carlos Heitor Cony (*Correio da Manhã*, Rio, 14-6-64). “*Libertem meu pai da deplorável condição física. Maltratam-no menos para que ele possa readquirir a saúde mental*”, chora a valente filha do Almirante Cândido Aragão (*Correio da Manhã*, Rio, 2-6-64). E Márcio Alves inicia uma campanha corajosa, que partida do *Correio da Manhã* já contamina tôda a imprensa do Brasil, dando guarida às denúncias de prisioneiros seviciados, violentados, humilhados por oficiais das Forças Armadas e policiais que entendem ser bravura o massacre de seres humanos indefesos. Homens e mulheres, sacerdotes e intelectuais, professores e estudantes, políticos e operários estão nos quartéis, privados de todo o direito de defesa; submetidos a torturas infames que já resultaram na morte e na inutilização de muitos. Em público o comunista Carlos Marighela foi alvejado no peito depois de subjugado pela polícia. E o deputado Gregório Bezerra, com a cabeça sangrando das pancadas, atravessou ruas de Pernambuco amarrado pelo pescoço ao veículo dos torturadores. Tôda a liderança camponesa do nordeste desapareceu, a maior parte dela assassinada. As mãos de brasileiros, na maior parte das vezes oficiais de nossas Forças Armadas, se tingem com o sangue de brasileiros feridos e mortos não em combates, mas nas câmaras de torturas dos quartéis policiais e militares!

Como se portariam, em idênticas circunstâncias, os oficiais de um Exército inimigo que tivesse derrotado e ocupado o Brasil?

O Brasil, ocupado pelo seu próprio Exército, perdeu sua independência. E não é a esquerda que o afirma — é o direitista *TIMES* de Londres:

“... embora o presidente Castelo Branco tenha prometido manter uma política exterior independente, rompeu com Cuba, o que constituiu um êxito da política norte-americana e também UM GOLPE DESCONCERTANTE PARA O ORGULHO NACIONAL BRASILEIRO, pois a idéia de que uma ilha do Caribe possa ameaçar a integridade do colosso de 72 milhões de habitantes do sul leva alguns brasileiros a ridicularizá-la”. (Despacho da *United Press International, Correio da Manhã, 2.6.64*)

457 inquéritos realizados diretamente por militares, visando provar a corrupção e a subversão comunista, até agora não conseguiram produzir uma única prova convincente (artigo de Márcio Moreira Alves, *Correio da Manhã, Rio, 13-7-64*). Tôdas as entidades estudantis foram fechadas e dezenas de estudantes expulsos das universidades, condenados, assim, à pena perpétua da incultura, pois aluno expulso por um estabelecimento de ensino não consegue matrícula em qualquer outro. A vida universitária foi comprometida com o violento expurgo de professores que atingiu precisamente a maioria dos melhores mestres, aqueles ciosos de sua função formadora de caracteres. Líderes sindicais foram presos, muitos eliminados e o govêrno decretou a intervenção em 4 confederações trabalhadoras e em 409 sindicatos, segundo a palavra do próprio atual Ministro do Trabalho, divulgada por uma cadeia de rádio e televisão a 14 de julho de 1964. *“Em vários Estados, como São Paulo e Minas, não apenas prelados, mas sacerdotes e fiéis têm sofrido os maiores vexames na base de suspeitas e vinganças sectárias (Tristão de Ataíde).”* Isso tudo sem falar no terrorismo pelo terrorismo, nos assassinios, espancamentos e nas torturas físicas.” (Edmundo Moniz, *Correio da Manhã, 2-6-64*).

Centenas de oficiais, sargentos e praças, foram expulsos das fileiras das Fôrças Armadas por crimes não jul-

gados, não provados e nem sequer imputados. Crimes de pensamento não sujeitos à exame judicial porque, conforme sentenciou o general Geisel, Chefe da Casa Militar do general-presidente Castelo Branco, despachando requerimento do deputado Clay de Araújo, “os atos resultantes da aplicação do Artigo 10 do Ato Institucional são insuscetíveis de apreciação judicial.” (*Correio da Manhã*, Rio, 2-6-64).

Tudo em nome da “*democracia cristã*”.

Ninguém mais se ilude: o próprio *Los Angeles Times*, vidente que anunciou êste golpe com 24 horas de antecedência, registrou a 12 de julho de 1964.”

“A revolução brasileira, como muitas outras que a precederam, se voltou agora contra si mesma ao abraçar, seus chefes, os mesmos métodos totalitários que anteriormente, com tanto vigor, haviam prometido combater”.

Os Dividendos de Thomas Mann

CABE AQUI perguntar-se, ao melhor estilo de literatura policial: a quem aproveitou o crime?

Ao povo brasileiro? Não. O alegre povo brasileiro está sob o império do terror. Inúmeras famílias estão de luto. O ódio medra em corações que nunca o conheceram, corações que pulsam pelos milhares de vítimas das torturas. Não há um só cidadão que não tenha a lamentar um parente, um amigo ou um conhecido prêso entre as dezenas de milhares que já o foram. Quem não sofreu a invasão de sua casa, na gigantesca caçada às bruxas, já assistiu à violação do lar de seu vizinho. A ninguém assiste a segurança sob um regime em que a posse de um livro, dantes singelamente comprado em qualquer banca de jornais, constitui crime. Não há direitos adquiridos: oficiais com dezenas de anos de caserna foram expulsos das fileiras, civis com uma existência votada ao serviço perderam seus empregos, heróis mutilados da II Grande Guerra perderam

condecorações e soldos, velhos jubilados tiveram suas aposentadorias anuladas.

As Fôrças Armadas? Não. Só a uma pequena porção que eventualmente as domina e que, fazendo-as de instrumento, empolgaram o poder. Tanto que a violência lavra nos quartéis, soldados, sargentos, oficiais e generais sofrem prisões, torturas e a expulsão sumária de suas corporações — testemunhos eloqüentes de que a coesão militar, que resultou do domínio do país, deriva da prepotência e da coação.

Aos operários? Não. Estes estão sofrendo nas masmorras. Seus sindicatos estão sob intervenção governamental. Suas reivindicações merecem tratamento policial. Seu direito à participação na vida pública foi violentamente anulado.

As donas de casa? Não. O custo de vida subiu, em seis meses, em ritmo nunca visto. E mesmo com dinheiro na mão não conseguem adquirir muitos dos gêneros essenciais, desaparecidos do mercado.

A Igreja católica? Não. Esta sofreu um duplo golpe: o esmagamento de sua ala de vanguarda, honroso e heróico; e a desmoralização de seus quadros tradicionais, comprometidos com a violência, que justificam e abençoam as crueldades, numa repetição da tragédia espanhola.

A economia do país? Não. O ritmo de produção caiu violentamente ao ponto de gerar o fenômeno nôvo do desemprego. O dólar atingiu e ultrapassou a casa dos dois mil cruzeiros, pela primeira vez na história do país. A insegurança geral não poupou os empresários.

Os latifundiários? Apenas em parte. No empenho de popularizar-se as fôrças golpistas dominantes adotaram a tese principal do govêrno deposto que é a reforma agrária. E embora insinceras e fraudulentas, as reformas simbolizam sempre a espada de Dâmocles.

Favorecidos pelo golpe, cobrando dividendos da desgraça brasileira, através de resultados positivos, somente encontramos até agora os apadrinhados de Thomas Mann.

☆

O caráter norte-americano do golpe de 1.º de abril não escapou, desde o início, aos mais argutos observadores nacionais. Pouco a pouco se tornou ostensivo a todo o povo.

Apenas derrubado o governo legal a Câmara, violentada e amordaçada, aprovou o humilhante Acôrdo Militar Brasileiro-Norte-americano que, quatro anos após firmado, não se atrevia sequer a debater tal o seu caráter antibrasileiro e impopular.

O nôvo Poder Executivo, hipertrofiado pelo Ato Institucional, impôs ao Parlamento a revogação dos artigos da Lei de Remessa de Lucros que continha a ganância do capital estrangeiro. Êste continua autorizado, por lei, a expoliar o Brasil, tal qual o fazia quando surpreendido pela denúncia de Vargas, em 1951, à razão de 1.000% ao ano sôbre o capital empregado.

O levantamento aerofotogramétrico do país, que permite também a análise laboratorial das riquezas do subsolo, foi entregue a oficiais norte-americanos, sendo-lhes confiada, portanto, a chave de nossos tesouros naturais.

O rompimento com Cuba, ridicularizado até pela imprensa conservadora inglêsa, assinala a adoção da linha internacional americana em detrimento de uma política nacional. Foi o marco de encerramento da altivez e soberania do país.

O projeto do Executivo alterando a lei monopolista da Eletrobrás para permitir que seus recursos, arrecadados compulsôriamente ao paupérrimo povo brasileiro, possam financiar a *American Foreign Power*, marca uma inovação na exploração imperialista: doravante as firmas estrangeiras, já não satisfeitas com apenas os lucros, nos arrancarão, também, seu próprio capital.

A compra do velho acervo da *Bond and Share*, sepultada no governo Goulart pela resistência popular, além de significar, segundo o insuspeito governador Carlos Lacerda, uma negociata que nos custará centenas de milhões de dólares, representa o fim da política de nacionalização de qualquer setor da nossa economia alienada.

A liquidação dos estoques reguladores de café, que o Brasil mantinha em seus depósitos mediterrâneos e orientais, provocou uma baixa de nosso produto principal que,

nos primeiros três meses de nova ordem, representou um prejuízo de 160 milhões de dólares. E o saque não ficará nisto: o atual presidente do IBC já anunciou, oficialmente, que a negativa americana de adesão ao tradicional acôrdo internacional do Café representaria para o Brasil, em um mês (agôsto), prejuízo de 20.000.000 de dólares. No que foi retificado pelo deputado Cunha Bueno que retificou a cifra para 50 milhões.

A política do Fundo Monetário Internacional, integralmente adotada pelo nôvo govêrno, implica na entrega total do país subdesenvolvido à cupidez dos estados imperialistas. E o FMI já declarou que ainda está insatisfeito.

“É uma pena que um militar inteligente como o presidente Castelo Branco não tenha percebido, ainda, o perigo que representa tôda essa política econômica, financeira e de planejamento que VISA A GRADATIVA TRANSFERÊNCIA PARA O EXTERIOR DOS CENTROS DE DECISÃO SÔBRE A ECONOMIA DO BRASIL”. (*Correio da Manhã*, Rio, 16.7.64)

“O movimento de abril não tem feito outra coisa senão enfraquecer a resistência nacional na luta pelo desenvolvimento, pelas reformas de base, pela continuidade da evolução industrial e pela emancipação econômica”,

afirma Edmundo Moniz em seu artigo *Monopólios e corrupção* o qual prossegue ainda com ênfase maior:

“O atentado à Constituição com o Ato Institucional, o desrespeito à legalidade democrática, o ultraje ao Congresso com a cassação dos mandatos e de direitos políticos, o terrorismo oficial, SERVEM APENAS DE ANTEPARO ÀS CONCESSÕES VERGONHOSAS AO CAPITAL ESTRANGEIRO QUE ESCRAVIZA O PAÍS E O POVO”.

Este entendimento, aliás, é comum a todos os poucos comentaristas que, resguardados pelo prestígio quase secular do *Correio da Manhã*, conseguiram escapar às prisões e estão mantendo aceso um heróico facho de liberdade, em posição ainda mais dignificada pela sabida oposição do grande jornal carioca ao govêrno Goulart, para cuja queda contribuiu decisivamente.

“Chegamos ao rompimento com Cuba por culpa exclusiva da bajulação de nossos generais ao poder econômico de um país imperialista”

escreve Carlos Heitor Cony que continua em termos candentes:

“O repugnante back-ground do 1.º de abril começa a subir à tona”. (Correio da Manhã, Rio, 16.5.64)
“A influência dos grupos econômicos estrangeiros já passou recibos com firma reconhecida”,

brada o *Correio da Manhã*, escandalizado com a revolução que êle próprio pregou, em artigo publicado a 6 de junho de 1964.

“O projeto que altera a lei da Eletrobrás é parte de um plano, já aprovado, pelo qual recursos do impôsto único sôbre o consumo de energia elétrica serão aplicados na expansão da usina de Peixoto da American Foreign Power”. “Se as Forças Armadas estão na liderança do processo político assenta-lhe bem a defesa de nossos interesses verdadeiros, ora postos em risco por civis de fidelidade duvidosa à causa da emancipação nacional” (Gilberto Paim, Correio da Manhã, Rio, 27.8.64).

Tudo isto em nome do anticomunismo e da corrupção — porque ninguém alegou, perante os militares honestos que estavam, sinceramente, em desacôrdo com o Govêrno João Goulart, que havia lucros americanos a defender e preservar.

“A corrupção e a subversão, para as potências imperialistas que se julgam com o poder de distorcer o sentido das palavras, exprimem simplesmente a resistência às suas imposições inaceitáveis”. (Edmundo Moniz, Correio da Manhã, Rio, 19.7.64)

Mas isto a grande maioria dos militares sublevados de 1.º de abril ignorava. Sômente o conheciam os “governadores eficientes” que recebiam os financiamentos do sr. Thomas Mann, os militares que viviam em promiscuidade com o embaixador Lincoln Gordon e que faziam pactos de honra com os maiores corruptos da República para combater a corrupção. Êstes sim, estavam conscientes de que

“o objetivo de 1.º de abril era impedir que o Brasil deixasse de ser uma semicolônia e se tornasse uma Nação economicamente independente”. (idem, idem)

Os Estados Unidos estão obtendo 25% de sua renda externa da pauperizada América Latina e para êste total o Brasil concorre com a maior parte. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, integrada por representantes oficiais dos dois países e, portanto, absolutamente livre de qualquer suspeita de corrupção ou subversão revelou que entre os anos de 1939 e 1952 o valor dos rendimentos transferidos para fora das fronteiras brasileiras foi 60 vezes superior ao ingresso líquido de capitais no país. E em nome destes interesses é que o sr. Thomas Mann se julga incapaz de discernir entre uma ditadura e uma democracia, recomendando apenas que busque "*segurança para os investimentos*". Esta segurança tem custado um alto preço aos povos irmãos da América Latina, em sangue, em suor e em lágrimas. Desde 29 de março de 1962, data em que o presidente Frondizi foi deposto, pelos militares do Governo da Argentina, os golpes da mesma natureza se sucederam em nossos pobres países na seguinte ordem: Peru, Guatemala, Equador, República Dominicana, Honduras e Brasil. O sangue da Venezuela está correndo numa fratricida luta de guerrilhas. A Colômbia, sob estado de sítio, não vive seus melhores dias. Mais de dois terços da América Latina, em território, e 60% de sua população está, neste momento, sob usurpação militar.

Como se vê, o sr. Thomas Mann emprega bem os seus dólares.

O DESAFIO DO FUTURO

O Rei Pelado

O REI ESTÁ NU. Com melancolia, com amargura, chega-se a esta conclusão após o exame dos fatos. Fatos que se repetem sempre e sempre que o clamor das massas oprimidas começa a se fazer ouvido; que se reproduzem em cada um dos países sul-americanos, em cada nação subdesenvolvida.

“Não há solução?”, pergunta minha espôsa, do fundo de sua tristeza de exilada.

“Não se arrependa!”, comanda meu pai à distância, com a voz da dignidade e não a do aplauso a idéias de que não comunga.

Não. Razão não há para arrependimento nem para desespero.

E há solução, sim!



Dentro das agruras brasileiras e latino-americanas os sinais de redenção, evidenciados na soma de reservas mo-

rais, são muito animadores. Dos quadros dirigentes desponta, escassamente embora, um que outro assomo de consciência; no seio da imprensa comprometida se agiganta um *Correio da Manhã*, fiel ao seu ultrapassado mas válido liberalismo clássico, honesto na sua surpresa pelos resultados da subversão que pregou, inexcedível na bravura com que se dedica à reparação, fazendo-se uma generosa sementeira de novos lutadores que substituem, até com vantagem, os já cansados que a violência aniquilou ou banuiu.

Da Igreja amesquinhada pelo espírito de antanho, saudoso do Santo Ofício, brotam vozes como a de Alceu de Amoroso Lima, enfrentando todos os riscos para protestar contra a malícia que ao “confundir cristianismo com direito”, nega a própria dignidade do rebanho do Redentor. E luta para colocar “Deus ao alto, não à direita ou à esquerda, dilacerado e confundido com as nossas paixões efêmeras e pessoais”.

À esquerda as lideranças amadurecem na desgraça e as correntes se purificam do errôneo sectarismo que as enfraquecia.

E os enganos do povo, de parcelas ou da totalidade, se desfazem ante uma realidade contundente com que ninguém sonhou, que aumenta a necessidade, faz mais premente a fome e a resguarda com a sombra de um carrasco.

Há solução, sim. E penso até que solução rápida: depende menos da força das armas do que do esclarecimento e fortalecimento dos espíritos. Todos os derrotados e muitos dos vitoriosos dêste episódio histórico têm um papel a desempenhar na reconstrução inevitável.

O fundamental é que compreendamos o fenômeno que nos envolve, condenando nossa Pátria e toda a América irmã à submissão neocolonialista e ao conseqüente pauperismo. O importante é que tomemos consciência da conjuntura que condena milhões de sul-americanos à fome, à miséria e à morte, transformando um dos solos mais ricos do mundo em tumba de miseráveis.

A compreensão da realidade é um imperativo de inteligência e um dever de patriotismo. E é o comêço da vitória final.

O Brasil está em guerra. A América Latina está em guerra. Não esta guerra fria, russo-americana, fruto de cobiças e receios, capitalizada pelo empresariado armamentista, amoralmente mantida em nome da moral, ditatorialmente imposta em nome da democracia, que ameaça destruir o mundo a pretexto de melhor edificá-lo. Não esta guerra ostensiva que talhou a Coréia, que ensangüenta o Vietnan, que massacra os cipriotas, que enluta as jovens nações africanas. Mas uma guerra-quente, uma guerra real, uma guerra trágica, uma guerraa cruel na qual o menor contingente de sacrificados é o que está morrendo e padecendo nas prisões brasileiras, é o que sucumbe nas arruaças argentinas, é o que morre nos choques venezuelanos.

O combate contra a miséria, a luta contra o imperialismo, a campanha pelas reformas das estruturas envelhecidas, não são gratuitos, custam vidas. E não vejo porque a sensibilidade humana só se deixe afetar pelo espetáculo do guerreiro que cai varado pelas balas, quando ao nosso lado encontram a mesma paz da morte milhares e milhares de homens, mulheres e crianças vitimados pelo egoísmo. Penso até que mais feliz é o soldado ou o guerrilheiro que sucumbe fazendo frente ao inimigo, sabendo o que quer e porque se sacrifica.

A presença do sangue não agrava a culpa do assassino, nem o veneno, sorrateiro e incruento, lhe serve de atenuante.

A morte é uma só. E mais cruel matador é a fome do que o punhal, é a miséria do que a metralhadora.

Na paz aparente em que vive o Brasil cincoenta por cento (50%) dos nordestinos morrem antes dos 30 anos assassinados pela opressão econômica que não lhes deixa migalhas suficientes para uma alimentação condigna. E êstes que tombam, embora não recebam as homenagens póstumas que consagram os heróis, morrem na grande batalha da nossa guerra intestina, da guerra latino-americana.

A fome é um projétil tão mortífero quanto a baioneta. Apenas acoberta, num cômodo anonimato, o homicida que

a manipula, o inimigo que a brande: Confinando-os em campos de concentração Hitler matou milhões e milhões de seres humanos com a fome — e tenho ainda na retina as horríveis fotografias que então vi, de esqueletos ambulantes, atestado em suas faces de fantasmas a insuperável crueldade dos carrascos.

Pois é assim que morrem, neste imenso e disfarçado campo de concentração que é a América Latina, 100.000 brasileiros por ano de tuberculose, doença social, doença de fome. Cada ano tantos mortos quanto os de Hiroshima. Em cada 6 anos a população de Pôrto Alegre. Em cada 10 anos a população de Montevidéu.

Pois é como vítimas das condições infra-humanas a que são condenados por seus inimigos ocultos que 4 milhões de brasileiros padecem de esquistossomose, 18,5 milhões de bócio endêmico, 23 milhões de ancilostomíase.

Vítimas desta guerra não declarada morrem, no Brasil, 2.040 crianças por dia. 61.200 por mês. 734.000 por ano. É como se lançássemos, cada ano, uma bomba atômica sôbre Pôrto Alegre; cada dois anos uma sôbre Montevidéu; cada 7 anos uma sôbre Buenos Aires ou São Paulo.

A escritora Ivone Jean formula, diante dêste quadro, esta trágica pergunta:

“Lembram-se da blitz de 1940 que matou tantos civis na Holanda, na Bélgica e na França? Da hecatombe dos judeus na Polônia? Enfim, de tudo quanto aconteceu durante os anos críticos em que os nazistas dizimavam a Europa? E acreditar-me-iam se lhes afirmasse que a miséria mata, anualmente, em tempos de paz, maior número de crianças de menos de um ano de idade, no Brasil, do que o número total de crianças vítimas pelos bombardeios nazistas de toda a última guerra?” (Citação de F. de Oliveira, *Revolução e contra-revolução no Brasil*, pág. 108)

Não mitigaremos as agruras dos 20 milhões de nordestinos enquanto mantivermos a estrutura feudal que tem a miséria como subproduto. Não redimiremos os 80 milhões de brasileiros excluídos do “clube dos contemplados” enquanto a maior parte da renda nacional se concentrar nas mãos de 5 milhões de felizardos. Não libertaremos nosso povo da humilhante exploração estrangeira enquanto

dirigido por uma elite que se associa à própria espoliação, que negocia com a desgraça de seus patricios. Não superaremos nosso subdesenvolvimento enquanto que tão alta percentagem da riqueza produzida no país sirva apenas para enriquecer as grandes emprêsas norte-americanas. Não venceremos esta sombria fase de nossa história enquanto nossas fôrças armadas, sob o domínio de uma oligarquia econômico-militar, se comportarem como fôrças de ocupação e — o que é pior — inspiradas por interesses de uma potência estrangeira.

Nada podemos esperar da nossa viciada cúpula dirigente. E o êrro capital do sr. João Goulart — mas não sòmente dêle — foi a tentativa persistente de conciliar o inconciliável.

“Minorias extremamente ricas e poderosas, que exercem influência exorbitante sôbre os destinos de milhões de criaturas, recusam obstinadamente abandonar mesmo uma pequena parte de suas rendas, virtualmente isentas de impostos”

são a raiz de todos os nossos males. E êste não é um depoimento de um comunista ou de um ignorante: são palavras de Theodoro Moscoso, homem de Kennedy, diretor e coordenador da Aliança para o Progresso.

“O grande problema é a dificuldade de acabar com o domínio de uma minoria poderosa e reacionária que impede o progresso econômico e político das nações latinas. A perspectiva é profundamente pessimista”,

é o depoimento do historiador inglês Toynbee.

Estas minorias, extraordinariamente bem situadas no mecanismo controlador do Estado, não cedem nada, não concordam com nada, não compreendem nada que não contribua para aumentar seus ganhos e acentuar seus privilégios. Com êste objetivo mobilizam todos os recursos, especialmente seu poder de subôrno — tão escandalosamente evidenciado no desmascaramento do IBAD, que é apenas engrenagem da grande máquina corruptora. Tôda e qualquer idéia generosa, católica ou socialista, religiosa ou política, esbarrará nos parapeitos desta fortaleza, seja a reforma

agrária capitalista de Goulart, seja o apostolado rural dos Bispos do Nordeste. Tudo será identificado com o demônio, previamente esteriotipado como comunismo.

Cinco milênios de história do homem contam muitas tentativas e mesmo muitas realizações reformadoras: nenhuma delas, entretanto, significou progresso consentido. Mesmo êste regime liberal, fruto da revolução burguesa de há dois séculos, em nome de cuja defesa se implanta o imobilismo social, custou rios de sangue e tem na guilhotina sangrenta melhor símbolo que na bandeira tricolor.

“Os novos Cains, na imensa calamidade em que hoje em dia caiu a família humana, não vêem senão uma ocasião vantajosa para locupletarem-se, desonestamente, explorando as necessidades e a miséria de seus irmãos”. “Olhai suas mãos — estão manchadas de sangue, das viúvas e dos órfãos, de crianças e adolescentes, impedidos ou retardados em seu desenvolvimento pela desnutrição e pela fome”.

Estas não são palavras de um carbonário mas sim a exortação do Papa Pio XII traduzindo a indignação do cristianismo defraudado em seus melhores intuitos.

Ouvi do presidente Goulart, no exílio, o relato de um episódio altamente esclarecedor: impressionado com a cupidez do sistema de crédito que só se aplica às operações de prazo curto e altíssimos juros, pediu o presidente a seu conselheiro Walter Moreira Sales que estudasse a maneira de canalizar os recursos das sociedades de investimento também para operações mais longas, de produção, incompatíveis com taxas de usura.

— “Excelência, respondeu Moreira Sales, se tocar nisto atingirá a essência do regime...”

Não sei se João Goulart tirou, desta resposta, a lição que ela contém, mas eu extraí a minha de seu relato: o conselheiro consultado era precisamente o representante brasileiro do grupo Rockefeller que é justamente o proprietário das maiores emprêsas financiadoras do Brasil. Encarregava-se o lobo de velar pelas ovelhas.

A única possibilidade de sobrevivência destas elites egoístas estaria na posse, por elas, de uma solução para o problema geral, ainda que adequada ao seu pensamento

pragmático. Não têm. Os compromissos que uma administração direitista guarda para com sua origem só podem concorrer para o agravamento das condições de vida do povo, porque lhe é imperativa a promoção do maior progresso dos grupos dominantes. Vêm na inflação um mal — como todos vemos — e o combatem. Mas não se dão conta de que a inflação é uma consequência de sua fórmula de governar: nenhum govêrno emite pelo prazer de fazê-lo ou desvaloriza a moeda pela volúpia de emitir. Inflação é consequência e não causa. Consequência do saque continuado, da sonegação erigida em sistema, da acumulação ilimitada de riquezas em mãos cada vez menos numerosas, dos processos monopolísticos, da evasão do resultado do trabalho nacional pelas portas abertas ao imperialismo. E isto está bem claro, agora, nas medidas adotadas pelo govêrno direitista do Brasil tôdas traduzidas em agravamento das dificuldades populares e facilidades para o capital estrangeiro que, segundo bem observa Fred J. Cook, na América Latina *“só procura mão de obra barata e um govêrno que lhe seja agradável”*.

Os resultados que podem proporcionar um govêrno direitista já estão à vista, no Brasil como na maioria da América Latina: desorganização da produção, pauperização maior das massas; alienação da indústria nacional, privilégios ao capital estrangeiro e até o desemprego, fenômeno relativamente desconhecido dos brasileiros.

E a situação vai piorar: porque diante de um govêrno disposto, previamente, a não lhes resistir, o capital estrangeiro e os grupos dominantes só tenderão a aumentar suas exigências. A inflação dobrou em oito anos, da primeira vez, entre 1945 e 1952; dobrou em seis anos, da segunda vez, entre 1953 e 1958; dobrou, a seguir, em três anos, entre 1959 e 1961 e, agora, está dobrando na metade dêste último prazo. Dentro em breve, com as medidas adotadas pelo govêrno direitista do Brasil, estará dobrando em meses e em semanas, numa reprodução da inflação alemã que, por coincidência, gerou o regime de Hitler também como panacéia anticomunista.

Isto não é o fruto da má administração dos governos que se sucedem: é apenas o reflexo do tremendo encargo

do Estado-prisioneiro que deve financiar uma agricultura latifundiária e decadente e, simultâneamente, satisfazer às exigências do imperialismo ávido de maiores lucros.

Na falta de soluções os governos direitistas só dispõem de um recurso para manter a ordem e a paz aparentes: a força. De passo em passo avançam no sentido do autoritarismo policial até culminar na tirania absoluta de que Salazar e Franco são exemplos. Porque todos os reclamos são considerados obra do inimigo e o clamor dos oprimidos é identificado com subversão. Até o apêlo ungido dos bispos ou de um Papa se transmuda em mensagem vermelha.

Dentro dos quadros atuais, sem uma enérgica reação popular, não libertaremos o Brasil nem sequer para a prática de um simples liberalismo de fachada, como tínhamos antes. Reconhecido o estado de guerra-quente em que vivemos, identifica-se o inimigo fâcilmente no latifúndio e no imperialismo. E isto feito é fundamental partir para a luta, para a cruzada de libertação.

Tôdas as forças têm um grande papel a desempenhar nesta luta porque, evidentemente, seus primeiros objetivos são comuns a tôdas as correntes que sofrem a opressão ora dominante. Não se pode exigir de Goulart que seja um revolucionário, mas é evidente sua sinceridade quando se empenha contra a tirania; não se pode pedir a Juscelino que implante um regime socialista, mas sua condição de vítima do autoritarismo, e o Govêrno realmente liberal que realizou, o credenciam como um combatente em prol de um sistema democrático. Não se deve pensar que o episcopado e os católicos de vanguarda se possam identificar ao comunismo materialista, mas é claro que ambos aspiram um regime assegurador do mínimo de liberdades capaz de permitir-lhes a caminhada e a ação de proselitismo em prol de seus ideais.

Há condições, portanto, para uma frente ampla em que todos tenham como objetivo comum, respeitando o direito de reservar-se, e que cada corrente para a luta por suas próprias convicções, com base na liberdade conquistada e de acôrdo com suas concepções sôbre o destino do homem.

Mas não tenhamos dúvida, liberais ou comunistas, católicos ou ateus, moderados ou extremados, todos os que se aliaram nesta cruzada de libertação terão de, do seu início, enfrentar os dois inimigos comuns os “Cains que só vêm ocasiões para explorar a necessidade de seus irmãos”, amaldiçoados por Pio XII. Eles não renunciarão ao poder conquistado, porque esta renúncia significaria a perda de alguns de seus privilégios substanciais. E terão por fiéis aliados a cúpula militarista que conduziu o Exército a êste atentado contra seu povo, pois que os próprios excessos que praticaram lhes inspirarão o temor da derrota e o crime endurecerá as almas criminosas. Pode um destes responsáveis pelas torturas das masmorras ditatoriais, enfrentar suas vítimas em termos de igualdade? Pode um militar ou policial que se extremou até o assassinato submeter-se ao julgamento das viúvas e órfãos que semeou? O próprio governo — acobertador e corresponsável pelas violências — já deu mostras de que um recuo é impossível. Muitos de seus atos — como a anulação de aposentadorias, a expulsão de oficiais com décadas de serviço militar, as sevícias e atentados à propriedade — ferem direitos inalienáveis, ferem normas jurídicas internacionalmente consagradas, sabidas e conhecidas por eles próprios, que jamais poderão ser submetidas à sentença de uma Justiça soberana.

Eles não recuarão. E irão a limites insuspeitados mesmo em seus sonhos mais ambiciosos para evitar já não a perda do poder, mas a possibilidade de reparação. Diante da condenação moral de todo o povo e de todo o mundo, lutarão pelo poder. Mesmo que as próprias consciências os acusem, lutarão pela impunidade. Não façamos ilusões: a luta será áspera e, provavelmente, armada. Não nos iludamos também: se a luta fôr armada o povo brasileiro terá, pela frente, não só mercenários do fascismo, como soldados norte-americanos. Porque a situação chegou a um tal ponto que mesmo uma simples reafirmação do liberalismo significa, para os Estados Unidos, o início da revolução brasileira e, conseqüentemente, o início da revolução Latino-Americana que os privarão de 25% de sua renda exterior.

Deve deter-nos esta série de previsões?

Impossível — já estamos em guerra. A guerra quente que dizima nosso povo. Já há mortos a chorar e muitos mais, milhares de outros, estão perecendo a cada momento. Nenhum povo se conformou, jamais, com a escravidão.

Mas como derrubar inimigos tão poderosos?

Isto já foi feito antes, está sendo feito agora e, certamente, não estará apenas fora do alcance dos povos latino-americanos. Com armas um punhado de patriotas argelinos derrotou o poderoso exército francês e conquistou a independência de sua Pátria. Sem armas o Mahatma Gandhi arrancou ao império inglês a liberdade da Índia. Neste momento luta-se pela liberdade em todo o mundo, embora em cada batalha, em cada região, os aspectos exteriores possam apresentar características diferentes — a posição de um De Gaule, conservador e autoritário, forçando o renascimento francês é uma face da luta anti-imperialista; o despertar da África, com suas batalhas de cacetes e chuchos, integram a cruzada libertadora mundial. Pela liberdade lutam tenazmente os cubanos, os negros americanos, os operários argentinos, os mineiros colombianos, todos escrevendo, com seus sucessos e fracassos, episódios da história do homem.

Sou otimista quanto ao desfecho da guerra-quente em que já estamos empenhados: há sintomas muito eloqüentes de desagregação do campo adversário, onde as contradições violentas das estruturas insustentáveis estão forçando o ponto de ruptura. Tanto que, para mantê-las, o terror policial é convocado a superar-se a si mesmo, remendando o velho arcabouço que desmorona.

O sinal mais positivo da vitória próxima é o esclarecimento e a conseqüente inconformidade popular que se apalpa no Brasil, cujas multidões acordam para as reivindicações mais profundas. E este esclarecimento progressivo, e esta inconformidade gritante, estão dando à luta de liberdade dos povos americanos uma consciência de unidade no desmascaramento dos dois inimigos comuns — a oligarquia e o imperialismo.

Não é por acaso que o sofrimento brasileiro foi gerar na Argentina um movimento de solidariedade ao povo

vencido que se cristaliza no jornal *Hoy Brasil*, nem por sentimentalismo que o operário brasileiro acompanha febrilmente a luta dos irmãos da América como se fôsse a sua própria luta.

A situação brasileira, particularmente, apresenta sinais evidentes de encorajamento: de um lado a indústria nacional, oprimida pelo predomínio do capital estrangeiro, que a pouco e pouco a sufoca e absorve, abre os olhos para a necessidade de resistir antes do aniquilamento total. Nas fileiras nacionalistas já se encontram muitos industriais, capitalistas convictos, liberais puros, juntando suas forças à resistência antiimperialista que é um dos aspectos mais importantes da cruzada geral de libertação.

A Igreja e o Exército — tradicionalmente usados como instrumentos da opressão popular e nativista, estão mostrando sua capacidade de reação, num reencontro com suas origens e objetivos mais altos.

Mais expressivo me parece o que ocorre no setor religioso. Desde que deixou as catacumbas e assumiu lugar privilegiado ao lado dos detentores do poder que a Igreja Católica assume posição oficial antagônica a todos os movimentos que assinalam a rebelião das massas. E a tal ponto isto chegou que a própria revolução burguesa, que a França deu ao mundo teve, como adversários, aliados à nobreza recalcitrante, os prelados ainda mais recalcitrantes — que a uns e a outros a democracia-liberal nascente teve de enfrentar para implantar as bases dêste mundo ocidental e cristão.

Este fenômeno, entretanto, não desmerece a participação cristã e católica na evolução política, social e cultural da humanidade. Se foi a Igreja católica que humilhou Galileu, foi Galileu, católico, que abriu os olhos do mundo para a realidade universal. As posições do papado, especialmente durante o reinado de João XXIII, têm sido claras e magnificamente interpretam os sentimentos humanos. Desde que Cristo afirmou, segundo São Marcos, "*Quanto é difícil que entrem no Reino de Deus os que confiam nas riquezas*" que o cristianismo tem tido uma história de vanguarda, em que pese a acomodação de seu oficialismo às posições retrógradas. Mais demolidora que o comunismo.

a palavra de amor da doutrina cristã destruiu tôda a ordem econômica de Roma, quando ilegitimou a escravidão sôbre a qual repousava o arcabouço produtor do império, proclamando a igualdade de todos os homens perante o Criador.

“Não sei se para vós é comunismo o que eu faço” — afirmou corajosamente o Cardeal Maning — *“mas para mim é puro cristianismo”*. E realmente o é, porque a suave doutrina de amor, nascida para lenir o sofrimento de um povo derrotado e submetido, como era o povo judeu, e que se propagou pelo mundo em função da centelha de esperança que oferecia aos escravos e aos párias, não é uma mensagem conformista. Ao mostrar ao homem humilhado a sua própria dignidade e a grandeza de quem é feito *“à imagem e semelhança de Deus”* só insuflou-lhe o sentimento de revolta contra a injustiça que oprime, contra o egoísmo que escraviza, contra a prepotência que renega a própria obra máxima do Criador.

Sem abdicar sua posição de combate às doutrinas materialistas uma respeitável parcela da Igreja, a mais nobre e esclarecida, tem se sacrificado pela causa popular. *“Nós queremos a paz — diz o Abbé Pierre — entretanto para possuí-la é preciso lutar, cada um de per si, em prol da justiça”*. E colocando o dedo na chaga social do momento, o padre Alexandre Língua amaldiçoa diretamente as fontes da hipocrisia: *“é injusto que, diante das reivindicações operárias, logo se pense em comunismo”*. É injusto, sim, mas é útil aos poderosos de hoje, indiferentes ao fato de que, atribuindo ao comunismo todo o clamor contra a injustiça, tôda a força das reivindicações humanas, tôda a capacidade de luta contra a iniquidade, enriquecem mais esta doutrina do que seus próprios formuladores e lhe dão um poder de sedução sequer sonhado por seus maiores pregadores.

A causa da liberdade pode contar com o que de melhor existe na Igreja brasileira e na Igreja universal. Quando o magnífico cardeal de São Paulo, Dom Carmelo Mota, afirma com tintas de carbonário — *“Ou justiça social ou fim do mundo civilizado!”* — nada mais faz do que atender à pregação de Leão XIII: *“A sorte da classe trabalhadora será resolvida pela razão ou sem ela”*.

Esta Igreja militante também está sofrendo na carne a injustiça triunfante: "*Paz é o fruto da justiça*", afirma o padre Martin Brigarolla para a seguir perguntar indignado: "*Será isto demagogia?*"

A Igreja do Brasil trouxe uma grande contribuição à realidade nacional, em que pese a atitude inquisitorial de Dom Jaime Câmara, Cardeal do Rio de Janeiro a pedir a punição dos "facínoras". A participação direta da Ação Católica nas lutas populares, na campanha de educação popular, tão exemplificada na atuação de Paulo de Tarso à frente do Ministério da Educação, corresponde bem ao comando de Pio XII, na oração comemorativa do natal de 1942: "*Qual o homem, qual o padre, qual o cristão que poderia permanecer surdo ao grito partido do mais profundo da massa, que no mundo de Deus Justo pede justiça e fraternidade?*"

Esta Igreja que acredita no cristianismo, está ao lado do povo brasileiro neste momento. Está lutando valentemente contra as armas vitoriosas, através de seu maior pensador, Alceu Amoroso Lima que ainda agora nos afirma:

"O Ato Institucional, o tripúdio sobre os vencidos, a cassação de mandatos, a perseguição ideológica, o restabelecimento disfarçado da censura, o fanatismo religioso, tudo isto não está na linha nem do nosso passado nem da política construtiva e positiva, autenticamente brasileira, democraticamente cristã, de que necessitamos. Deus ao alto, não à direita ou à esquerda, dilacerado e confundido com as nossas paixões efêmeras e pessoais. (Correio da Manhã, Rio, 15.5.64)

Não foi por acaso que o movimento de 1.º de abril prendeu sacerdotes, interferiu nas universidades cristãs, condenou a Ação Católica, destruiu os sindicatos rurais constituídos pelos bispos do Nordeste. Não foi por acaso que o general Manoel Francisco Pacheco foi presidir um inquérito contra o clero de Minas Gerais acusado de "*atividades subversivas*" (*Correio da Manhã*, 16-5-64); ou que o general Carlos Guedes, comandante das forças sublevadas de Belo Horizonte, sugeriu ao arcebispo "*o afastamento de algumas freiras do Diretório Acadêmico da Escola de Fi-*

losfia sob a alegação de que praticavam atividades subversivas e de que tinham tendências esquerdistas" (*Correio da Manhã*, 9-5-64); ou que o Exército "invadiu o Palácio Episcopal de Ribeirão Preto para prender o Padre Celso Ibsen de Sylos, pároco do bairro operário de Vila Seixas" (*Correio da Manhã*, 8-5-64); ou que o jornal de Frei Josaphat, *Brasil Urgente*, foi liquidado, ou que o Cardeal Dom Carmelo Mota foi afastado do Palácio episcopal de São Paulo por pressão diplomática do nôvo govêrno; ou que o Padre Alípio de Freitas pediu asilo a uma embaixada, furtando-se aos sofrimentos que curte, nas mãos de torturadores, o padre Lage, prisioneiro.

A Igreja do Brasil voltou às catacumbas .

E esta Igreja, atuante e fiel à sua origem e ao pensamento de Cristo, desempenhará um papel muitíssimo importante na frente de união nacional que conquistará o futuro para o Brasil. Eles acolhem o comando do Divino Mestre, recolhido por São Lucas: "*Digo-vos que, se se calarem, clamarão as próprias pedras*".



Se a Igreja, tradicionalmente algemada a movimentos retrógrados, encontrou o seu caminho, tão grande é a fome de justiça que as demais correntes, ainda as menos esclarecidas, saberão vislumbrar seu rumo.

As esquerdas brasileiras — e sob esta expressão englobo tôdas as tendências vanguardistas — batidas, sofridas, perseguidas, estão purificando nos cárceres, no exílio, nos esconderijos ou no silêncio policiado as próprias linhas de pensamento. As lideranças, já marcadas nas pugnas anteriores ao golpe, estão amadurecendo na adversidade e se agarrando na capacidade de resistência. Sua anterior falta de estrutura não era um defeito intrínseco, mas fruto de circunstâncias históricas, conseqüência de um momento de transição. As divergências se diluem na perspectiva de novos acontecimentos e no imperativo da nova tarefa. Os erros são revisados pela própria evidência — e já se pode sentir, agora, que aquela esquerda imatura e desorganizada que tanto assustou os poderosos ao tempo de Goulart, as-

sume rapidamente uma posição consciente, capaz de oferecer às multidões inconformadas a liderança de que estão necessitadas.

E o Exército?

Este é o grande problema, embora não insuperável.

Neste momento as Fôrças Armadas brasileiras se estão comportando como "fôrças de ocupação". Mas para que isto se fizesse possível foi preciso que um grupo de generais extremados assumisse o comando discricionário do Exército, da Marinha e da Aeronáutica; que impusessem um conceito de hierarquia em termos tipicamente prussianos; que lançassem no fundo dos cárceres centenas e centenas de colegas de tôdas as armas, que expulsassem das fileiras armadas dezenas e dezenas de oficiais, os mais graduados, negando-lhes o direito a uma reparação judiciária; que sufocassem, no nascedouro, a tomada de consciência dos sargentos e subalternos que, por antepor-se ao espírito retrógrado ora triunfante, chegou às raias da indisciplina em seu protesto.

Isto mostra claramente que não é o Exército Brasileiro que ocupa e subjuga o Brasil, mas somente uma parte dêle! E lá está a outra: reformados, expulsos, degradados, removidos para as guarnições distritais, humilhados, aprisionados, torturados — mas lá estão os generais, oficiais e sargentos, cada um com dezenas de anos prestados às fôrças armadas, e com a convicção de que a cidadania brasileira se antepõe ao espírito de casta. Cada um dêles têm amigos, companheiros de jornadas, colegas e de ranchos. Nenhum expurgo pode ser completo, por mais drástico que seja.

E os soldados são os nossos filhos, constrangidos e violentados.

O espírito militarista, que ora se apresenta dominante, está no germen de tôda a formação militar e já foi reconhecido e proclamado muito antes dos momentos atuais. Os pais da revolução americana já o pressentiam e se preocupavam com suas conseqüências tão fundamente que

“um dos argumentos principais contra a adoção da Constituição de 1787 referia-se a ela ter previsto a existência de um Exército, não ter eliminado a possibilidade de viver sem este Exército”. (O Estado Militarista — Fred J. Cook — pág. 37). E Thomas Jefferson discutiu longamente a inclusão de uma garantia “sem sofismas, da liberdade de religião, liberdade de imprensa e proteção contra os Exércitos existentes”. (idem, pág. 38)

Patrick Henry, o líder da oposição à Constituição na Convenção de Virgínia considerou o Exército como *“um poder muito perigoso; os seus princípios são despóticos”* porque *“um exército permanente executaria os comandos execráveis da tirania”*. E quem lhe iria tolher os passos? *“Poderia o vosso maceiro fazer face a um exército disciplinado?”*

“Uma das propostas de Mason (George Mason, representante virginiano) aprovada pela Convenção de Virgínia, porém mais tarde posta de lado, exprimia bem os sentimentos da época nestas palavras: OS EXÉRCITOS PERMANENTES EM TEMPOS DE PAZ SÃO PERIGOSOS PARA A LIBERDADE E, POR CONSEQUENTE, DEVEM SER EVITADOS NA MEDIDA EM QUE AS CIRCUNSTÂNCIAS E A PROTEÇÃO DA COMUNIDADE O PERMITIREM; e, de qualquer maneira, os militares deverão estar sob subordinação estrita do Poder Civil, que os deve governar”. (idem, pág. 38)

James Madison, o Pai da Constituição americana, tinha pensamento idêntico e denunciou primeiramente o governo *“operando por meio de uma força militar permanente, que mantém o governo e é mantida por ele; o que causa imediatamente pesados encargos ao povo é a submissão desse povo aos mesmos encargos. Esses governos têm sido objeto das queixas da natureza humana através de todas as épocas. São esses governos que ainda hoje oprimem os povos de quase todas as nações da Europa, a parte do globo que se intitula o padrão e orgulho da humanidade”*. E, mais tarde, em 1809, com as nuvens da guerra de 1812 já visíveis no horizonte, anunciou como um dos objetos de sua administração o desejo de manter *“dentro dos limites indicados uma força militar permanente, recor-*

dando sempre que uma milícia armada e treinada é a estrutura mais firme das repúblicas — que sem os exércitos permanentes as suas liberdades nunca poderão estar em perigo, nem seguras com exércitos muito poderosos. (idem, pág. 39)

Citei exclusivamente o pensamento de norte-americanos ilustres, os criadores dos Estados Unidos na esperança de que a exposição de dúvidas de tal natureza não possa ser confundida com “comunismo”...

O problema oferecido pelo Exército brasileiro é, como se vê, o mesmo já reconhecido por todos os povos, agravado pelas condições oferecidas pelo nosso subdesenvolvimento. Além de representar um ônus pesadíssimo para o orçamento nacional é uma fonte de tiranos e causa da descontinuidade democrática do Brasil. É de reconhecer-se, entretanto, que tem dado uma contribuição positiva, por vêzes, à causa da unidade nacional e que de seu seio têm saído figuras de valor singular a que muito deve a evolução da Pátria.

E ao Exército Brasileiro, que mal conduzido golpeou as liberdades públicas, pode estar reservada, neste momento, uma tarefa excepcional: a reconquista desta liberdade com o mínimo de comoção intestina. Não seria difícil: o Exército não é recrutado fora do povo; não é integrado por estrangeiros, embora as ações de alguns que se dizem seus intérpretes o possam fazer supor. Não está monoliticamente ligado aos usurpadores, como a amplitude dos expurgos nos mostra claramente. E a base de sua pirâmide, os soldados, são recrutados, anualmente, entre os nossos filhos, chamados à prestação do serviço militar, e que levam para a caserna tôda a formação civilista e nacional que recebem em seus lares humildes.

Este golpe atual é um golpe militar, um golpe ideológico mas não é um golpe “do Exército”. É a simples repetição do que resultou no Estado Nôvo, com a única diferença que o prestígio do então caudilho civil — Getúlio Vargas — não encorajou os militares a assumir pessoalmente o poder: implantaram o seu estado totalitário, antioperário e antipopular, mas deixaram a chefia suprema nas mãos de um civil que desenvolveu uma política

operária e populista, paralela ao policialismo próprio do regime. O Estado Nôvo, portanto, do ponto de vista militar, foi um golpe frustrado, o que explica que agora o general Costa e Silva, em nome das Fôrças Armadas, o repudie. Os golpistas das Fôrças Armadas esperaram impacientemente nova oportunidade. Tentaram alcançar o poder em várias oportunidades, tôdas repelidas. Afinal o conseguiram e aí temos um “estado nôvo” sob inteira responsabilidade militar.

O general que deu o primeiro grito de rebeldia e que mobilizou as primeiras tropas contra o govêrno legal foi Mourão Filho — precisamente o homem que, em 37, falsificou o famoso Plano Cohen que deu o pretexto para o golpe de Estado; o líder do Govêrno no Senado é o senador Coronel Filinto Müller, exatamente o chefe de Polícia do Distrito Federal do Estado Nôvo, famoso pela crueldade com que conduziu a repressão aos movimentos populares; o redator do Ato Institucional é o constitucionalista Francisco Campos, exatamente o mesmo que redigiu a Carta fascista de 37. E os generais de hoje são, segundo o depoimento do general Costa e Silva perante a Câmara, os mesmos — com a defecção dos mortos — que treinam golpes desde 1922.

Ou seja — não é o Exêrcito o responsável por êste golpe, mas um grupo, perfeitamente definido, que se serve do Exêrcito para impor suas idéias e satisfazer sua ambição de mando. É neste grupo, e não na generalidade das Fôrças Armadas, que se refugia o espírito de casta, o militarismo tão nocivo e repugnante.

Pode o exêrcito reagir contra seus atuais dominadores?

É importantíssima a resposta a esta pergunta. Isto porque são poucas as alternativas que se oferecem ao povo humilhado: o caminho indicado pelos “moderados” que pretendem se apoiar o general-presidente Castelo Branco para evitar mal maior da ditadura sem disfarces. Êste é o desonroso e inútil caminho da acomodação. Admito que o autoritarismo absoluto seja o mal maior, mas é de ver-se que o “mal menor” está com as prisões povoadas, entrega prisioneiros a verdugos que os torturam e assassinam, exclui da vida nacional todos os setores que aspiram e

praticam o diálogo político, teme e evita as urnas e desenvolve uma política entreguista que arruína êste país arruinado. Não é, pois, um mal muito menor e nem sequer é aceitável a não ser para os adesistas, sequiosos de acomodação.

As outras alternativas são uma frente ampla, democrática, que tenha como denominador comum o restabelecimento do liberalismo; e uma revolução radical, conduzida pelos líderes mais extremados e com métodos e objetivos extremos.

A estas alternativas válidas que se oferecem ao povo, soma-se uma outra, paralela, que apresenta apenas para os militares: antecipar-se à multidão na reconquista de sua liberdade. Varrer a cúpula militarista que o utiliza, livrar o povo de seus carrascos que só desonram a farda, restabelecer a liberdade que suas próprias armas golpearam sob a inspiração de um comando inautêntico. Esta seria, também, a única oportunidade brasileira para uma restauração sem luta e sem sangue. E a única, igualmente, que se apresenta ao Exército para reintegrar-se na comunidade nacional, que agora antagoniza e espezinha.

Porque imperioso é reconhecer que, no momento, as Fôrças Armadas brasileiras se portam como o "exército de ocupação" tão bem definido por Eduardo Santos. O Brasil está ocupado pelo seu próprio Exército, o povo brasileiro está oprimido pelo seu próprio Exército, o capital estrangeiro está sendo protegido, contra nossos reclamos por nosso próprio Exército, a minoria egoísta, acusada por Moscovo e Toynbee conseguiu aliciar nosso próprio Exército e voltá-lo contra o povo.

E a campanha pela libertação do povo brasileiro, a cruzada por nossa independência, não se pode deter. A liberdade é um direito e a luta um dever.

Uma velha geração de chefes militares, todos homens do século passado, está impondo idéias retrógradas, está contrariando a evolução da própria nação, em oposição ao espírito jovem do século XX. Posso respeitar a dor do marechal Taurino Resende, chefe geral das Comissões de Inquérito, cujo filho, Sérgio Resende, economista de 27 anos, julgou-se no dever de redigir um manifesto corajoso

e distribuí-lo a seus alunos fixando sua responsabilidade perante o momento histórico. Aturdido com a prisão do próprio filho o velho general reformado, travestido de Grande Inquisidor, não o deserdou. "*Meu filho não é um subversivo nem um corrupto*", afirmou em defesa do rapaz já encarcerado por seus subordinados, "*é um idealista como o pai*". Errou: o jovem Sérgio é um idealista, o pai não é: é simplesmente um homem do passado, lutando pelo passado porque não preparou seus olhos para ver o futuro; que gastou seus melhores anos numa ignorância rotineira e agora vasculha bibliotecas porque em cada livro pressente o esconderijo de uma desconhecida idéia revolucionária. Que poderia, conscientemente, usar como lema a frase autodefinidora do general Mourão Filho, que retratou a própria "revolução de abril" pronunciada horas após ter assumido a responsabilidade do mais grave gesto político de sua vida: "*em matéria de política sou uma vaca fardada*".

O povo terá de lutar por sua liberdade e queira Deus que o Exército se coloque ao seu lado. Do contrário lhe restará a amarga tarefa de derrotar seu "exército de ocupação".

Estamos diante de um desafio ao futuro.

Não podemos recuar.

ESTA OBRA FOI EXECUTADA NAS OFICINAS
DA COMPANHIA GRÁFICA LUX, RUA FREI
CANECA, 224 — RIO DE JANEIRO, PARA
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.

próprio S.N.I.? Só pode haver uma resposta, já que admitimos não estarem Vossas Excelências a sôlido dêsses interesses antinacionais: é que supunham e ainda supõem que uma correlação direta se estabelece inevitavelmente entre as lutas de emancipação nacional e os interesses materiais da União Soviética. Em outras palavras, acreditam que o povo brasileiro estava sendo usado como um juguete nos planos estratégicos do Kremlin e que os movimentos de massa, conquanto desordenados em sua luta por melhores dias e ainda melhor futuro, a outro fim não se prestavam do que conquistar o poder para os comunistas.

Embora Vossas Excelências não o reconheçam, ou ainda não o possam fazer, essa é uma visão estreita e incorreta da realidade brasileira de nossos dias. Se se derem ao cuidado de estudar o problema latino-americano, em seu conjunto de aspectos particulares a cada Nação (para o que, com muita oportunidade, lhes recomendaríamos a leitura do livro *A INVASÃO DA AMÉRICA LATINA* do jornalista americano — e não marxista — John Gerassi), poderão verificar que há uma regra quase imutável aplicada na maioria dos casos: as classes dominantes, ameaçadas de perder seus privilégios, entregam-se ao comando dos interesses antinacionais e, colocando a burguesia e as forças armadas em pânico diante do espantinho comunista, agem conjuntamente, por meio de golpes, contra a ascensão das classes populares.

Vossas Excelências querem passar à História como salvadores da Pátria. Não lhes passa pela cabeça que talvez a estejam enterrando. Nossa missão de editores engajados na grande corrente daqueles que lutam, dentro ou fora de partidos políticos, pela emancipação nacional, é a de procurar — através do debate livre e do exame de tôdas as opiniões progressistas — o equacionamento adequado de nossos problemas. Este livro, *Brasil: Guerra Quente na América Latina*, do jornalista Maia Neto, é mais um esforço nesse sentido. O autor não se julga com direito à última palavra, nem temos também essa pretensão. Mas lutamos pelo direito de contribuir para o estudo da realidade brasileira, esperando que aqueles que se julgam infalíveis e defintivos — como Vossas Excelências — compreendam que não são uma coisa nem outra.

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, S. A.

Enio Silveira

GUERRA QUENTE NA AMÉRICA LATINA

O golpe de abril foi um condomínio de paixões, preconceitos, interêsses feridos e alarmantes ingenuidades:

— alguns *condôminos* se acreditavam detentores da fórmula secreta para *salvar o Brasil*, colocando-o definitivamente na trilha do desenvolvimento capitalista, que julgavam cristão e democrático.

— outros entendiam que a Nação estava nas garras do comunismo e corroída pelo câncer da corrupção.

— outros, ainda, viam com alarma o avanço rumo ao poder das classes populares e temiam a perda (que julgavam iminente) de seus privilégios.

— alguns outros, finalmente, partiam de premissas geopolíticas e concluíam que o Brasil está prêso por laços indissolúveis aos planos estratégicos dos Estados Unidos e *tem que tomar partido claro numa Guerra Fria que está esquentando*.

Êste livro é uma análise pessoal da crise que o Brasil atravessa, e uma interpretação política das origens e das conseqüências do Golpe de Abril.